

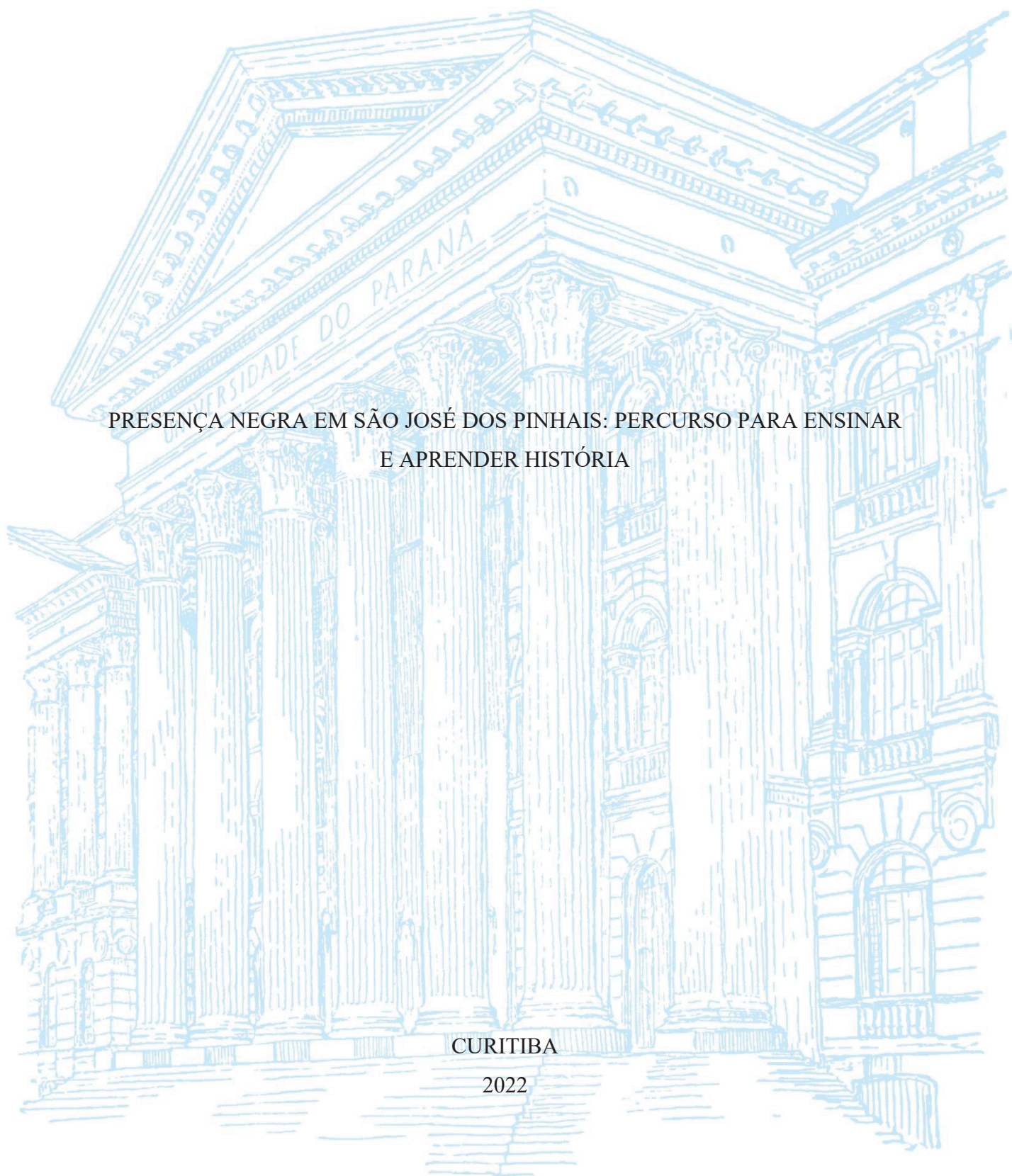
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LETÍCIA CRISTINA PIRES

PRESENÇA NEGRA EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS: PERCURSO PARA ENSINAR
E APRENDER HISTÓRIA

CURITIBA

2022



LETÍCIA CRISTINA PIRES

PRESENÇA NEGRA EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS: PERCURSO PARA ENSINAR
E APRENDER HISTÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA -, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Joseli Maria Nunes Mendonça.

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA

Pires, Letícia Cristina

Presença negra em São José dos Pinhais : percurso para ensinar e aprender história. / Letícia Cristina Pires. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do mestrado Profissional em Ensino de História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Joseli Maria Nunes Mendonça.

1. História – Estudo e ensino. 2. Negros - São José dos Pinhais (PR) - História. 3. Relações étnicas. 4. Relações raciais. I. Mendonça, Joseli Maria Nunes, 1960-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação do mestrado Profissional em Ensino de História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ENSINO DE HISTÓRIA -
31001017155P1

ATA Nº1

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRA EM ENSINO DE HISTÓRIA

No dia vinte e seis de julho de dois mil e vinte e dois às 14:00 horas, na sala 1114, Universidade Federal do Paraná, Campus Reitoria, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestranda **LETICIA CRISTINA PIRES**, intitulada: **Presença Negra em São José dos Pinhais: percurso para ensinar e aprender História**, sob orientação da Profa. Dra. JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ENSINO DE HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), MÔNICA MARTINS DA SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA), NADIA GAIOFATTO GONÇALVES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestra está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 26 de Julho de 2022.

Assinatura Eletrônica

02/08/2022 17:43:22.0

JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

02/08/2022 18:03:58.0

MÔNICA MARTINS DA SILVA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Assinatura Eletrônica

03/08/2022 09:16:55.0

NADIA GAIOFATTO GONÇALVES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rua Dr. Faivre, 405. Dom Pedro II, 6º andar, sala 610 - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-140 - Tel: (41) 3360-5105 - E-mail: profhistoria@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 211959

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 211959



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ENSINO DE HISTÓRIA -
31001017155P1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ENSINO DE HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **LETICIA CRISTINA PIRES** intitulada: **Presença Negra em São José dos Pinhais: percurso para ensinar e aprender História**, sob orientação da Profa. Dra. JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 26 de Julho de 2022.

Assinatura Eletrônica

02/08/2022 17:43:22.0

JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

02/08/2022 18:03:58.0

MÔNICA MARTINS DA SILVA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Assinatura Eletrônica

03/08/2022 09:16:55.0

NADIA GAIOFATTO GONÇALVES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rua Dr. Faivre, 405. Dom Pedro II, 6º andar, sala 610 - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-140 - Tel: (41) 3360-5105 - E-mail: profhistoria@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 211959

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 211959

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, pela dedicação e educação. Em especial à minha mãe, que também é professora, minha inspiração, orgulho e admiração. Obrigada por sempre me ajudar e incentivar.

Agradeço a minha noiva, Naiara Barbosa, que no momento dessa pesquisa foi meu apoio e acalento, minha parceira vida, me apoiando nos momentos mais difíceis, nas sobrecargas de trabalho entre a pesquisa o ensino. Obrigada por todo apoio, companheirismo e incentivo necessários para completar essa jornada.

Agradeço a minha professora orientadora Prof.^a Dr.^a Joseli Maria Nunes Mendonça por ser compreensiva e ter feito eu chegar até aqui. Como professora, suas aulas despertaram cada vez mais interesse pela teoria. Pelo seu modo de ensinar tornou o trabalho teórico - que muitas vezes é complexo - agradável e instigante. Obrigada por aceitar ser minha orientadora, por todo aprendizado e pelos momentos de motivação e apoio. Suas orientações, sugestões e críticas foram muito valiosas em toda trajetória de escrita e desenvolvimento de pesquisa.

Agradeço a todas as professoras e professores do PROFHISTÓRIA, que contribuíram grandemente para a formação desta pesquisa, abriram muitos horizontes em termos do que e como pesquisar, sugestão de leituras e críticas construtivas. Agradeço também ao próprio PROFHISTÓRIA pois sem esse programa talvez eu não tivesse realizado uma etapa tão profunda de formação profissional.

Agradeço as professoras Nádia Gaiofatto Gonçalves e Mônica Martins da Silva por se disporem a ler atentamente este trabalho e dar suas importantes contribuições para o seu aperfeiçoamento tanto no exame de qualificação quanto na banca de defesa.

Aos meus colegas do PROFHISTÓRIA, pelos debates, encontros e estudos. Pelos momentos de descontração, risadas, encontros divertidos, conversas na cantina, mas também pelos momentos que pudemos compartilhar nossas angústias, pois nunca esqueceram de fortalecer uns aos outros em uma difícil situação de conciliação de mestrado e atuação profissional.

Ao Vitor Magliocco, responsável pelo arquivo do Museu Municipal Atílio Rocco e também meu colega dos tempos de estágio, lutando diariamente com as adversidades, tentando vencer as condições impostas por agentes externos que na maioria

das vezes não possuem conhecimento histórico e museológico. Enfim, agradeço imensamente por não ter medido esforços para me ajudar na pesquisa, que foi árdua.

Ao Tiago Ienkot, responsável pelo projeto gráfico e desenvolvimento da página eletrônica que apresento aqui.

Agradecimentos são sempre difíceis, pois podemos esquecer de alguém, mas gostaria que todos que, de alguma forma fazem parte da minha vida, se sentissem abraçados.

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa feita sobre a população negra na História de São José dos Pinhais, cidade da região metropolitana de Curitiba. Por meio de pesquisas bibliográficas em obras que tratam sobre os temas da escravidão e do pós-abolição, buscamos informações e selecionamos fontes com o objetivo mais geral de elaborar uma metodologia e uma ferramenta de ensino e de divulgação ampliada desse tema. Os resultados dessa pesquisa estão apresentados nos capítulos que compõem a dissertação. Além dessa abordagem acadêmica do tema, desenvolvemos um método e um instrumento para o Ensino de História da Educação Básica e para divulgação ampliada - uma página eletrônica na qual são contemplados aspectos da história da população negra na cidade de São José dos Pinhais, nos períodos da escravidão e do pós-abolição: www.presencanegrasjp.com.br. Tendo como referencial importante as abordagens da História Local, o trabalho trata de um tema que até então não foi muito valorizado pela história oficial: a presença negra na cidade. O percurso se divide em seis pontos, cada um associado a um conteúdo que desenvolve o tema geral contemplado, e os subtemas a ele associados (escravidão e pós-abolição). Apresentamos também uma proposta de atividades didáticas a serem desenvolvidas a partir da navegação nos pontos do site.

Palavras Chaves: Ensino de História; Pós-Abolição; presença negra; relações étnico-raciais; São José dos Pinhais.

ABSTRACT

This work presents the results of a research carried out on the black population in the history of São José dos Pinhais, a city in the metropolitan region of Curitiba. Through bibliographic research in works that deal with the themes of slavery and post-abolition, we sought information and selected sources with the more general objective of elaborating a methodology and a teaching tool and expanded dissemination of this theme. The results of this research are presented in the chapters that make up the dissertation. In addition to this academic approach to the subject, we developed a method and an instrument for Teaching the History of Basic Education and for expanded dissemination - an electronic page in which aspects of the history of the black population in the city of São José dos Pinhais, during the periods of slavery and post-abolition: www.presencanegrasjp.com.br. Having as an important reference the approaches of Local History, the work deals with a theme that until then was not very valued by official history: the black presence in the city. The route is divided into six points, each associated with a content that develops the general theme contemplated, and the sub-themes associated with it (slavery and post-abolition). We also present a proposal of didactic activities to be developed from the navigation in the points of the site.

Keywords: Teaching History; Post-Abolition; black presence; ethnic-racial relations; São Jose dos Pinhais.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –Visitação com alunos 1º ano na exposição identidade negra: trajetórias Afrosão-joseenses, ano de 2019.....	03
Figura 2- Caminho do vinho apresentado na página da prefeitura.....	17
Figura 3 – Apresentação do caminho do vinho na página da prefeitura.....	17
Figura 4 – Apresentação do portal polonês na página da prefeitura.....	18
Figura 5 – Apresentação do portal da cidade na página da prefeitura.....	19
Figura 6- Serafim Machado.....	40
Figura 7 – Banda de música Santa Cecília.....	45
Figura 8- Integrantes da banda Santa Cecília.....	45
Figura 9- Mapa do site com os pontos do percurso.....	52
Figura 10- Fotografia do Memorial	53
Figura 11- O Correio de São José dos Pinhais de 22 de fevereiro de 1953.....	63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
1. HISTÓRIA OFICIAL E IDENTIDADE DO MUNICÍPIO SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.....	14
2. HISTÓRIAS RECONTADAS: EXPERIÊNCIAS DE ESCRAVIZAÇÃO EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.....	21
3. EXPERIÊNCIAS NEGRAS NO PÓS-ABOLIÇÃO	33
3.1 INSTRUÇÃO ESCOLAR NA EXPERIÊNCIA DA LIBERDADE.....	34
3.2 TRABALHO E AUTONOMIA.....	38
3.3 BAILES E MÚSICAS – POSSIBILIDADES DA VIVÊNCIA NA LIBERDADE.....	43
4. PRESENÇA NEGRA EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS: PERCURSO PARA ENSINAR E APRENDER HISTÓRIA.....	49
4.1 SUGESTÃO DE ATIVIDADES DIDÁTICAS -ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DA PÁGINA ELETRÔNICA PRESENÇA NEGRA EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.....	65
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
6. REFERÊNCIAS.....	79
7. APÊNDICE- ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DA PÁGINA ELETRÔNICA PRESENÇA NEGRA EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.....	85

INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a presença negra em São José dos Pinhais, realizada para construir um material de Ensino de História para a Educação Básica e de divulgação ampliada do tema, apresentado na forma de um percurso histórico denominado *Presença Negra em São José dos Pinhais*. Nesse percurso, que está apresentado na página eletrônica www.presencanegrasjp.com.br são contemplados aspectos da história da população negra na cidade, nos períodos da escravidão e do Pós-Abolição.

O objetivo do trabalho foi construir uma metodologia para se ensinar aspectos da história de pessoas negras em São José dos Pinhais a partir de um percurso histórico.

A pesquisa realizada por mim no âmbito do PROFHISTÓRIA, de certa forma teve seu ponto de partida antes mesmo de eu ingressar no programa, em 2009, durante o estágio que realizei quando cursava licenciatura em História na Universidade Tuiuti do Paraná e tive a oportunidade de entrar em contato com diversas fontes primárias que se encontravam no Museu Municipal Atílio Rocco, em São José dos Pinhais. Esse museu foi criado pela lei nº 34/77 de 19 de setembro de 1977 e é composto em sua maioria por objetos doados pela população local, que são mobilizados para exposições com temas variados, relativos a aspectos da história do município de São José dos Pinhais.¹ Desde então me interessei pelo acervo do arquivo e pela pesquisa histórica que poderia ser realizada por meio dele.

Naquela oportunidade, o acervo era formado praticamente apenas por objetos doados por famílias da elite local, em sua maioria descendentes de imigrantes europeus. No mesmo sentido, as exposições, desde sua fundação, privilegiaram a história dessa parte da população.

A primeira iniciativa distinta dessa orientação surgiu efetivamente em novembro do ano de 2019 quando o Museu Atílio Rocco realizou uma exposição denominada “Identidade Negra: Trajetórias AfroSão-joseenses”, que tratou da história da população negra na cidade de São José dos Pinhais e reuniu, pela primeira vez, fontes históricas, objetos, fotografias e biografias relativas às pessoas negras da cidade.

Em 2019, tive a oportunidade de levar uma turma, para a qual eu lecionava, à exposição, e pude perceber o grande interesse dos estudantes pela abordagem em um

¹ Mais informações sobre o Museu Municipal Atílio Rocco podem ser encontradas no link <http://www.sjp.pr.gov.br/museu-municipal-atilio-rocco/>.

ambiente de ensino que não fosse a sala de aula e a importância de apresentar aos estudantes uma história da cidade da qual até então quase não se falava. Esses dois aspectos acabaram sendo contemplados no desenvolvimento do trabalho no PROFHISTÓRIA.

FIGURA 1- VISITAÇÃO COM ALUNOS 1º ANO NA EXPOSIÇÃO IDENTIDADE NEGRA: TRAJETÓRIAS AFROSÃO-JOSEENSES



FONTE: O autor. 2019

Na exposição, o painel de abertura apresentava o tema e introduzia a importância de valorizar a história dos negros e negras na cidade, alertando ao fato de que ao contar a história da cidade de São José dos Pinhais, na maioria das vezes, o olhar foi voltado aos europeus, como poloneses, ucranianos e italianos, que constituíram colônias de imigração na área rural e que tiveram merecido destaque econômico e social da cidade. Ainda no painel de abertura, há a menção de algumas pessoas negras que tiveram destaque no estado do Paraná, como Enedina Alves Marques, a primeira mulher negra a se formar engenheira civil em 1945 pela Universidade Federal do Paraná, os irmãos Rebouças, engenheiros responsáveis pela Estrada da Graciosa e pela ferrovia Curitiba-Paranaguá, e também Maria Nicolas, que foi professora, escritora, pesquisadora.

O segundo painel apresentava dados estatísticos da população negra no Brasil, no Paraná e em São José dos Pinhais, além do mapa do estado citando algumas comunidades quilombolas paranaenses. O terceiro painel apresentava alguns aspectos da história de cinco pessoas negras da cidade, entre elas Serafim Machado, que por seus

conhecimentos foi fundamental na implantação das Usinas de Chaminé, Guaricana e na rodovia Curitiba-Joinville; Chiquinho Pereira, músico e maestro de destaque na região urbana da cidade; João Fagundes Machado, que integrou a Força Expedicionária Brasileira, tendo participado da Segunda Guerra Mundial em operação na Itália; Marco Aurélio Rosa, empresário da área de medicamentos veterinários da cidade; e Zacarias Alves Pereira, personagem bastante popular nas décadas finais do século XIX e início do século XX, e que desempenhou diversas atividades e profissões.

O quarto painel apresentava a história do bairro da Carioca. No centro de São José, o bairro é descrito como a região onde a população negra habitava, tendo recebido esse nome devido a fonte de água natural que ali existia ser chamada de Carioca.

No quinto painel, foi abordada a religiosidade afro-brasileira e o nome de algumas entidades ligadas à população negra, com ilustrações de divindades como Oxalá, Iemanjá, Iansã e Oxum. No final do painel afirma-se a existência de 60 templos, casas, terreiros, ou barracões de Umbanda, Candomblé, e Omolokô, atualmente, em São José dos Pinhais.

O painel seis apresentava textos sobre o legado afro-brasileiro, citando saberes, conhecimentos, cultura, tecnologia e trabalho trazidos pelos africanos ao Brasil. Apresentava ainda ritmos como a Congada, considerada Patrimônio Cultural Imaterial Negro no Paraná, o fandango no bairro da Carioca em São José dos Pinhais, grupos de capoeira também em São José dos Pinhais, e alguns exemplos de influência africana na culinária.

Havia também alguns objetos na exposição, que além dos painéis incluíram livros relacionados à história e à cultura afro-brasileira, e brinquedos como a boneca Abayomi, e algumas esculturas angolanas.

Ao visitar a exposição juntamente com os alunos do Ensino Fundamental e Médio da escola na qual leciono como professora de História, já pude conhecer diversos materiais sobre a escravidão e a presença de negros e negras na cidade. A partir disso, passei a realizar questionamentos sobre a maneira como a identidade local está constituída, baseada em narrativas que ressaltam a imigração europeia na história da constituição dos municípios e na formação da população paranaense e que silenciam sobre a presença de outros grupos étnico-raciais, como os negros e indígenas. Essa constituição identitária não ocorreu apenas em São José, predominando no Paraná em geral, como ressaltou Mendonça, observando no processo de ocupação do Estado uma

tentativa de “civilizar” a região a partir da exclusão da população nativa e dos negros e negras que viviam ali:

Desde meados do século XIX, quando a porção meridional de São Paulo – a sua 5ª Comarca – foi emancipada e constituiu a província do Paraná, a importância da introdução de imigrantes na formação da população local vem sendo ressaltada. Primeiramente foi parte de um projeto de povoamento, ocupação e “civilização” da região, vista pelas autoridades públicas provinciais como solução para o preenchimento de áreas que, a despeito da população nativa e dos chamados caboclos que ali habitavam, eram consideradas “vazios demográficos”, empecilho para o desenvolvimento da província.²

Também Delton Felipe considera que a memória negra no estado do Paraná se constituiu por meio de uma lógica muito comum no Brasil do final do século XIX que é a negação da cultura negra, visto que as práticas de vida da população afro-brasileira nas primeiras décadas do século XX foram compreendidas como obstáculo para a constituição do projeto nacional. Da mesma forma, a construção da identidade paranaense se fez por meio da omissão ou do esquecimento da presença da população negra no estado e, conseqüentemente, de sua memória nas narrativas oficiais.³

Para confrontar essa abordagem, e alinhada com a reformulação narrativa expressa pela exposição “Identidade Negra: Trajetórias AfroSão-Joseenses”, a proposta desta pesquisa foi estudar a história de negros e negras em São José dos Pinhais no contexto da escravidão e do pós-abolição para constituir um site para o ensino dessa História e também para divulgação a interessados, apresentando um percurso histórico formado por espaços da cidade que constituem relação com a história dessa população.

No âmbito do Ensino de História, a produção desse percurso permite contemplar algumas das demandas colocadas pela lei nº 10.639/03 e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, que subsidiam a aplicação a lei, a fim de propiciar as reparações, o reconhecimento e valorização da história, da identidade, e da cultura dos(as) negros (as) brasileiros (as), propondo a divulgação e produção de conhecimentos que favoreçam a construção de relações raciais mais justas e que apresentem elementos que valorizem e atribuam positividade às experiências de

² MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Escravidão, Africanos, e Afrodescendentes na “cidade mais europeia do Brasil”: Identidade, Memória e História Pública. **Tempos Históricos**, v. 20, p.218-240, jan/jun. 2016.p. 223.

³ FELIPE, Delton Aparecido. A presença negra na história do Paraná (Brasil): a memória entre o esquecimento e a lembrança. **Revista De História Da UEG**, Porangatu, v.7, n.1, p. 156-171, jan./jun. 2018, Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/7436/5602>. Acesso em 10 mai. 2022. p. 157.

pessoas negras no passado e no presente. Visamos, enfim, a construção de uma memória mais democrática, para que todos possam ter sua identidade valorizada.⁴

A Lei 10.639/2003 estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Reforçando essa proposta, em 2004, foram homologadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e em 2008, a Lei n.º 11.645/2008 estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura dos povos indígenas do Brasil. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais o objetivo de sua criação é:

[...] oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe A divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.⁵

É importante ressaltar que a necessidade de criação de leis e políticas específicas para a afirmação da diversidade só se deu historicamente pelo fato dessas questões terem sido negadas, invisibilizadas, ocultadas dos campos de conhecimento que compõem os currículos, das práticas e das políticas sociais e que a inclusão se efetivou como resultado da mobilização dos movimentos sociais negros.

Nessa perspectiva, as diretrizes propõem a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial e, portanto, objetivam propiciar reparações e valorização da história e cultura afro-brasileira. Nesse sentido, ao estimular o debate sobre a presença negra em São José dos Pinhais, o percurso pode permitir e estimular um outro olhar sobre a história e a identidade da cidade que não valoriza apenas aquela europeia constituída oficialmente.

⁴ BRASIL, Ministério da Educação. Resolução N° 1, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 mai. de 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em 10 mai. 2022.

⁵ Ibidem, p.10.

Nilma Lino Gomes afirma que a lei que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História da África e da cultura afro-brasileiras nas escolas deveria levar a uma descolonização dos currículos da Educação Básica e também da Educação Superior em relação à África e aos afro-brasileiros, o que significaria romper com a rigidez das grades curriculares e levar ao diálogo a escola, o currículo e a realidade social, além de formar professores e professoras reflexivos sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos.⁶ Em sua análise sobre a introdução da lei 10.639/03, Gomes observou que a lei possibilitou romper com o silêncio sobre a questão racial nas escolas, tornando legítimo o diálogo sobre a questão afro-brasileira e africana e também alertou para a importância do investimento no processo de formação de professores/as para a diversidade étnico-racial. Para a autora essa questão é uma mudança estrutural:

[...] o trato da questão racial no currículo e as mudanças advindas da obrigatoriedade do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nos currículos das escolas da educação básica só poderão ser considerados como um dos passos no processo de ruptura epistemológica e cultural na educação brasileira se esses não forem confundidos com “novos conteúdos escolares a serem inseridos” ou como mais uma disciplina. Trata-se, na realidade, de uma mudança estrutural, conceitual, epistemológica e política.⁷

Este trabalho pretende ser ao menos um pequeno passo nesse sentido, ao estimular o debate racial em sala de aula e objetivar atitudes de ensino emancipatórias em termos raciais, discutindo aspectos da história da população negra na cidade de São José dos Pinhais para possibilitar a valorização da sua identidade e memória.

Hebe Mattos e Martha Abreu também trazem reflexões sobre a relação entre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História, apontando que as Diretrizes têm aberto caminhos e nos feito pensar sobre estratégias de ensino e combate ao racismo, a exemplo do incentivo ao trabalho com a história local das organizações negras, sua historicidade, identidade, indo além daquela perspectiva predominante nos livros didáticos e no próprio ensino de história que restringe a luta da população negra somente ao período da escravidão.⁸

⁶ GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.** *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.p 102.

⁷ Ibidem, p.106

⁸ ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 5-20, jan./jun. 2008. p.14-15

Júnia Sales Pereira também analisa os desafios do ensino de História no imediato contexto pós lei nº 10.639, trazendo uma reflexão importante que pode nos ajudar a identificar estratégias para lidar com o ensino de História das relações étnico-raciais: ao invés de tomar “o escravo passivo e castigado” como vemos em imagens recorrentes nos livros, filmes e revistas, podemos enfatizar a diversidade de experiências que mostrem os africanos e seus descendentes como sujeitos históricos, oferecendo, por exemplo fontes originais, biografias, ou narrativas de experiências individuais.⁹ Nesse percurso, portanto, aproximando-se da estratégia levantada pela autora, procuramos trazer algumas experiências da população negra na cidade de São José dos Pinhais, permitindo contrapor as narrativas de homogeneização, como nas palavras da autora:

[...] trabalhar com a diversidade de origens, as práticas e implicações de escravidão africana e indígena e do tráfico transatlântico e com a percepção de que a história e a sociedade brasileira foram decididas e profundamente marcadas pelos africanos que para cá vieram e por seus descendentes, já permite afastar o risco da homogeneização presente em ideias simplificadas a respeito do “escravo”. Além disso, como dito no item anterior, essa abordagem faz dos africanos e de seus descendentes sujeitos históricos cuja ação deixou legados muito vivos e perceptíveis até hoje. [...].¹⁰

No âmbito do PROFHISTÓRIA vários trabalhos contemplaram a questão das relações raciais no ensino de História. Um exemplo é a dissertação de Leonardo de Jesus Tavares defendida na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 2019, intitulada “Esse Terreiro tem História” - Ensinando História e Cultura Afro-Brasileira por meio de um estudo sobre Candomblé”. Nela, o autor aponta que é urgente que se produzam novas reflexões sobre a aplicação da lei 10.639/03 e se expandam os horizontes de materiais de qualidade, efetivamente aplicáveis na atividade pedagógica. Como esse trabalho, a pesquisa que realizei também propõe desenvolver um material de ensino teoricamente fundamentado que auxilie docentes na aplicação dos conteúdos de Ensino de História da África e Afro-Brasileira e na valorização da identidade da população negra.¹¹

⁹ PEREIRA, Júnia Sales. Reconhecendo ou Construindo uma Polaridade étnico identitária? Desafio do Ensino de História no imediato contexto pós Lei n. 10639. *Revista Estudos Históricos*, Vol. 21, N. 41 2008. p.38-39.

¹⁰ Ibidem. p.44.

¹¹ TAVARES, Leonardo de Jesus. “Esse Terreiro tem História” - Ensinando História e Cultura Afro-Brasileira por meio de um estudo sobre Candomblé”. 2019. 139f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro -UFRRJ, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, 2019.

Outro dentre os muitos trabalhos que contemplaram a questão das relações raciais foi realizado por Evandro Rodrigues intitula-se “A representação do africano e afro-brasileiro nos livros didáticos de História após a Lei 10.639-03: entre escritos e perspectivas docentes” objetivou pensar as representações dos africanos e afro-brasileiros presentes nas narrativas de livros didáticos de História para a construção de um guia de bibliografias que abordam o Ensino da História da África, Cultura Africana e Afro-brasileira para serem trabalhados em sala de aula.¹² Nele, o autor mostrou que é necessário sensibilizar a todos que apenas conhecer a historiografia dos africanos, referente aos séculos que predominaram o sistema escravista desse grupo, não é suficiente, nem tampouco ecoar vozes de pesar e lamentos. É necessário aprofundar nossos olhares sobre esse período, e isso consiste em levantar e incentivar debates que tragam à tona que o racismo está em quase todos os lugares e é preciso combatê-lo.

A omissão de uma parte do passado na memória que se construiu sobre a cidade de São José dos Pinhais compromete a identidade de parcela significativa da população local. De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população negra em São José dos Pinhais é composta por 68.229 (25,9%) pessoas¹³. Por isso só é relevante levar o tema relacionado à história dessa população para as escolas, pois o silenciamento desse passado compromete a memória e identidade desse grupo étnico-racial. A relação entre memória e identidade foi abordada por Michael Pollak, que ressaltou que o registro do passado é importante para a formação de identidades e para a construção da memória individual e coletiva. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade e que se faz por meio da negociação direta com outros, disputados em conflitos sociais e que opõem grupos políticos diversos. Pollak denomina esses silenciamentos como memórias inaudíveis, pois sua transmissão se realiza quando se inserem no espaço público e passam a contestar e reivindicar seus espaços.¹⁴

¹² RODRIGUES, Evandro. A representação do africano e afro-brasileiro nos livros didáticos de História após a Lei 10.639/03: entre escritos e perspectivas docentes. 2018. 124f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade do Estado do Mato Grosso- UNEMAT, Cáceres, 2018.p 109.

¹³ Site Oficial da Prefeitura de São José dos Pinhais. Disponível em: <http://www.sjp.pr.gov.br/populacao-por-raca-ou-cor/>. Acesso em 4 out. 2020.

¹⁴ POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em 28 set. 2020.

Além disso é importante ressaltar que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade que pode ser construído tanto individual quanto coletivamente. Os acontecimentos vividos pessoalmente e os vividos pela coletividade à qual a pessoa sente pertencer são formadores da memória e estão também ligados às pessoas, personagens e lugares. A memória pode ser construída e reconstruída por diferentes elementos em disputa em diversos espaços e tempos. De acordo com Pierre Nora, a memória é afetiva e se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas e está em permanente evolução e aberta à dialética da lembrança e do esquecimento.¹⁵

A criação do percurso permite que a população local conheça essa história que foi obliterada da memória local e a construção do site também faz com que aqueles que não possam visitar presencialmente os locais, possam fazer o percurso de forma virtual.

No que se refere ao Ensino de História, o percurso possibilita desenvolver aulas de campo com a visitação dos alunos. Uma das motivações como professora que me fez despertar um olhar mais crítico em relação ao Ensino de História e as Relações Étnico-Raciais foi quando passei a observar o apagamento da história da população negra na cidade de São José dos Pinhais, tanto em relação ao conteúdo dos currículos quanto dos livros didáticos, e então pude perceber a importância de ampliar o olhar para os espaços da cidade e questionar a maneira que ela se apresenta. Construir o percurso possibilitou vislumbrar apagamentos tanto da presença negra na cidade de São José dos Pinhais quanto sua relação ao Ensino de História em sala de aula.

O Referencial Curricular do Paraná é um documento que subsidia a construção dos currículos pelas redes de ensino. Esse documento apresenta a contextualização legal para a implantação da Base Nacional Comum Curricular, um breve histórico da educação paranaense, os princípios orientadores que devem balizar a elaboração dos currículos escolares e a definição dos direitos e objetivos de aprendizagem, por etapas e anos de escolaridade, segundo suas especificidades.¹⁶

¹⁵ NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em 12 fev.2020.

¹⁶ Segundo o documento a elaboração do Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações tiveram início com a constituição do Comitê Executivo Estadual e Assessoria Técnica, por meio da Portaria nº 66/2018 - GS/SEED, alterada pela Portaria nº 278/2018 - GS/SEED. O referido Comitê executivo, composto pelas instituições: Secretaria de Estado da Educação - SEED/ PR Conselho Estadual de Educação - CEE/PR, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime e União Nacional dos Conselhos Municipais da Educação - Uncme, tem como atribuições encaminhar e tomar decisões sobre o regime de colaboração no nível das secretarias estadual e municipais de educação. Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações. 2018. Disponível em:

O Referencial prevê para os sextos anos, por exemplo, que os objetos de conhecimento e os objetivos de aprendizagem busquem identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas, compreendendo fontes e documentos como patrimônio histórico material e imaterial como fonte de pesquisa e de conhecimento científico. Outro objetivo consiste compreender a concepção de memória, relacionando aos lugares de memória e analisando a memória individual e coletiva no âmbito local, regional e nacional. Assim, a abordagem do *Percurso Presença Negra em São José dos Pinhais* pôde ser mobilizada para tratar das relações entre História e memória, tempo e espaço, formas de registros e produção do conhecimento histórico e patrimônio material e imaterial enfim, questões que estão imbricadas nas definições apresentadas no documento orientador da construção curricular do Estado do Paraná.

A importância da abordagem das questões raciais nas salas de aula do Estado do Paraná é reconhecida no Referencial Curricular do Estado, que ressalta a necessidade de compreender que vivemos em uma sociedade marcada pelas desigualdades, tensões e conflitos sociais que resultaram no desconhecimento sobre a história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, sobre a história das mulheres, das pessoas com deficiência, das diferenças geracionais que envolvem tanto as discriminações às pessoas idosas, quanto às crianças e adolescentes, sujeitos da educação, que passaram a ser considerados sujeitos de direitos somente a partir da Constituição de 1988.¹⁷

Tratando de forma central de aspectos que fizeram e fazem parte da história da cidade de São José dos Pinhais - explorando na abordagem dos locais um tema que até então não foi muito valorizado pela história oficial - esse trabalho tem como referencial importante a História Local. Esse tipo de abordagem permite trabalhar com a localidade e relacioná-la ao cotidiano dos alunos, podendo produzir sua inserção na comunidade da qual fazem parte e criar suas próprias identidades. De acordo com Maria Aparecida Leopoldino Tursi Toledo embora o crescente interesse pela história local não tenha acompanhado uma correspondente reflexão teórica e metodológica sobre ela, em que o professor possa apoiar suas decisões, entende-se que esse interesse pela localidade se faz, em grande medida, pela rejeição dos recortes temporais e espaciais considerados

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf> Acesso em: 20 out. 2020.

¹⁷ REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ: princípios, direitos e orientações. 2018. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf> Acesso em: 20 out. 2020.p.19

tradicionais.¹⁸ Nessa pesquisa, compartilhamos as ideias dessa autora, que entende História Local como uma modalidade de estudos históricos que, ao operar em diferentes escalas de análises, contribui para a construção de processos interpretativos sobre as diferentes formas com que os atores sociais se constituem historicamente e principalmente interessa-se pelos modos de viver, coletivos e individuais, dos sujeitos e grupos sociais situados em espaços que são coletivamente construídos e representados, na contemporaneidade, pelo poder político e econômico, sob a forma estrutural de “bairros” e “cidades”.¹⁹ Esse tipo de abordagem facilita a compreensão da historicidade do local de vivência, torna o conhecimento mais significativo e pode aproximar os conteúdos e a disciplina de História das experiências vividas pelos estudantes.

O trabalho adotou a metodologia da pesquisa bibliográfica em estudos que abordam os temas compreendidos na problematização: escravidão e pós abolição. Para construir esse trabalho, foi fundamental o contato com a equipe do Museu Municipal Atílio Rocco que em 2019 realizou a já mencionada exposição “Identidade Negra: Trajetórias AfroSão-joseenses”. A elaboração dessa dissertação e a construção do *Percurso Presença Negra em São José dos Pinhais* se beneficiou de algumas fontes utilizadas para a montagem da exposição, entre elas fotografias e jornais sobre Francisco Pereira, Serafim Machado, e a Bica da Carioca. Também a metodologia que valorizava a apresentação de trajetórias de vida inspirou a condução da pesquisa que resultou nessa dissertação e na construção do Percurso. Assim, esse contato possibilitou acesso a informações sobre o tema abordado e, nesse sentido, a exposição também se configurou como fonte importante para a realização desse trabalho.

Esse trabalho contém duas partes distintas, mas relacionadas. Uma delas, apresentada na forma dissertativa, traz os resultados das pesquisas feitas na bibliografia sobre os temas envolvidos na elaboração do percurso *Presença Negra em São José dos Pinhais* e é composta pelos capítulos 1 ao 4. No Capítulo 1 apresentamos a história oficial da cidade de São José dos Pinhais veiculada pelo poder público. Esse capítulo evidencia como foi constituída a identidade local baseada em narrativas que ressaltam a imigração europeia e não contemplam outros grupos étnico-raciais, como negros e indígenas. Nele, portanto, retomamos a narrativa que pretendemos confrontar.

¹⁸ TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. **História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia**. Antíteses, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, pp. 743-758
Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em 28 set 2020.p 750.

¹⁹ Ibidem.p.751.

No Capítulo 2 são apresentados elementos da história da população negra da região que atualmente compõe o município de São José dos Pinhais. Nele tratamos da história da escravidão, retomando aspectos que a caracterizam, e abordamos também alguns aspectos relativos às relações étnico-raciais. Mostramos que a escravidão local foi diferente daquela praticada nas regiões de *plantation*, havendo um padrão específico e predominante em que a maioria dos senhores possuía de 1 a 4 cativos e que as pessoas de ascendência africana - escravizadas, livres ou libertas - não estavam restritas apenas ao mundo do trabalho, mas estavam presentes também em festividades, jogos, bailes, etc. Entre essas e outras características, também levantamos questões relativas às uniões matrimoniais e as relações familiares constituídas pelos escravizados.

O Capítulo 3 aborda o período Pós-Abolição. Nele, retomamos estudos sobre o Pós-Abolição e os vinculamos às experiências de pessoas negras que viveram na cidade, para compreensão do seu significado naquele contexto.

O Capítulo 4 descreve os conteúdos do percurso histórico apresentados na página eletrônica www.presencanegrasjp.com.br.

Além do texto dissertativo, dividido nos quatro capítulos acima indicados, esse trabalho se compõe do próprio material didático elaborado, o percurso apresentado no formato da web (site). O percurso se divide em seis pontos, cada um associado a um conteúdo que desenvolve o tema geral contemplado, a presença negra na História de São José dos Pinhais e os subtemas a ele associados (escravidão e pós-abolição).

Em apêndice, apresentamos uma proposta de atividades didáticas a serem desenvolvidas a partir da navegação nos pontos do site *Presença Negra em São José dos Pinhais*.

Esperamos que esse trabalho cumpra os objetivos definidos e possa contribuir para a construção e divulgação de uma narrativa mais democrática e inclusiva sobre a história do município de São José dos Pinhais, ajudando na formação de identidades mais positivas.

1 - HISTÓRIA OFICIAL E IDENTIDADE DO MUNICÍPIO SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

As estruturas do poder de uma sociedade compreendem o poder das categorias sociais e dos grupos dominantes ao deixarem, voluntariamente ou não, testemunhos suscetíveis de orientar a história num ou noutro sentido; o poder sobre a memória futura, o poder de perpetuação deve ser reconhecido e desmontado pelo historiador. Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é "falso", avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo.²⁰

Neste capítulo tratamos da história oficial veiculada pelo poder público da cidade de São José dos Pinhais, nos aspectos relativos à formação de sua população. A cidade de São José dos Pinhais faz parte da região metropolitana de Curitiba. Antes do processo de criação do município, que ocorreu em 1853, a localidade era chamada de Arraial Grande, uma referência ao Rio Arraial, onde principalmente portugueses realizavam a exploração de ouro. Durante todo o século XVIII e boa parte do XIX, a maior parte da população vivia de uma agricultura de subsistência. De acordo com estudos arqueológicos, na época da ocupação portuguesa, o planalto curitibano era habitado por grupos pertencentes às famílias linguísticas dos Jê e dos Tupi-Guarani. Esses grupos foram escravizados pelos portugueses na extração do ouro do rio do Arraial, na abertura de estradas e nas mais diversas atividades domésticas, artesanais e no cultivo de pequenas lavouras de subsistências.²¹

Myriam Sbravati aponta que até 1759 a povoação de São José dos Pinhais era um simples bairro que não se sabe ao certo quando se tornou Freguesia.²² No dia 16 de julho de 1852, de acordo com a Lei provincial nº 10, São José dos Pinhais foi elevada à categoria de Município, porém a solenidade foi oficializada em 08 de janeiro de 1853.

²⁰ LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Unicamp, 1990. (Coleção Repertórios). Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em 22 abr.2020. p. 91.

²¹ PORTELA, Bruna Mariana. **Gentio da terra, gentio da guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para escravidão africana** (Capitania de São Paulo, 1697-1780).2014. 386f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36778/R%20-%20T%20-%20BRUNA%20MARINA%20PORTELA.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 20 out.2020.

²² SBRAVATI, MYRIAM. São José dos Pinhais, 1776-1852. Uma Paróquia Paranaense em estudo. 187 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Curso de Pós- Graduação em História do Brasil- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1980. p. 41. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27110/D%20-%20SBRAVATI.%20MYRIAM.pdf?sequence=1>.

Pela Lei nº 474 de 05 de abril de 1877 foi elevado à categoria de Comarca e em 27 de dezembro de 1897, de acordo com a Lei provincial nº250, a sede municipal foi elevada à categoria de cidade.²³

De acordo com a página eletrônica da Prefeitura municipal, a população no final do século XVIII era de 1502 pessoas; no século XIX havia crescido consideravelmente e, “no limiar do século XX” já eram mais de 20.000 os moradores da cidade. Nem todos os grupos étnico-raciais que compuseram o conjunto dos habitantes da cidade mereceram da Prefeitura o mesmo destaque. A história oficial do município divulgada pelo site, enfatiza a formação europeia da população, dando destaque à imigração que, juntamente com a industrialização, teria sido responsável por promover o progresso do local. Referindo-se ao contexto da segunda metade do século XIX, o texto de divulgação registra que em 1853 São José dos Pinhais tinha 4.660 habitantes. Nesse período, segundo o texto:

Além do crescimento econômico, outro elemento que contribuiu para o aumento populacional da região foi a chegada – a partir da segunda metade do século XIX – de imigrantes europeus, sobretudo poloneses, italianos e ucranianos. [...] A partir desse período, pouco a pouco o Município foi se libertando do atraso econômico e adentrando em uma nova era. Com o desenvolvimento provocado pela instalação de inúmeras indústrias diversas pessoas migraram para São José dos Pinhais e consequentemente o Município foi se expandindo.²⁴

Nenhum destaque é dado para as pessoas de origem africana que fizeram parte da história da cidade, que são mencionadas apenas em um trecho no qual se registra que “em 1853 já eram mais de 4.660 os “são-joseenses”, sendo que destes, 4.295 eram livres e 365 eram escravos”. A menção restringe a presença negra à experiência da escravidão e a associa ao atraso, que foi superado pelo desenvolvimento econômico propiciado pelo trabalho de imigrantes europeus. A História oficial da cidade, assim, colabora para a formação de uma identidade local que exclui pessoas negras e valoriza as de ascendência europeia.

O mesmo destaque na imigração europeia é feito por trabalhos acadêmicos, como o realizado por Gembaroski que, ao tratar da história da cidade considerou que no século XVIII:

²³ BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília M. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969. p.283.

²⁴ PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Disponível em: <http://www.sjp.pr.gov.br/evolucao-da-populacao/>. Acesso em 25 nov. 2019

Mais uma vez esta região estava na mira do desenvolvimento, agora pelo tropeirismo, que marcou não só esta região como também várias outras regiões do Paraná. Mesmo dentro desta nova importância econômica que estava sendo alvo a Freguesia de São José, esta ficou esquecida politicamente só vindo a ganhar credibilidade do Governo de São Paulo, algum tempo mais tarde, quando após várias pressões da população desta Freguesia, o Governo Paulista resolve ceder aos apelos locais, acontecendo então a emancipação política da Freguesia de São José para Vila de São José. Porém, o efetivo desbravamento e expansão das áreas cultivadas do município, assim como o surgimento de novas culturas, somente acontece após a imigração europeia, da [sic] qual a região foi agraciada.²⁵

A importância dos núcleos de colonização é ainda mais evidenciada nos conteúdos oficiais relacionados ao turismo. Nos textos por meio dos quais a cidade se mostra e convida para ser visitada, na página eletrônica da prefeitura, os núcleos de colonização são descritos como atrativos culturais, com destaque para a “rota das colônias”, o “Caminho da Murici” e o “Caminho do vinho”, cada um desses itens representando uma opção de acesso para o internauta no referido site. O link “Caminho do vinho” mostra a presença dos imigrantes poloneses, italianos, ucranianos, portugueses e alemães, apresentando-os como sujeitos que preservam a cultura, conservando as músicas típicas e danças dos países de origem, que “constituem parte da identidade do município”²⁶. O “Caminho do Vinho” é descrito no site como o local que “resgata a cultura italiana, sendo um dos pontos turísticos mais procurados da cidade. Apresenta mais de 30 propriedades rurais envolvidas nas mais diversas atividades, como produção e comércio de vinhos, restaurantes, cafés coloniais, chácaras de eventos e lazer, minhocários, pesque-pague, pousadas, artesanatos, entre outros. O roteiro propõe também visitas à colônia Mergulhão e arredores com destaque para o grupo folclórico Cuore D’Itália, “formado essencialmente pelos filhos dos descendentes de italianos da região”, e o Coral Belvedere, “ambos criados para florescer a cultura italiana, resgatando músicas e danças típicas daquele país europeu”.²⁷ As imagens inseridas no site para ilustrar os atrativos desse passeio, exaltam a importância da presença italiana na configuração desse atrativo turístico:

²⁵ GEMBAROSKI, Maria Luiza Cechela. Aspectos da formação da Comarca de São José dos Pinhais. Conhecimento Interativo, São José dos Pinhais, PR, v. 3, n. 2, p. 110-123, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/37636130-Aspectos-da-formacao-da-comarca-de-sao-jose-dos-pinhais.html>. Acesso em 22 abr.2020. p.111.

²⁶ PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Disponível em: <http://turismo.sjp.pr.gov.br/caminho-do-vinho>. Acesso em 26 mar. 2020.

²⁷ PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Disponível em: <http://turismo.sjp.pr.gov.br/caminho-do-vinho>. Acesso em 15 jul. 2020.

FIGURA 2- CAMINHO DO VINHO APRESENTADO NA PÁGINA DA PREFEITURA DA CIDADE



FONTE: Prefeitura de São José dos Pinhais: <http://turismo.sjp.pr.gov.br/caminho-do-vinho/>.

FIGURA 3 – APRESENTAÇÃO DO CAMINHO DO VINHO NA PÁGINA DA PREFEITURA DA CIDADE



FONTE: Prefeitura de São José dos Pinhais: <http://turismo.sjp.pr.gov.br/caminho-do-vinho/>

A descrição dessa atração turística no texto de apresentação informa que o roteiro visa “fomentar o desenvolvimento sustentável na região, divulgar o folclore, o artesanato, as comidas típicas, e valorizar o patrimônio histórico-cultural por meio do estímulo à preservação e conservação das casas históricas”. Destacam-se ainda os grupos folclóricos “formados essencialmente pelos filhos dos descendentes de italianos na região”.²⁸

Se no “Caminho do Vinho” o realce está na presença italiana, no “Caminho da Murici” ressaltam-se elementos da cultura polonesa. O roteiro propõe a visita a colônias

²⁸ PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Disponível em: <http://turismo.sjp.pr.gov.br/caminho-do-vinho/>. Acesso em 21 jul. 2020.

polonesas com destaque para grupos folclóricos, restaurantes, cafés coloniais, vinícolas e chácaras de entretenimentos e abrange as regiões da Colônia Murici, Avencal, Inhaíva, Roça Velha, Malhada e Saltinho da Malhada. A região é considerada a maior produtora de hortifrutigranjeiros da Região Metropolitana de Curitiba, uma “herança” dos imigrantes poloneses. Imagens utilizadas para ilustrar o atrativo turístico ressaltam a relevância da imigração²⁹. O empenho e o investimento na valorização da presença de descendentes de poloneses expressam-se pela construção do “Portal Polonês” que, segundo a prefeitura, é uma referência para um dos roteiros mais visitados do turismo local.

FIGURA 4 – APRESENTAÇÃO DO PORTAL POLONES NA PAGINA DA PREFEITURA



FONTE: Prefeitura de São José dos Pinhais: <http://turismo.sjp.pr.gov.br/rota-das-colonias/>

Ao caracterizar os locais que fazem parte desse percurso turístico, o site considera que eles resultam do “mérito também da herança dos imigrantes poloneses, principais colonizadores daquela área”. Ainda no mesmo roteiro, os poloneses e seus descendentes são descritos como os que “fizeram e fazem a trajetória das Colônias que constituem parte da identidade de São José dos Pinhais”. Percebe-se que a divulgação do turismo na cidade não contempla todos os grupos étnico-raciais que participaram da formação da cidade, não fazendo referência à cultura, história ou patrimônio de alguns grupos e excluindo outros.

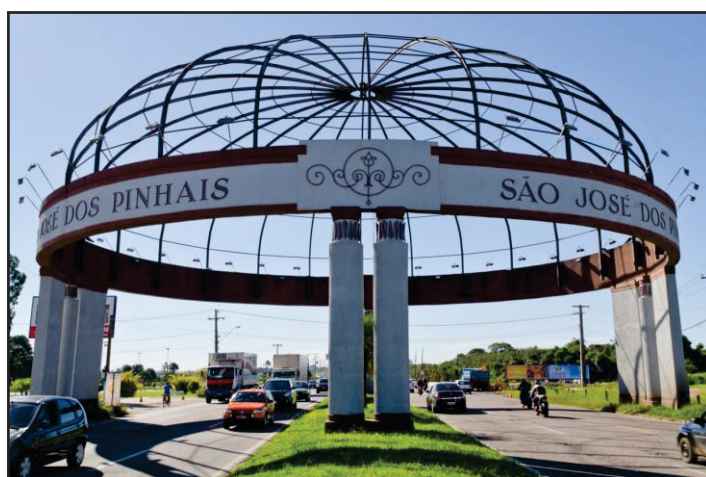
²⁹ PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Disponível em: <http://turismo.sjp.pr.gov.br/caminho-do-vinho/>. Acesso em 21 jul. 2020.

O terceiro passeio do roteiro turístico sugerido pela prefeitura é nomeado de “Rota das Colônias” e sua descrição é caracterizada como “o roteiro que contempla o maior número de etnias: italianos, poloneses, ucranianos, portugueses e alemães”³⁰.

Nesse passeio pelas várias colônias, mais uma vez, os aspectos relacionados à imigração são ressaltados: as festas de Igrejas como a festa do trigo da Colônia Marcelino, a festa da Rota das Colônias, os grupos folclóricos e musicais como o ucraniano Soloveico. Até mesmo danças folclóricas gaúchas são mencionadas, com destaque aos diversos gaiteros e violeiros existentes na região “os quais mantêm vivo os estilos campeiro, sertanejo e gaúcho”.³¹ Novamente omitem-se outros grupos na divulgação do turismo na cidade. É importante considerar que o turismo, além de importante atividade econômica, opera com elementos simbólicos que definem a maneira como a cidade se apresenta; constroem uma memória oficial e delineiam a identidade local, baseada na valorização da presença europeia.

Além dos pontos turísticos e culturais destacados, essa identidade marcadamente europeia se constituiu também pelo patrimônio histórico local, como podemos perceber no monumento que marca a entrada do Portal da Cidade:

FIGURA 5 – APRESENTAÇÃO DO PORTAL DA CIDADE NA PAGINA DA PREFEITURA



FONTE: Site da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais
<http://www.sjp.pr.gov.br/secretarias/secretaria-industria-comercio-e-turismo/area-urbana/portal/>.

³⁰ PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Disponível em: <http://turismo.sjp.pr.gov.br/rota-das-colonias/>. Acesso em 21 jul. 2020

³¹ PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Disponível em: <http://turismo.sjp.pr.gov.br/rota-das-colonias/>. Acesso em 21 abr. 2020

Além desse monumento localizado na divisa com Curitiba, e inspirado nas antigas estufas europeias utilizadas para o cultivo de plantas³², outras duas edificações que compõem o patrimônio Histórico Municipal são: a Capela Senhor Bom Jesus, tombada como Patrimônio Histórico do Município pelo Decreto 125/82 e a Catedral de São José dos Pinhais (Igreja Matriz) tombada pelo Patrimônio Histórico através da Lei 04/96.³³

Segundo o site da prefeitura a Igreja Bom Jesus a capela foi tombada por ser uma construção que lembra as antigas tradições religiosas dos são-joseenses e sua história remonta à chegada dos portugueses, que teriam trazido a devoção ao Senhor Bom Jesus. A gruta dedicada ao Senhor Bom Jesus foi construída pelo imigrante italiano João Marena e o terreno da capela construída por volta de 1926 doado por ele.³⁴

Na relação dos bens tombados como patrimônio histórico da cidade, constam várias edificações ou instituições que trazem o nome de imigrantes de origem europeia, como o Mausoléu Killian, no Cemitério Municipal, que remete à lembrança de uma família alemã, o Museu Municipal Atílio Rocco, que evoca um personagem italiano, a Biblioteca Scharffenberg de Quadros, que se refere a uma família alemã, a Casa de Lambrequim, que faz referência a uma técnica de ornamentação de origem europeia utilizado no Paraná principalmente pelos imigrantes italianos, ucranianos, alemães e poloneses.³⁵

Este breve levantamento de narrativas e de políticas públicas (de turismo e patrimonialização), apresentadas neste capítulo, mostra a forte presença da história da imigração na constituição da identidade do município. Nesses discursos oficiais eurocentrados não há lugar para outros grupos, como os formados por negros e negras ou indígenas. Como resultado, temos uma narrativa oficial que além de minimizar a importância da escravização e suas consequências, não considera a população negra como parte integrante da construção da cidade.

³² PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Secretaria Municipal de Educação. Suplemento de Geografia e História. 3º série/ Ensino Fundamental/Aluno. Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus. Curitiba, 2009. p. 151

³³ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAS. Disponível em: <http://www.sjp.pr.gov.br/secretarias/secretaria-industria-comercio-e-turismo/area-urbana/patrimonio-historico-tombado/>. Acesso em 02 abr. 2020.

³⁴ IGREJA BOM JESUS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Disponível em: <http://bomjesussjp.com.br/a-capelinha/>. Acesso em 21 set. 2020.

³⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS Disponível em: <http://www.sjp.pr.gov.br/secretarias/secretaria-industria-comercio-e-turismo/area-urbana/patrimonio-historico-tombado/>. Acesso em 02 abr. 2020.

2 - HISTÓRIAS RECONTADAS: EXPERIÊNCIAS DE ESCRAVIDÃO EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.

As narrativas de passado que privilegiam as pessoas de origem europeia em detrimento de outros grupos étnicos não são exclusivas de São José dos Pinhais e nem são restritas à contemporaneidade. Elas marcaram boa parte da produção da história oficial em vários âmbitos, inclusive na perspectiva da formação de uma História da Nação e da identidade nacional no século XIX. Estudando a produção historiográfica realizada nesse período e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Guimarães afirma que essa produção definirá a Nação brasileira dando-lhe uma identidade própria capaz de atuar tanto externa quanto internamente. No movimento de definir-se o Brasil, define-se também o outro em relação a esse Brasil e a ideia é de continuação de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia definiu aqueles que internamente ficaram excluídos deste projeto por não serem portadores da civilização: a população negra e indígena. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do outro, cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção. Portanto, a identificação com padrões europeus de desenvolvimento histórico e da cultura está presente desde o nascimento da historiografia no Brasil, no século XIX, e se manteve posteriormente. Guimarães observou a valorização do referencial europeu para pensar a História da nação, e a exclusão dos negros e negras dos processos históricos naquela instituição.³⁶ Para nos restringirmos àquela configurada no Paraná, podemos considerar que durante muito tempo as narrativas minimizaram a importância dos grupos não-europeus, dando destaque para os grupos envolvidos nos processos migratórios.

Kabenguele Munanga observou que, quando de sua ocorrência, a introdução de europeus no território brasileiro foi vista como uma solução para anular as diferenças étnico-raciais. Para o autor a ideia de exclusão da população não-branca se deve à

³⁶ GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988. p.6-7.
Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>. Acesso em: 23 jul. 2020.

produção discursiva da elite intelectual brasileira do fim do século XIX, pela qual se desenvolveu um modelo racista universalista que supõe a negação absoluta da diferença, ou seja, uma avaliação que sugere um ideal implícito de homogeneidade que deveria se realizar pela miscigenação e pela assimilação cultural. Portanto, a população negra no Brasil representava, do ponto de vista da elite, uma ameaça ao futuro da raça e da civilização brancas no país, e o processo de branqueamento era considerado o melhor caminho para aplacar essa ameaça sem conflitos, pois faria desaparecer o grupo negro.³⁷ Seguindo essas considerações de Munanga e observando o discurso expresso pela Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais – que retomamos no capítulo 1 -, podemos observar que a imigração ainda hoje em dia é usada para negar a presença negra também de maneira simbólica.

De acordo com Solange Aparecida Rosa, a população negra no estado do Paraná em 2013 estava em torno de 26%. Em Curitiba o número estimado é de 23% da totalidade de habitantes e em São José dos Pinhais 25,8%. Ainda que existam comunidades negras tradicionais, quilombolas³⁸ e religiosas em várias regiões do Estado, quando se trata de recordar uma personalidade negra paranaense que tenha se destacado ou a participação desse grupo na história da região, pouco se conhece ou se reconhece.³⁹

Não obstante o silenciamento sobre a presença da população negra na história da cidade de São José dos Pinhais, alguns trabalhos mostram que ela existiu e que foi importante. Um deles foi realizado por Cacilda Machado, que observou que desde os primórdios da colonização a mão-de-obra servil do Paraná era formada tanto pelos indígenas, como por africanos ou crioulos (descendentes de africanos nascidos no Brasil) e, “nesse contexto, cativos de origens e histórias muito heterogêneas eram reunidos num mesmo plantel, passando a conviver cotidianamente, respondendo a um mesmo senhor, dividindo as tarefas da labuta diária”⁴⁰

³⁷ MUNANGA, Kabenguele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.110-111. Disponível em: <file:///C:/Users/Philco/Downloads/rediscutindo-a-mesticagem-no-brasilkabeng.pdf>. Acesso em 14 abr.2020.

³⁸ Sobre as comunidades quilombolas ver “Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura (2005-2010)” Disponível em: <http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/arquivos/File/relatoriofinal2005a2010.pdf>. Acesso em 20. out. 2020.

³⁹ ROSA, Solange Aparecida. A educação para as relações étnico-raciais no município de São José dos Pinhais no período de 2013 a 2016. 2020. 203 f, Dissertação (Mestrado em Educação) Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=24734&idprograma=40001016001P0&anobase=2017&idtc=1283>. Acesso em: 15 abr. 2020.

⁴⁰ MACHADO, Cacilda da Silva. **Trama das Vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social** (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX). 2006. 360f. Tese

Outro trabalho que tratou da história da população escravizada foi realizado por Maria Angélica Marochi⁴¹. Nele, a autora analisa a história da cidade contemplando, além dos habitantes de origem europeia, também indígenas, e descendentes de africanos, a partir de fontes escritas - como documentos oficiais - e fontes orais produzidas por entrevistas feitas com pessoas que viveram na cidade. De acordo com a autora, ainda nos primeiros anos do século XVIII, no Arraial Grande na área onde hoje se localiza a cidade de São José dos Pinhais, e ao redor da capela de São José, atual Catedral de São José, ou ainda, mais próximo do povoado dos Ambrósios (hoje Tijucas do Sul), foram registradas as primeiras relações entre colonizadores portugueses e indígenas e africanos. Os africanos e seus descendentes, registra Marochi, passaram a fazer parte da população de Paranaguá e do planalto curitibano em meados de 1600. A autora observa que no Arraial Grande, a partir do século XVIII, diante das proibições da escravização indígena, o número de africanos escravizados aumentou.

O trabalho escravo realizado primeiro por indígenas e posteriormente por africanos e seus descendentes esteve presente em todas as atividades desenvolvidas pelos colonizadores portugueses na região, mesmo em número reduzido se comparado a outras regiões. De acordo com Marochi, a introdução da escravização dos africanos ao longo do século XVIII no Arraial Grande foi lenta e se deu à medida que alguns proprietários foram obtendo lucros com seus pequenos negócios, pois os primeiros exploradores não possuíam recursos financeiros para aquisição de muitos escravizados africanos, vendidos por um preço bem mais elevado. A escravização africana também se deu pela proibição da indígena, mesmo tendo sido essa lei desrespeitada por muitos anos; e, principalmente, pelo desaparecimento das aldeias indígenas por fome, epidemias e pelo trabalho compulsório.⁴²

De acordo com Marochi, em 1772, São José dos Pinhais contava com o segundo maior número de escravizados da região das terras meridionais da capitania de São Paulo, sendo que dos 833 habitantes, 688 eram pessoas livres e 145 eram escravizadas, contingente inferior apenas ao de Paranaguá. Já em 1780, dos 1287 habitantes, 1080 eram pessoas livres e 207 escravizadas. Em 1854 a população livre era de 4660 e a escravizadas de 365. No ano de 1858 nota-se um aumento considerável da população escravizada de

(Doutorado em História) - UFRJ/IFCS, Programa de Pós-graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2006, p.59.

⁴¹ Ibidem, p.60

⁴² MAROCHI, Maria Angélica. **História e Memória**. A busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais. São José dos Pinhais: Edição do autor, 2014, p.89

São José dos Pinhais: 4882 pessoas livres, sendo 2466 homens e 2416 mulheres e 498 pessoas escravizadas. Já em 1861 de 5.210 habitantes em que 4.883 eram livres, sendo 175 escravizados homens e 152 mulheres somando 327 escravizados no total. Portanto há uma diminuição do número de pessoas escravizadas ao longo desses anos.⁴³

Em relação à posse de escravizados em São José dos Pinhais nos séculos XVIII e XIX, Marochi e Machado confirmam os dados de Eduardo Spiller Pena que mostra uma característica marcante nestas regiões: a de senhores com poucos escravizados. Esse autor, ao se debruçar sobre os dados populacionais produzidos por meio de inventários e listas nominativas, constatou um padrão específico e predominante relativo à posse de escravizados na região: a maioria dos senhores possuía de 1 a 4 cativos apenas, localizados em pequenas chácaras ou lotes de terra que circundavam a área urbana da Comarca⁴⁴. O autor analisa diversos estudos que confirmam a predominância de pequenos plantéis nas regiões paranaenses, mas alerta que isso não significou que o escravismo tenha sido débil ou frágil nessa região, demonstrando ainda que São José dos Pinhais foi um dos casos mais nítidos do pequeno plantel escravista no Paraná na primeira metade do século XIX. De acordo com o autor:

A presença do pequeno proprietário escravista fica ainda mais realçada para a região do primeiro planalto paranaense ao tomarmos os municípios de Curitiba e São José dos Pinhais isoladamente. Este último para o ano de 1824, teve o maior índice dos proprietários com 5 ou menos cativos de todo o Paraná (85,5%); plantéis estes que chegaram a congregar 63% de todos os cativos da mesma localidade. Curitiba não ficou muito atrás, tendo 77,2% de proprietários da mesma faixa reunindo em torno de 44,4% do total de escravos do município. Para ambas as cidades, no mesmo ano citado, não se registrou a presença de grandes proprietários, possuidores de mais de 40 escravos.⁴⁵

Em São José dos Pinhais e em Curitiba, portanto, a predominância era de senhores de poucos escravizados, principalmente da posse de um a quatro escravizados por senhor. O número de senhores que possuíam de cinco a nove escravizados caiu no mesmo período (de 1782 a 1827) assim como os domicílios com mais de dez escravizados, como constatou Machado através das Listas Nominativas:

A mais interessante alteração decorrente do decréscimo percentual da população escrava de São José dos Pinhais deu-se na estrutura de posse

⁴³ Ibidem, p.102-103.

⁴⁴ PENA, Eduardo Spiller. **O Jogo da Face**. A Astúcia Escrava Frente aos Senhores e à Lei na Curitiba Provincial. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. p.87.

⁴⁵ Ibidem, p.30.

dos cativos. Do seletto grupo de escravistas, 58% deles tinham apenas 1 a 4 cativos em 1782; em 1803 esse grupo chefiava 66% dos domicílios com escravos, e 72% em 1827. O peso percentual de unidades domiciliares com escravarias médias – cinco a nove escravos – caiu sensivelmente no período (de 29 para 27 e depois para 24%), assim como o índice percentual dos domicílios com grandes escravarias (de 13 para 6 e finalmente para apenas 1%).⁴⁶

Os estudos de Machado e Pena reforçam que este não é um quadro exclusivo de São José dos Pinhais ou da região paranaense, pois comparativamente ocorreu em outras regiões no mesmo período, como Minas Gerais, por exemplo, que apresentou esse padrão até o final da escravidão.⁴⁷

Outro aspecto registrado pelos estudos – de Machado, principalmente - é o de que os escravizados não conviviam apenas com senhores (numa estrutura que seria dicotômica), mas inseriam-se numa “trama” mais complexa de dependentes, da qual faziam parte várias categorias de agregados, como parentes e expostos (crianças abandonadas que se incorporavam à família). Segundo Machado, não eram poucos os domicílios com agregados em São José dos Pinhais:

Observa-se que eles [agregados] tinham presença marcante, especialmente em 1803, ano cuja lista nominativa de habitantes apresenta maior detalhamento das informações, se comparada com as demais. Assim, 10% dos 160 fogos da freguesia tinham agregados em 1783; nada menos que 18,5% dos 319 domicílios registrados em 1803, e em cerca de 12% das 589 unidades, em 1827. Em 1803, 23,2% tinham ao menos um parente não nuclear ou um exposto, sendo este índice de 9,7% em 1827. No entanto, não acredito que eles estivessem presentes em menor número, ao menos não tanto, em 1827. Tudo indica ser este um caso de sub-reitor.⁴⁸

Marochi definiu os agregados como pessoas que em sua maioria viviam economicamente subordinadas ao grupo dos senhores proprietários. Estes, geralmente viviam em terras das propriedades nas quais prestavam serviços, mas muitas vezes em locais mais distantes da sede ou da casa do proprietário e, em alguns casos, exerciam as funções de capatazes, capangas ou feitores. De acordo com a autora, em 1780, os agregados somavam um total de 15,2% da população.⁴⁹ Assim como os agregados, trabalhadores escravizados realizavam atividades da agricultura, serviços domésticos,

⁴⁶ MACHADO, Cacilda. *op. cit.*, p.71-72.

⁴⁷ PENA, Eduardo Spiller. *op. cit.*, p.31

⁴⁸ MACHADO, Cacilda. *op. cit.*, p.80

⁴⁹ MAROCHI, Maria Angélica. **História e Memória.** A busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais. *op.cit.*, p.96

tarefas urbanas e de comércio. As ocupações dos trabalhadores escravizados são abordadas por Pena, que registra que no Paraná do século XIX eram basicamente realizadas na lavoura de subsistência, na pecuária e na colheita da erva-mate, atividades de certa forma, secundárias à economia do Brasil monárquico, baseada nas lavouras de café e de cana.⁵⁰ Os escravizados foram utilizados nos primórdios da colonização na extração de minérios e depois, no século XIX, na exploração e exportação de erva-mate, no trabalho na área de subsistência ligada à produção de gêneros alimentícios derivados do gado e das roças, no cultivo de árvores frutíferas, na confecção de artefatos e na área de mercado da criação e na comercialização de gado para o litoral de São Paulo.⁵¹

Na passagem do XVIII para o XIX, a população da freguesia de São José se mantinha basicamente da agricultura e da criação de animais para o mercado interno e externo por meio da exportação de toucinho, erva-mate, fumo e farinha de trigo. Machado afirma que “a freguesia estava voltada principalmente para o cultivo de feijão, trigo e fumo, para uma criação muito diversificada e para a extração da congonha [erva mate].⁵² Myriam Sbravati registra também ocupações de manufatura, observando que já no século XVIII, ao lado da economia de subsistência, aparecem os primeiros alvarás de licença concedidos pela Câmara de Curitiba para estabelecer em São José dos Pinhais os ofícios de sapateiro, ferreiro, bem como para lojas de secos e molhados, de fazendas e outros.⁵³

Na região de Curitiba, em 1875, o grupo de escravizados registrados como “lavradores” constituiu mais da metade dos classificados – 52,7%. Em segundo lugar vem o grupo profissional “domésticos” com 42,4% e os artesãos por último, com uma pequena taxa de 3,9%. Outros grupos de ocupações mais independentes correspondem a 1,0%, como por exemplo, “jornaleiros”, “lavadeiras” e “carroceiros”, possivelmente todas elas de “negros de ganho” localizadas na área mais urbana da Capital.⁵⁴ O Livro de Classificação dos Escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação de 1871 a 1872 em São José dos Pinhais⁵⁵ registrou diversas ocupações de trabalhadores escravizados entre elas as de lavradores e lavradoras, cozinheiras, domésticas e

⁵⁰ PENA. Eduardo Spiller *op. cit.*, p.27

⁵¹ *Ibidem*, p.25

⁵² MACHADO, Cacilda. *op. cit.*, p.93

⁵³ SBRAVATI, Myriam. *op cit.*, 1980, p.45.

⁵⁴ PENA. Eduardo Spiller. *op. cit.*, p.53

⁵⁵ A classificação dos escravizados foi exigida pelo artigo 3º da lei número 2040 de 1871 e fixada pelo regulamento número 5135 de 1872. No Paraná, os primeiros registros ocorreram no ano de 1873 estendendo-se a cada ano, até 1886. Cumpria à junta classificadora de cada município apontar os escravizados ainda vivos e remanescentes da matrícula especial de 1872. PENA. *op.cit.*, p.32.

domésticos, peões, carpinteiros, alfaiates, arrieiros e engomadeiras.⁵⁶ A partir dessa mesma tipologia de fontes, do ano de 1876, Marochi observou que as mulheres escravizadas foram registradas como cozinheiras, domésticas, lavradoras, engomadeiras e lavadeiras. As que se dedicavam à agricultura eram poucas, enquanto os homens, quase todos, foram registrados como lavradores. Outras atividades registradas foram as de peões, pedreiros, carpinteiros, alfaiates, arrieiros e engomadores.⁵⁷

Assim, podemos considerar que os escravizados, na região de Curitiba e São José dos Pinhais, desempenhavam as mais diversas atividades e profissões. O surgimento das matrículas de escravizados destinadas à emancipação prevista na lei de 1871 possibilitou saber mais detalhes sobre as atividades por eles desenvolvidas. Apesar de a maioria ser registrada como lavrador ou doméstico, eles realizavam também tarefas de tecelagem de vestimentas, fabricavam diversos produtos, como sabão, farinha, doces, queijos, manteiga; trabalhavam na extração, produção e comercialização da erva-mate; e ainda havia os que prestavam serviços como trabalhadores de aluguel ou de ganho.⁵⁸

Mas as pessoas de ascendência africana - escravizadas, livres ou libertas - não estavam restritas apenas ao mundo do trabalho. Elas estavam presentes também em festividades, jogos, bailes, dentre outras manifestações culturais. Marochi analisou documentos históricos que constatarem evidenciam esses aspectos da vida social e cultural da população negra que vivia na cidade, bem como a perseguição que sofriam:

O Código de Posturas de 1829 proibia a presença dos escravos de ambos os sexos nos batuques ou outras danças populares [...] o vereador Antunes criticou a ser dura demais a pena de 25 açoites, aplicadas aos escravos caso fossem apanhados “em diversos lugares de rodas das povoações que se juntam para jogos”.⁵⁹

⁵⁶ LIVRO DE CLASSIFICAÇÃO DOS ESCRAVOS PARA SEREM LIBERTADOS PELO FUNDO DE EMANCIPAÇÃO. São José dos Pinhais. 1871 a 1872. Arquivo do Museu Municipal Atílio Rocco. 19 de março de 1873.

⁵⁷ MAROCHI, Maria Angélica. **História e Memória**. A busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais. *op.cit*, p.133.

⁵⁸ Os escravizados de ganho eram aqueles que desenvolviam as mais diversas modalidades de tarefas sobretudo no espaço urbano. Eram mandados pelos seus senhores à rua, para executar as tarefas para as quais fosse requisitado; e no fim do dia, semanalmente ou mensalmente, tinham que entregar a seus proprietários uma determinada quantia por eles previamente estipulada. Segundo Luiz Carlos Soares, Jean Baptiste Debret forneceu indicações de que muitos escravizados operários, marinheiros, quitandeiros de loja, barbeiros, cirurgiões e pescadores também trabalhavam sob o regime de ganho. SOARES, Luiz Carlos. Os Escravos de Ganho no Rio de Janeiro do século XIX. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.8 n°16, pp.107-142. mar.88/ago.88. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3677. Acesso em 27 set 2020.

⁵⁹ MAROCHI, Maria Angélica. **História e Memória**. A busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais. *op.cit*, p.160.

Pena constatou, por exemplo, que o chafariz do Largo Zacarias era um local que além de abastecer grande parte da população curitibana de água, servia de ponto de encontro de pessoas para comércio ambulante, para passeios e troca de ideias, sendo denunciado como local de desordem que deveria ser controlado pelas autoridades. Além disso, as correspondências da Secretaria de Polícia durante as décadas finais do século XIX, estão recheadas de evidências que demonstram uma incansável perseguição às festas populares, entre elas os bailes de imigrantes que congregavam escravizados e libertos, fandangos, batuques e muitas outras manifestações de divertimento popular.⁶⁰

Em São José dos Pinhais também houve perseguição e tentativa de controle da população negra por parte das autoridades. Além do Código de Posturas de 1829 que determinava as penas a serem aplicadas aos escravizados que frequentassem esses locais, no Paraná, a partir da década de 1870, foram publicados decretos com diferentes e mais pesadas punições para a população escravizada, como por exemplo, a prisão e multa por galopar nas ruas e se apanhados nos bailes de congada e jongo.⁶¹

Machado mencionou uma outra característica sobre os escravizados em São José dos Pinhais: um número significativo de propriedades rurais comandadas por escravizados ou por libertos – sem a presença de senhores. A autora explica que:

Das 205 propriedades da freguesia de São José, 27 estavam em nome de escravos. Na verdade, não há como decifrar exatamente o que isso significa, pois, a identificação é ambígua. Tem-se apenas a indicação de que nessas propriedades as pessoas estabelecidas eram “os escravos de Thomas João” ou “os escravos de Paulo da Rocha”, e assim por diante. Como quase todas essas propriedades eram heranças (apenas uma fora comprada, e outras duas foram formadas por herança e compra), e uma vez que na lista nominativa do mesmo ano encontrei apenas quatro domicílios integrados somente por escravos (com senhores ausentes), tendo a acreditar que em cada uma dessas propriedades viviam libertos de um único senhor que, com seus descendentes, exploravam essas terras, ainda que não necessariamente fossem legalmente suas.⁶²

Como observou a autora, possivelmente uma característica da escravidão na região fosse uma margem de autonomia não desprezível praticada por pessoas escravizadas. Muitos desses domicílios seriam de negros e pardos livres que nelas habitavam, embora certamente existissem inúmeras propriedades em nome de uma só

⁶⁰ PENA, Eduardo Spiller. *op.cit*, p.2.

⁶¹ MAROCHI, Maria Angélica. **História e Memória**. A busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais. *op. cit*, p.164.

⁶² MACHADO, Maria Angélica. **História e Memória**. A busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais. *op. cit*, 101-102.

pessoa, habitadas e cultivadas por sua família ampliada e organizada por agregados que mantinham domicílio independente na propriedade.⁶³

Machado ainda trouxe algumas observações de grande relevância para compreensão da composição da população escravizada do Paraná e especificamente de São José dos Pinhais. Sobre os registros dessa população, segundo a autora, a partir de 1798, nos censos populacionais, os escravizados eram discriminados especialmente pela cor (pardos ou negros) e tanto no Paraná quanto em São José dos Pinhais, a população cativa apresentava um alto percentual de pardos. Em 1803, dos 255 cativos, 157 foram identificados como pardos e 92 como negros, sendo que apenas 16 deles foram registrados como africanos. Em 1827, dos 285 escravizados registrados em São José, 119 foram designados pardos e 166 negros, e destes, apenas oito foram recenseados como africanos. A autora então indicou algumas hipóteses para tentar explicar o alto percentual de escravizados e livres registrados como pardos. Uma delas é que a cor era lida como condição de diferenciação social no Paraná, em que parte da população livre parda era vista “com um pé na escravidão” e parte da população escravizada parda tinha “um pé no mundo dos livres”. Outra hipótese sugerida pela autora é que se tendia a identificar os nascidos na região como pardos e os comprados fora, como negros. Além disso, na ótica senhorial discriminatória, os nascidos no lugar, principalmente mulheres e crianças, eram vistos de forma diferenciada dos “estrangeiros” africanos.⁶⁴

De acordo com Marochi, em diferentes levantamentos estatísticos da população paranaense realizados no transcorrer do século XIX, a cor da pele das pessoas aparece como branca, preta, mulata ou parda. Segundo a autora, havia por parte de um segmento da sociedade a proposta de um “branqueamento” da população livre.⁶⁵

Machado aponta que no Paraná existiam poucos homens brancos e um número ainda menor de mulheres brancas, uma população mestiça relativamente grande e com um grupo cativo basicamente crioulo, ou seja, nascido no Brasil. A autora afirma ainda que a tarefa de conhecer os critérios que norteavam a designação da cor das pessoas é complexa não só no Paraná, pois, como já mencionado, a designação da cor tinha mais relação com a sua inserção social do que propriamente com a ascendência étnica. Além disso, considerou ainda que as inúmeras mudanças na atribuição de cor analisadas entre

⁶³ MACHADO, Maria Angélica. **História e Memória**. A busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais. *op.cit*, p.102.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 136-137.

⁶⁵ MAROCHI, Maria Angélica. **História e Memória**. A busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais. *op.cit*, p.127.

os anos 1798 a 1830 em Curitiba, Paranaguá e São José dos Pinhais demonstraram que as designações nos censos e mapas populacionais dependiam também de quem o preenchia, ou de quem fornecia as informações e concluiu que, provavelmente a cor negra era atribuída a escravizados recém-chegados e a cor parda aos cativos nascidos no lugar e integrados socialmente⁶⁶. Havia então um certo “padrão” de registro:

Quando se lê as listagens de cativos nota-se um padrão na identificação, talvez determinado por instâncias superiores, já que em outras localidades o mesmo ocorria: buscava-se listar primeiro os negros e depois os pardos, e dentro desses grupos primeiro os homens depois as mulheres, e esses por idade, dos mais velhos para os mais jovens. Evidentemente, em São José dos Pinhais este modelo estava perfeitamente concretizado em pouquíssimos domicílios, posto que a maior parte deles pertencia a pequenos escravistas (e em muitos havia apenas um ou dois cativos), e porque parte considerável das escravarias maiores tinha apenas um ou dois cativos negros, e um contingente maior de pardos.⁶⁷

Nesse sentido, no que se refere à cor, podemos considerar que a escravidão em São José dos Pinhais teve características semelhantes às de Curitiba e outras regiões do Paraná. Como já mencionado, uma característica dessa população era a forte presença de pardos entre os livres, oscilando na passagem do século XVIII para o XIX em torno de 40% e seus habitantes viviam basicamente da pecuária e da agricultura de subsistência e abastecimento do mercado interno.

Uma outra característica da escravidão em São José dos Pinhais, que difere de outras regiões do país, diz respeito à formação das famílias escravizadas. Nas unidades de *plantation*, havia maior incidência de casamentos legitimados pela Igreja entre os escravizados. Em São José dos Pinhais ocorria o contrário pois, como vimos, predominavam os pequenos escravistas e os casamentos legitimados pela Igreja eram menos frequentes. Para Machado:

Em São José dos Pinhais, ambiente de predomínio quase absoluto de pequenos escravistas, os dados tendem, num primeiro momento, a confirmar as dificuldades dos cativos em constituir e manter relações parentais. Isto porque, na comparação com os livres, poucos escravos legitimavam uniões matrimoniais. A partir de mapas de população, measurei o estado matrimonial dos cativos com mais de 20 anos, encontrando, para Curitiba e São José, juntas, uma taxa de 19,5% de

⁶⁶ MACHADO, Cacilda. **Sobre a cor dos escravos e dos pobres livres da Freguesia de São José dos Pinhais** (do século XVIII para o XIX) ‘USOS DO PASSADO’ XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH, 2006. Rio de Janeiro. ESS- Universidade Federal do Rio de Janeiro e DEHIS- Universidade Federal do Paraná. 2006. p. 4.

⁶⁷ MACHADO, Cacilda. **Sobre a cor dos escravos e dos pobres livres da Freguesia de São José dos Pinhais**. *op. cit.*, 2006. p. 139-140.

casados e viúvos em 1804, e de 18,9% em 1830, índices bem mais baixos do que os da população livre (73,8% em 1804 e 79,1% em 1830) e mesmo da população livre de cor (57,9% em 1804 e 75,5% em 1830). Os dados sobre legitimidade dos filhos de cativas da freguesia refletem esse quadro: dentre 271 crianças de mães escravas que ali foram batizadas entre 1775 e 1802, 55,4% (150) eram ilegítimas [ou seja, não eram oficializadas pela Igreja] para 684 crianças de mães livres cujos batismos estão registrados nesse mesmo período, as ilegítimas constituíam apenas 26,2% (179).⁶⁸

Para a autora, a menor incidência de casamentos legítimos entre os cativos não ocorreu por impedimento de seus senhores, mas possivelmente deveu-se à dificuldade na legitimação da família e na sua estabilidade domiciliar. No entanto, apesar da omissão desses vínculos nas fontes, a mesma autora notou que havia numerosos casamentos e a família com membros escravizados não era menos comum que nas regiões de grandes planteis:

A partir do cruzamento da lista nominativa de 1803 com registros de batismos, casamentos e óbitos pude resgatar algumas famílias de cativos da freguesia de São José dos Pinhais, ou pedaços delas. Dos 63 domicílios escravistas naquele ano, consegui confirmar a existência de relações familiares em 34 deles, englobando 124 (48,4%) cativos dos 256 arrolados na freguesia, percentual tão ou mais significativo do que aquele comumente encontrado em plantéis de grandes escravistas.⁶⁹

Outra característica importante e que não é exclusiva da freguesia de São José dos Pinhais, é que as uniões matrimoniais legítimas entre os escravizados eram em sua maioria mistas. De acordo com Machado, “dos 148 casamentos envolvendo escravizados registrados na paróquia entre 1759 e 1888, 65 uniram dois cativos, e os outros 83 uniram um escravizado a um forro ou um livre.”⁷⁰ Para a autora, os cativos e suas famílias empenhavam-se em realizar casamento com pessoa livre, pois conferia um meio eficaz para a conquista da alforria para si e da liberdade para sua descendência. Por fim, também os livres pobres (brancos ou não) envolviam-se nesse confronto, disputando a efetivação de vínculos por meio do casamento, que lhes possibilitassem a integração (quando migrantes), bem como a ascensão ou ao menos a manutenção do status social.⁷¹

Uma evidência da pujança da família com membros escravizados é a reprodução vegetativa da população escravizada local. Horácio Gutierrez, ao estudar a população

⁶⁸ MACHADO, Cacilda. *op. cit.*, 2006. p. 150-151.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 153.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 154.

⁷¹ *Ibidem*, p. 246.

escravizada no Paraná, apontou que a maior parte dos escravizados domiciliados nas vilas e freguesias paranaenses era aparentemente formada por indivíduos nascidos e criados nesta região ou em suas circunvizinhanças. A estrutura etária dos crioulos insinuava que a sua presença no Paraná obedecia menos a compras feitas pelos senhores em regiões distantes do Brasil e da África e mais a nascimentos regulares de crianças.⁷²

De acordo com Solange Aparecida Rosa, para o senso comum, a escravização de africanos e descendentes no Paraná não existiu, da mesma forma como inexiste uma população negra expressiva no estado e na Região Sul de forma geral. A historiografia sobre a escravidão no Brasil demonstra que, de fato, nas regiões do Brasil onde predominou a economia de *plantation* (produção de cana-de-açúcar, atividades mineração e plantações de café) o contingente de escravizados foi mais expressivo.⁷³

A importância da escravidão foi minimizada também por intelectuais, em obras clássicas sobre a história do Paraná. Segundo Penna, ao desconsiderar a existência da escravidão no Estado, a noção de escravatura com que Wilson Martins, por exemplo operou, é a que corresponde àquela que se efetivou nos plantéis ou senzalas com grande número de escravizados. Para o autor, isso se deu a partir da leitura de uma historiografia que concentrava a análise da escravidão em áreas essencialmente monocultoras ou de intensa atividade de extração mineral.⁷⁴

Como vimos ao longo desse capítulo, vários estudos têm ressaltado a importância da escravidão na economia e na sociedade do Paraná colonial e provincial. Os estudos evidenciam não apenas que a população escravizada de São José dos Pinhais foi significativa e importante para a cidade nos séculos XVIII e XIX, mas também que ela foi composta de homens e mulheres que mesmo submetidos as diversas e extremas formas de exploração, como foi a escravidão, foram sujeitos que atuaram nos espaços sociais, culturais, econômicos; trabalharam em ofícios importantes e mesmo qualificados, constituíram famílias.

⁷² GUTIÉRREZ, Horácio. **Crioulos e Africanos no Paraná, 1798-1830**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.8, n.16, p.161-188, mar.88/ago.88. Disponível em: https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=25. Acesso em 30 mai. 2022. p. 170.

⁷³ ROSA, Solange Aparecida. *op. cit.*, p.78

⁷⁴ PENA. Eduardo Spiller *op.cit.*, p.53

3 – EXPERIÊNCIAS NEGRAS NO PÓS-ABOLIÇÃO

A história da população negra não se resume às experiências da escravidão. Um campo de estudos bastante importante vem ampliando os conhecimentos sobre as experiências de pessoas negras no contexto do período do Pós-Abolição. Esse campo de estudo, até a década de 1990 aproximadamente, enfocava apenas a marginalização dos libertos no mercado de trabalho pós-emancipação. Nesse sentido, Ana Maria Rios e Hebe Matos observaram que durante algum tempo as pesquisas reforçavam a ideia de que após a abolição da escravidão o negro foi deixado à própria sorte, tendo sido substituído pela chegada em massa de imigrantes europeus. Porém essa forma de abordagem se modifica, pois pesquisadores passaram a se dedicar a estudar os projetos dos libertos, sua “visão” do que seria liberdade, os significados deste conceito para a população que iria vivenciá-la e não apenas para os que o definiriam nos diferentes momentos do processo de emancipação.⁷⁵

Esse aspecto também foi ressaltado por Mendonça, Mamigonian e Teixeira⁷⁶ que observaram que esses estudos que colocam de forma central a “marginalização dos negros” foram produzidos em geral no âmbito da sociologia e da antropologia e destacavam sobretudo as “heranças da escravidão” e o racismo como elementos determinantes do período. As autoras consideraram que tanto as pesquisas da Escola Paulista nas décadas de 1950 e 1960 (que enfatizavam a dificuldade de inserção dos negros e negras pós-emancipação devido à falta de “reparação dos brancos”) quanto as pesquisas posteriores focadas no racismo foram de grande importância por mostrarem as dificuldades vivenciadas por negros e negras no Brasil e de constituir responsabilidades do poder público e de grupos racialmente hegemônicos. Porém, pesquisas realizadas no âmbito da História Social do Trabalho mostravam que mesmo vivendo em condições extremamente adversas, os escravizados tinham buscado e muitas vezes conseguido fazer valer suas expectativas e seus projetos.

Nesse sentido, desde sua constituição como campo de pesquisa, os estudos do Pós-Abolição vêm buscando responder questões que problematizam a maneira com que

⁷⁵ RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*. 2004, vol.5, n.8, p.173.

⁷⁶ MENDONÇA, J, M, N; TEIXEIRA, L. MAMIGONIAN, B, G. **Pós-Abolição no Sul do Brasil**. Salvador: Sagga, 2020. Disponível em: <https://afrosul.com.br/pos-abolicao-no-sul-do-brasil/>. Acesso em: 27 jul.2021. p.9

os negros e negras lidaram com os novos desafios e estigmas que a abolição introduzira. Segundo Ana Maria Rios e Hebe Matos⁷⁷, o processo de emancipação foi diferente para ex-escravizados que, como na Jamaica, eram majoritariamente africanos ou filhos destes, em relação àqueles que, como nos EUA, eram há várias gerações nascidas em terras americanas; foram diversas também em situações como Cuba e Brasil, nas quais as várias situações se misturavam. Foi diferente para populações que se acostumaram a misturar-se e a relacionar-se, por laços de vizinhança, compadrio, amizade ou casamento, a uma população livre pré-existente. Foi distinta para os que se viram livres em sociedades com forte construção legal relacionando igualdade e acesso à cidadania política, com presunção de plenos direitos a todos os cidadãos (desde que livres e homens) ou em sociedades onde essa presunção não existia na prática, nas quais relações pessoais se faziam definidoras de direitos num quadro de manutenção de relações hierárquicas e clientelísticas, como a brasileira.

Portanto, um dos aspectos ressaltados pelos estudos sobre o Pós-Abolição é o de que a liberdade alcançada com o fim legal da escravidão teve significados diferentes para homens ou mulheres, ex-escravizados urbanos e rurais, com habilitações profissionais ou de “roça” e em razão de vários elementos que conformavam o contexto nos quais viviam. Nesse capítulo, retomamos alguns desses estudos aspectos sobre as experiências de homens e mulheres negras no contexto em que a escravidão não mais existia como uma instituição legalmente reconhecida, relacionando-as a locais da cidade de São José dos Pinhais por meio dos quais puderam expressar essas experiências.

3.1 – INSTRUÇÃO ESCOLAR NA EXPERIÊNCIA DA LIBERDADE

Não obstante a multiplicidade de experiências, os estudos vêm evidenciando que algumas foram bastante importantes, e compartilhadas por pessoas negras que viveram a conquista da liberdade. Uma delas é a intensidade da valorização que a população negra, em especial a que vivia nas cidades, deu à instrução escolar.

Estudando a cidade de Salvador no período de 1888 a 1906, Ian Andrade Cavalcante⁷⁸ aponta algumas reflexões sobre a instrução escolar da população negra no

⁷⁷ RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe. *op. cit.*, p.173.

⁷⁸ CAVALCANTE, Ian Andrade. Cultura escolar e cultura urbana na Salvador do Pós-Abolição, 1988-1906. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 67, p. 68-92, mar2016 – ISSN: 1676-2584. Disponível

Pós- Abolição. De acordo com o autor, uma das tensões mais marcantes do período diziam respeito às expectativas que os grupos hegemônicos tinham em relação à maneira como os negros e negras egressos da escravidão viveriam a liberdade adquirida. Na perspectiva das camadas mais abastadas e dos poderes públicos, para que a sociedade não corresse o risco de ter ex-escravizados que não seguissem as regras sociais estabelecidas, o aparato estatal se utilizou da instrução pública primária como mecanismo de sujeição social. O autor observou que já no processo de abolição gradual houve a emergência de um discurso generalizado em defesa da educação das classes populares e que naquele contexto, predominava uma perspectiva educacional que visava a manutenção da hierarquia social escravista vigente. Além dos libertos, estavam incluídos nessa categoria de pessoas “os desvalidos” ou as “crianças pobres”, órfãos ou “abandonados pelos parentes”, os “criminosos” e os “ingênuos da lei de 1871” - crianças nascidas livres de mães escravizadas após a Lei do Ventre Livre.

Noemi Santos da Silva⁷⁹ também observou esse aspecto ao estudar o Paraná do final do XIX, indicando que desde os escritos políticos mais clássicos do abolicionismo brasileiro, a questão da necessidade de instrução dos libertos e ingênuos esteve presente como um dos mais importantes projetos para o futuro da nação em vias de transformação das relações econômico sociais. A autora afirma que, encarada como mecanismo corretor dos indivíduos degradados pela experiência no cativeiro, a instrução, na visão daqueles homens envolvidos com o pensamento político, elites e governantes, teria o potencial de transformar “vícios” em moral, bom caráter e amor ao trabalho. Segundo a autora, um dos principais ingredientes da emancipação “prudentemente encaminhada” era, portanto, a educação do liberto:

Não apenas através da simples transmissão de saberes do conhecimento básico, essa educação, especialmente (mas não somente) através das escolas atuaria de maneira completa, corrigindo características maléficas para a sociedade livre em construção e moldando os libertos num padrão específico de moral e virtude que via no trabalho um dos aspectos dignificantes do ser humano. Ainda que enunciadoras do papel democrático de inclusão na escola, essas posturas, no entanto, consolidaram hierarquias na medida em que o acesso democrático ao ensino não correspondia a uma democratização de saberes a serem divulgados por meio da escola, pelo contrário, cada segmento social tinha seu lugar na escala de conhecimentos, pois era necessário manter

em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/8646089/13285>. Acesso em 05.jun. 2022.p 11.

⁷⁹ SILVA, Noemi Santos da. Escravos, libertos e ingênuos na escola: instrução e liberdade na província do Paraná (1871-1888). Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>. Acesso em 02 out.2021. p.8

os papéis sociais tradicionais tendo em vista não estimular mudanças radicais no plano social.⁸⁰

Tanto Cavalcante como Silva observaram que, se para os grupos hegemônicos a instrução significava controle e adequação às expectativas que tinham em relação aos negros e negras, esses não aceitaram o projeto de maneira passiva, percebendo que representava um meio de mobilidade social, relacionada a melhorias nas condições de trabalho daqueles que soubessem, ao menos, ler e escrever, vista, portanto, como possibilidade de ascender socialmente. Para Cavalcante, a população negra “não era passiva receptora de projetos políticos vindos do governo, mas sim agentes sociais participantes e atuantes no processo histórico”.⁸¹ O autor exemplifica essa atuação retomando um estudo de Gomes, no qual mostrou que no Sudeste, em abril de 1889, uma comissão formada por libertos enviou uma carta ao então jornalista Rui Barbosa apelando que interviesse junto às autoridades públicas pela educação de seus filhos.

Noemi Santos também aponta para a relação entre a educação da população negra no Pós-Abolição e a sua importância como possibilidade de ascensão social. Analisando a instrução de escravizados e libertos no século XIX na tentativa de apontar suas possíveis relações com a busca pela liberdade e cidadania, a autora destacou que o enaltecimento da instrução popular pelos discursos políticos na década de 1880 foi uma reação a demanda dos próprios setores populares, que buscavam, com a instrução, conseguir distinção, aperfeiçoamento e participação política.⁸² Em relação à questão política, cabe salientar que de acordo com a Constituição de 1891 o direito ao voto foi determinado a todos os homens com mais de 21 anos que não fossem analfabetos, religiosos e militares.

A autora também aponta que alguns veículos de comunicação utilizaram o discurso de valorização da instrução como combate à criminalidade e a vadiagem. Já as associações de libertos valorizavam a instrução em busca da superação dos estereótipos lançados a população negra além de utilizar exemplos trajetórias de homens negros com visibilidade pública para motivar os associados a permanecer na escola.⁸³

⁸⁰ Idem, p. SILVA, Noemi Santos da. escravos, libertos e ingênuos na escola: instrução e liberdade na província do Paraná (1871-1888). Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>. Acesso em 02 out.2021. p.8

⁸¹ CAVALCANTE, Ian. *op. cit.*, p.78

⁸² SILVA, Noemi Santos da O “batismo na Instrução”: projetos e práticas de instrução formal de escravos libertos e ingênuos no Paraná provincial.2014. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. p.107

⁸³ Ibidem, p.170

A percepção que pessoas negras no Pós-Abolição tinham de que a instrução escolar pudesse ser uma possibilidade de uma inserção social mais favorável, de subversão de hierarquias sociais e também raciais talvez tenha sido marcante na vida de Sra. Zélia Nogueira. O local onde a sra. Zélia estudou faz parte do ponto 5 que será desenvolvido no capítulo 4.

Na entrevista a Marochi, Sra. Zélia contou que frequentou o Grupo Silveira da Motta por volta da década de 1940, tendo estudado ali até o quarto ano. Relatou também situações de racismo por ser negra e frequentar a escola, em que sofria discriminação e até castigos físicos por parte de uma diretora:

[...] Estudei até o quarto ano no Grupo Escolar Silveira da Motta. Lembro que na escola eu enfrentava preconceitos, pois era chamada de negra. Além de ser negra, eu era pobre e aí havia também preconceito. Na escola lembro que tinha uma diretora que por eu ser negra me dava tapas na mão e me punha de castigo. Era sempre de joelhos em cima de grãos de milho⁸⁴

O racismo foi apenas um – certamente o mais difícil – empecilho enfrentado pelas pessoas negras para ter acesso à instrução. As dificuldades vivenciadas pela população negra desde a vigência da escravidão para ter acesso à instrução foram observadas também por Noemi Santos. Como registrou a autora:

As formas encontradas pelos cativos, libertos e ingênuos para adquirirem instrução primária no Brasil do século XIX foram bastante variadas. Embora a “universalização da instrução” fosse uma ideia corriqueira nos pronunciamentos oficiais, a situação geral da instrução pública no Império era desoladora em muitos aspectos: faltavam escolas, professores e verbas para a manutenção básica dos espaços de ensino, tornando a oferta de instrução um fator muitas vezes dependente da iniciativa particular.⁸⁵

Portanto, eram muitas as barreiras encontradas pela população negra do período após emancipação para frequentar as escolas e realizar os estudos. Diversos fatores podiam interferir na escolarização, como a falta de vestimentas adequadas e de materiais escolares, ou mesmo a dificuldade de transporte até os locais de ensino. Contudo, o racismo certamente estava entre as principais dificuldades enfrentadas pela população

⁸⁴ MAROCHI, Maria Angélica. **História e Memória**. A busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais. *op.cit*, p.188

⁸⁵ SILVA, Noemi Santos da, *op.cit*, 2014, p.107

negra no Pós-Abolição, não apenas nos ambientes escolares. Em sua entrevista à Marochi, a senhora Zélia contou:

[...] Já mulher, lembro que um dia fui levar o almoço para meu falecido marido lá na fábrica do Adir Moss. Passando por uma casa da cidade um menino começou a gritar pedindo socorro para sua mãe. Dizia: “socorro mãe que vai passando uma negra” Sei que muitos diziam que quem morava na Carioca era ladrão, bandido ou assassino.⁸⁶

Como observou Santos, era comum que muitas crianças abandonassem as aulas após aprender saberes básicos para sua inserção em algum trabalho especializado ou atividade comercial.⁸⁷

Tanto as expectativas de pessoas negras no Pós-Abolição quanto as dificuldades por elas vivenciadas para ter acesso à instrução escolar são abordadas no percurso *Presença Negra em São José dos Pinhais* por meio das memórias da Senhora Zélia, associadas ao espaço onde se localizava o Grupo Escolar Silveira da Motta, atualmente prédio da Biblioteca Scharffenberg de Quadros.

3.2 – TRABALHO E AUTONOMIA

No sentido de buscar interpretar a relação entre trabalho e autonomia nas experiências de pessoas negras no Pós-Abolição, pesquisadores têm se dedicado a investigar as profissões desempenhadas pelos libertos e descendentes no contexto urbano.

Mendonça e Fabris ao pesquisarem uma família negra em Curitiba do Pós-Abolição, ressaltaram que no final do século XIX, quando as ideias associadas a liberdade colocaram em ruína a legitimidade da escravidão, pessoas negras viviam de forma intensa circunstâncias de inferiorização. Assim como ocorreu em São José dos Pinhais, a partir de 1859 o governo provincial passou a apoiar ou financiar diretamente a criação de colônias, nas quais foram instalados estrangeiros de diversas regiões da Europa. Parte significativa desses imigrantes migrou para as cidades, resultando em um aumento na

⁸⁶ MAROCHI, Maria Angélica. **História e Memória**. A busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais. *op.cit*, p.189.

⁸⁷ SILVA, Noemi Santos da. *op.cit*, 2014, p.108.

concorrência pelo mercado de trabalho. Por isso, o exercício de um ofício valorizado e demandado era um recurso muito importante para as pessoas negras⁸⁸.

Alguns trabalhadores negros detinham conhecimentos que os capacitavam para exercer ofícios essenciais para as cidades e por isso bastante valorizados, como é o caso de Vicente Moreira de Freitas, cuja trajetória foi estudada pelas autoras. Em São José dos Pinhais temos também - Serafim Machado – em cuja história de vida ressalta a importância de conhecimentos adquiridos para o exercício de trabalhos que se tornam importantes no contexto do Pós-Abolição e constituem recursos pessoais que favorecem sua inserção e o reconhecimento social. Na década de 1930, Serafim Machado, que era um conhecedor da região, trabalhou como guia de técnicos e engenheiros na exploração do território e, posteriormente, colaborou com seus conhecimentos para a construção de uma usina hidrelétrica, a Usina Chaminé, nas imediações da cidade de São José dos Pinhais.⁸⁹ Segundo uma reportagem publicada no jornal Tribuna de São José, Serafim, naquele período, “servira de guia aos engenheiros americanos na construção da Usina de Chaminé, na serra de Castelhanos”.⁹⁰

⁸⁸ MENDONÇA, J. M. N.; FABRIS, P. B, Freitas e Brito: trajetória de uma família negra na Curitiba do final do século XIX e início do XX. In: MENDONÇA, J. M. N.; TEIXEIRA, L.; MAMIGONIAN, B. G. (Org.). **Pós-abolição no sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras**. 1. ed. Salvador: Sagga, 2020. p. 227-248.

⁸⁹ A Usina se localiza no bairro Campo Largo da Roseira em São José dos Pinhais. Segundo a página eletrônica da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) a Usina Hidrelétrica Chaminé foi o primeiro grande projeto hidrelétrico do Paraná e teve papel fundamental no desenvolvimento econômico e social de Curitiba. Foi construída pela Cia. Força e Luz do Paraná, sob a orientação do americano Howell Lewis Fry, começando a operar em 1930. Ao ser concluída, em 1931, permitiu a desativação da Usina Térmica do Capanema, que era movida a lenha. Foi incorporada pela Copel em 1975.possui capacidade instalada de 18 MW, e está localizada na margem esquerda do rio São João, no município de São José dos Pinhais, em área de preservação permanente na Serra do Mar, a 78 km de Curitiba. Acesso em 11 out. 2021. Disponível em:<<http://www.copel.com/hpcweb/copel-geracao/usina-chamine>>.

⁹⁰ Tribuna de São José. 03/02/1996. Arquivo digital o Museu Municipal Atílio Rocco.

FIGURA 6- SERAFIM MACHADO



Fonte: [Secretaria de Estado da Cultura \(memoria.pr.gov.br\) 00012745.jpg](http://Secretaria de Estado da Cultura (memoria.pr.gov.br) 00012745.jpg) (2576×3536)
(cultura.pr.gov.br)

O trabalho de Serafim ficou registrado na obra de memórias do Engenheiro Luiz Carlos Pereira Tourinho sobre as expedições de exploração da região de São José dos Pinhais e os momentos de encontro com o mesmo no ano de 1934:

[...] Manhã de geada. Céu azul. Sol brilhante. Excelente saúde. Muito entusiasmo pela profissão. Vinte anos! Até então eu não tinha ido além de São José dos Pinhais. Com a estrada de Uberaba interrompida por falta de ponte no rio Iguaçu, seguimos pelo Portão, Xaxim, Umbará e Umbarazinho. Transpusemos o Iguaçu na ponte coberta, de madeira. [...] Não se passaram 15 minutos apontou na porta do botequim. Preto alto, grisalho, cavanhaque, falinha macia. Fumava cachimbo. Tratou-me de vosmecê. Num instante acertamos tudo.⁹¹

⁹¹ TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. Toiro Passante IV. **Tempo de República Getuliana Estante Paranista 35**. Works Informática - Prestação de Serviço - Curitiba. 1991. 700 p. p. 259

Serafim é descrito como grande conhecedor e experiente desbravador da região de São José dos Pinhais. De acordo com o autor do livro, depois do jantar Serafim contava histórias de caçada e de situações vivenciadas por ele:

[...] De sua parte arranjaria os mateiros para abrir as picadas de exploração. De todos que me apresentou, só um sabia ler. Chamava-se Flávio de Oliveira Franco, filho do Teodorinho Franco, residente ali perto, em Contenda de São José. [...] O inverno continuava rigoroso. Geadas sobre geadas. A lona das barracas endurecia. A água congelava nas vasilhas. Mas tudo era compensado pelo jantar preparado pelo soldado Nadalin. Sabia fazer minestrone - sopa de feijão com talharim - melhor que os restaurantes da cidade. Sempre havia caça, de pena ou de couro, - jacú, nhambú, paca - que os filhos do seu Serafim, o Joaquim e o Antônio, exímios caçadores, nos proporcionavam. Depois do jantar, soldados e caboclos reuniam-se em torno da fogueira e do chimarrão. Ouviam música de gaitinha de boca ou de sanfona. Ou histórias de caçadas contadas por seu Serafim. As peripécias por que passara na invasão dos maragatos em Tijucas. Às 7 horas da manhã estávamos de pé [...] ⁹²

Segundo Tourinho, Serafim teria trabalhado com o engenheiro norte-americano Howal Lewis Fry na Usina de Chaminé, concluída em 1931. Serafim é descrito como uma pessoa muito respeitada, tendo por isso seu retrato afixado nas paredes do gabinete do diretor da empresa, em Curitiba. De acordo com suas memórias, no acampamento, antes de dormir, todos pediam sua “benção” e era ele o responsável por acender as fogueiras e preparar o chimarrão:

[...] O vaqueano fez-se tão respeitado entre os americanos, que teve seu retrato, de corpo inteiro, afixado numa das paredes do gabinete do diretor da empresa, em Curitiba. O trabalho na serra foi duro. Mas, bom. Me fez pensar no sofrimento dos engenheiros que estudaram e concluíram a Graciosa e a ferrovia Curitiba-Paranaguá, há 50 ou 60 anos! O velho Serafim Machado, aos 84 anos de idade, caminhava no mato melhor do que eu [...] acendia o cachimbo. Apanhava o facão de mato. Ia, encosta acima, abrindo o pique. Acompanhávamos a marcha pelo ruído do facão ao decepar os galhos das árvores. De tempos a tempos gritava, para confirmar o rumo, ou piava como nhambú, no que era respondido pelos filhos. [...] No acampamento Serafim Machado não descansava. De barraca em barraca acendia fogueiras [sic] pró mô de assecá a rôpa dos afiados. A seguir preparava chimarrão para a rapaziada. Depois do jantar, e das conversas ao pé da fogueira, um a um os turmeiros se recolhiam às barracas. Nunca antes de pedir: - Bença, padrinho. ⁹³

⁹² TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. *op. cit.*, p.260

⁹³ *Ibidem*, p. 262-263.

Por fim, o autor afirma que jamais apagou da memória a figura de Serafim e critica o fato de seu nome não figurar em nenhuma rua de Curitiba, São José dos Pinhais, Tijucas ou Agudos do Sul, “embora, acredito, tenha trabalhado mais pelo Brasil e pelo Paraná que muito político de colarinho duro”, pois o mesmo conheceu como “a palma da mão” a Serra do Mar e prestou grandes serviços na implantação da Usina de Chaminé e no estudo da rodovia Curitiba-Joinville.⁹⁴

Estudando as entrevistas realizadas por Marochi⁹⁵, podemos observar em São José dos Pinhais, atividades que eram realizadas por mulheres negras, entre elas uma das mais valorizadas e necessárias naquele contexto, a de parteira, praticada em São José dos Pinhais nos anos 1950 pela Sra. Galeana, cuja experiência expressa as possibilidades profissionais que pessoas negras tiveram no período. Em uma reportagem do jornal Correio de São José dos Pinhais de 22 de fevereiro de 1953, Galeana é homenageada como “aquela que outrora auxiliou a vir ao mundo a maior parte dos filhos desta terra [...] cuja vida vale como exemplo de dedicação e amor [...] anjo da guarda das parturientes”. Segundo reportagem, ela possuía grande experiência na profissão e era muito procurada, tendo realizado partos de famílias por três gerações. Além disso, as famílias a convidavam para ser madrinha de grande parte das crianças que realizava o parto.⁹⁶

As mulheres também realizam parte importante do comércio urbano de alimentos. A própria Galeana, além de realizar os partos da população da cidade produzia e vendia doces e bolachas, como constatou Ernani Zétola, morador do centro urbano da cidade no período:

[...] Entre as mulheres, umas eram engomadeiras, outras doceiras. Elas faziam aqueles doces da época, apurados ou mexidos nos tachos. Eram pessegadas, marmeladas, doces de calda de figo, laranja doce em calda, coco com ovos e outros mais. A bolachinha da Galeana era uma delícia! Faziam os doces sob encomenda e lembro que existiam as torradeiras de café.⁹⁷

Ernani Zétola também narrou a Marochi que além de Galeana, outra mulher negra muito conhecida na cidade, a senhora Benedita Schaffer, preparava doces que eram

⁹⁴ TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. *op. cit.*, p. 264.

⁹⁵ MAROCHI, Maria Angélica. **História e Memória**. A busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais. *op.cit.*, p.184

⁹⁶ O Correio de São José dos Pinhais de 22 de fevereiro de 1953. Arquivo do Museu Municipal Atílio Rocco.

⁹⁷ MAROCHI, Maria Angélica. **História e Memória**. A busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais. *op.cit.*, p.183.

encomendados com bastante frequência pela população local. Segundo a autora, a senhora Benedita teria sido provavelmente, uma das ex-escravizadas que faleceu com mais idade no centro da cidade de São José dos Pinhais. Como consta no registro de óbito do Livro de Óbito da Igreja Matriz, ela faleceu com 115 anos, em 1939.⁹⁸

O percurso por meio do qual enfocamos as experiências de pessoas negras no Pós-Abolição em São José dos Pinhais permitiu abordar várias dessas vivências relacionadas ao exercício de um ofício, e a busca de autonomia a ele associado.

3.3 – BAILES E MÚSICAS – POSSIBILIDADES DA VIVÊNCIA NA LIBERDADE

Outros aspectos do protagonismo negro no Pós-Abolição em São José dos Pinhais, semelhante a diversas regiões no Brasil, como pudemos constatar, foram as sociedades de lazer, como aquelas que organizavam bailes, fandangos e festas. Petrônio Domingues observou que os negros e negras eram alvo da discriminação racial em espaços de sociabilidade e lazer e isso motivou a criação de “sociedades bailantes”:

Antes mesmo do desfecho da escravidão, os negros tinham as suas “sociedades dançantes e beneficentes”. Com a abolição, elas se reorganizaram e adquiriram um novo caráter. Algumas foram extintas e outras foram criadas. Como as condições de vida socioeconômica do grupo negro não melhoraram, não houve recursos para que essas sociedades pudessem manter-se.⁹⁹

Quando Dona Zélia morreu, em 2013, provavelmente ela era a última descendente de escravizados que ainda vivia no centro de São José dos Pinhais. Em entrevista à Marochi, ela havia lembrado as “domingueiras” que ocorriam com reunião de pessoas que tocavam gaita e violão e dançavam o fandango, quando, segundo ela, já era do “tempo de seu pai”. A senhora Zélia lembrou detalhes dos bailes realizados pela população negra:

[...] Eles faziam baile que iam todos de tamanco. Dançavam e punham o dinheiro para São Benedito. A maioria dos bailes acontecia ali na Barroca Funda, lá mais para baixo, local onde havia um salão para

⁹⁸ MAROCHI, Maria Angélica. **História e Memória**. A busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais. *op.cit*, p.181-182.

⁹⁹ DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. **Topoi**, v. 12, n. 23, jul. dez. 2011, p. 118-139. p.120.

fandango. Quem frequentava eram mais negros. Não quer dizer que brancos também não fossem, mas a polícia era contra.¹⁰⁰

Petrônio Domingues afirma que os ex-escravizados, libertos e seus descendentes foram socialmente repelidos (ou incluídos marginalmente), mas, mesmo assim, não sucumbiram e procuraram fazer valer a sua margem de autonomia, bem como o seu estilo próprio de vida, caracterizado pela versatilidade, pelos fluidos deslocamentos e pelas constantes desterritorializações. Quando entravam em cena no espaço urbano, os novos personagens animavam sambas e batuques; patrocinavam fandangos, bailes e festas; praticavam uma religiosidade híbrida, em suma, defendiam direitos ou costumes tradicionais.¹⁰¹

Pesquisadores do Pós-Abolição também têm evidenciado a importância da música no sentido de constituir espaços de expressão pública para pessoas negras. Uma vertente importante de estudos nesse sentido foi constituída por Martha Abreu, que analisou os conflitos musicais no Pós-Abolição no Brasil e nos Estados Unidos e observou que o interesse de um público urbano em crescimento, ávido por novidades artísticas e pela música dos ex-escravizados, no final do século XIX, ampliou a presença da música negra, e até mesmo dos músicos negros, no mundo artístico.

Segundo a autora, o campo musical teria ocupado um espaço fundamental nas políticas de exclusão, real ou imaginária, dos descendentes de africanos nas novas sociedades livres. Os significados atribuídos aos negros, e seus gêneros musicais, nas festas, nos carnavais, nas fantasias, nas capas de edições de partituras, nas gravações sonoras e nos palcos expressavam as desigualdades raciais que se reproduziam após o fim da escravidão. Entretanto, inversamente, a música não deixou de expressar as lutas em torno da igualdade e da valorização das expressões culturais dos descendentes de escravizados; não deixou de ser um importante canal de comunicação e expressão política identitária da população negra. Da mesma forma, a ascensão comercial de ritmos e gêneros identificados com a população negra representou possíveis caminhos construídos pelos afrodescendentes para lutar pela autonomia ou incluir-se, ao longo do século XX, na modernidade de nações que não estavam dispostas a aceitá-los.¹⁰²

¹⁰⁰ MAROCHI, Maria Angélica. **História e Memória**. A busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais. *op.cit*, p.187-188.

¹⁰¹ DOMINGUES, Petrônio, 2011. *op.cit*, p.120

¹⁰² ABREU, Martha. **O legado das canções escravas nos Estados Unidos e no Brasil: diálogos musicais no pós-abolição**. *Revista Brasileira de História*. 2015, vol.35, n.69, p.177-204. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/ZWcWdXzF7XPPztKzfsTvwJq/?lang=pt>. Acesso em: 03 jun. 2022.

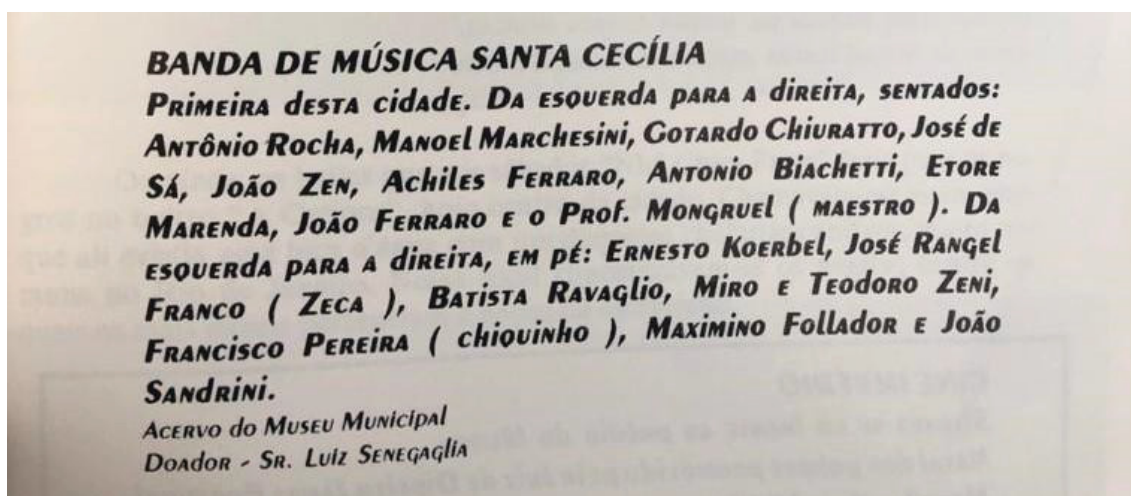
Um personagem que expressou a busca pela autonomia no Pós-Abolição de São José dos Pinhais, exercendo atividades relacionadas à música foi Francisco Pereira, conhecido como Chiquinho Pereira, violinista negro que nos anos 1920 e 1930 fazia as trilhas sonoras dos filmes projetados na cidade, além de tocar em bailes e serenatas.

FIGURA 7 – BANDA DE MÚSICA SANTA CECÍLIA



Acervo do Museu Municipal Atilio Rocco. RG 156- RG011.

FIGURA 8- INTEGRANTES DA BANDA SANTA CECÍLIA



Legenda do livro de Marochi – Imigrantes 1870-1950- Os europeus em São José dos Pinhais

Caroline Moreira Vieira Dantas, estudando experiências dos artistas negros das primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro, observou que esses músicos foram agentes sociais que vivenciavam as transformações no mundo dos entretenimentos como oportunidades de se inserir socialmente, com todas as dificuldades inerentes ao fato de serem negros em uma sociedade excludente e racista. Também podiam encarar a gravação musical, e depois o rádio, como espaços para divulgar a sua arte e cantar o seu cotidiano, suas identidades e seus vínculos de pertencimento. A autora retomou as experiências de artistas negros que além de fazerem da música uma atividade de socialização e divertimento começaram, naquele período, a compreender a fonografia e o mercado cultural como uma atividade profissional. Dantas considerou que os caminhos trilhados pelos músicos foram escolhas possíveis para homens negros e desprestigiados socialmente, que carregavam consigo elementos identitários que os associavam à memória da escravidão numa sociedade marcadamente racista, hierárquica e excludente.¹⁰³

Manuela Areias Costa avaliou que muitas sociedades musicais, por meio da mobilização e organização de atores coletivos, investiram em uma série de ações proativas, tanto nas arenas cultural e política, quanto na educacional, em torno de questões de seus interesses. Segundo a autora, além da organização de bandas de música e execução musical, desde a primeira metade do século XIX até o início do XX, atuaram como agentes políticos e pedagógicos, cumprindo a função de expressão cultural e política, de espaço de aprendizado e auxílio mútuo, de exercício profissional e de aperfeiçoamento artístico, garantindo importantes conquistas e possibilidades de reconhecimento, pois seus músicos mais talentosos poderiam alcançar projeção ao atuar em grandes centros urbanos. Essas organizações musicais podiam representar inúmeras demandas sociais da população negra, pois:

Abrigando homens de origem simples, dentre eles, libertos e livres de cor preta, as sociedades musicais representavam mais que um espaço de convívio social e de formação e capacitação de músicos; representavam espaços de manifestação cultural, expressão política,

¹⁰³ DANTAS, Caroline Moreira Vieira. **Músicos e fonografia: refletindo sobre as experiências de artistas negros no período pós-abolição.** Entre o local e o global in: ANAIS DO XVII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO. Rio de Janeiro: Instituto Multidisciplinar, Campus Nova Iguaçu. UFRRJ. 2016. p.1-9. Disponível em: http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465569015_ARQUIVO_AnpuhRJ2016-ArtigoCompletoProntoEnviado.pdf. Acesso em 01 out.2020.

resistência, afirmação identitária, expectativas e projetos de um grupo de músicos e demais associados.¹⁰⁴

No contexto do Pós-Abolição em São José dos Pinhais, Francisco Pereira é um desses negros que conseguiram projeção por meio da música. Como violinista, tocava durante as sessões de cinema, junto à Banda Santa Cecília¹⁰⁵, além de compor grupos como a “Orquestra das Serenatas” e a “São José Jazz Band” que também eram lideradas por ele.¹⁰⁶

As bandas nas quais Francisco tocava faziam parte de uma tradição de grupos formados desde o século XIX a partir de agrupamentos musicais constituídos em corporações militares e sociedades musicais civis. Elas se organizavam em torno de diversos estilos, como de fanfarra, a banda marcial e de coreto, entre outros, e se apresentavam em eventos sociais mais importantes das cidades. De acordo com Manuela Areias Costa, as bandas das sociedades musicais eram as principais atrações aguardadas nas diversas atividades públicas de muitas cidades brasileiras, mobilizavam grande parte da população e criavam laços de solidariedade.¹⁰⁷ Por isso, fazer parte de um grupo dessa natureza, para homens negros como Francisco Pereira, implicava também ocupar de forma digna e valorizada o espaço público da cidade.

Nesse capítulo, objetivamos destacar algumas experiências de pessoas negras no Pós-Abolição em São José dos Pinhais, buscando compreender o contexto do Pós-Abolição a partir das experiências de negros e negras como sujeitos que expressavam suas lutas, faziam suas escolhas, suas práticas como agentes ativos. No capítulo que segue, detalharemos um percurso por uma região central da cidade de São José dos Pinhais definido por alguns espaços que, de alguma forma, foram ocupados por pessoas

¹⁰⁴ COSTA, Manuela Areias. Associativismo, sociedades musicais e atuação de músicos negros no cenário brasileiro da segunda metade do século XIX e início do XX. **MÉTIS: história & cultura** – v. 19, n. 37, p. 97-116, jan./jun. 2020. p.99. Disponível em:

www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/9311. Acesso em 05 out 2021.

¹⁰⁵ Manuela Areias Costas constatou a formação de diversas bandas espalhadas pelo Brasil que levaram o nome de Santa Cecília. O motivo era a ligação que havia entre a Irmandade Santa Cecília e a padroeira dos músicos, já que no Brasil, diversas corporações musicais surgiram por influência dessa Irmandade, a qual procurava beneficiar o grupo de músicos nos quesitos material e espiritual, e que ao longo da segunda metade do século XIX, o Recôncavo baiano assistiu a criação de diversas associações voltadas, especificamente, para a música. Ver mais em: COSTA, Manuela Areias. Associativismo, sociedades musicais e atuação de músicos negros no cenário brasileiro da segunda metade do século XIX e início do XX. **MÉTIS: história & cultura** – v. 19, n. 37, p. 97-116, jan./jun. 2020. Disponível em: <www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/9311> Acesso em 05 out 2021.

¹⁰⁶ MAROCHI, Maria Angélica. **Imigrantes 1870-1950: Os Europeus em São José dos Pinhais**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

¹⁰⁷ COSTA, Manuela Areias. 2020, *op.cit*, p.105.

negras que tiveram em sua trajetória experiências que historiadores vêm mostrando que foram significativas entre a população negra, também no período do Pós-Abolição.

4. PRESENÇA NEGRA EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS: PERCURSO PARA ENSINAR E DIVULGAR ESSA HISTÓRIA

Como dissemos na Introdução dessa dissertação, o objetivo central do trabalho do qual ela resultou foi a elaboração de uma metodologia para trabalhar com estudantes da Educação Básica e também divulgar de forma ampliada aspectos relativos às relações raciais, à presença negra por meio de um o percurso histórico denominado *Presença Negra em São José dos Pinhais*, apresentado num site. Nesse percurso, definimos locais relacionados à história da população negra na cidade no período de vigência da escravização e no Pós-Abolição. Por meio da visita ao site e de realização presencial orientadas pelos conteúdos nele publicados, pessoas interessadas pela história da cidade poderão explorar os locais que trazem a narrativa da presença negra, conhecendo aspectos da história afro-brasileira em São José dos Pinhais.

O percurso pode ser associado aos conteúdos trabalhados no desenvolvimento do currículo escolar, como indicamos na Introdução e conforme sugestões apresentadas no Apêndice dessa Dissertação, podendo professoras e professores utilizarem dele em sala de aula ou em aulas de campo. Como dissemos na Introdução, o percurso ou partes dele podem ser trabalhados em relação a conteúdos sobre escravidão e pós-abolição, para elucidar o conceito de fontes históricas, para lidar com a relação entre história e memória. A ideia, entretanto, é que ele possa ser utilizado criativamente por docentes da Educação Básica, que a partir dos conteúdos disponibilizados podem desenvolver estratégias próprias de ensino. É nossa intenção que esse trabalho possa resultar em parcerias colaborativas, com experiências ou proposições didáticas compartilhadas no próprio site. Também pode ser utilizado pelas pessoas em geral, interessadas no tema.

Para desenvolver o percurso, pesquisamos obras que se dedicaram à história dessa população na cidade. Também pesquisamos algumas fontes primárias, que pudemos ter acesso a partir do contato com a equipe do Museu Municipal Atílio Rocco, que as coligiu na pesquisa para montagem da exposição *Identidade Negra: Trajetórias Afrosão-joseenses*, a que já nos referimos.

A construção desse percurso teve inspiração em outras produções dessa natureza que existem em diversas cidades. Uma delas é o *SantaAfroCatarina*, implementado pelas professoras Beatriz Galotti Mamigonian e Andrea Ferreira Delgado, da Universidade Federal de Santa Catarina (<http://santaafrocatarina.ufsc.br/santaafrocatarina/>). De acordo com Andréa Ferreira Delgado e Beatriz Gallotti Mamigonian, o Programa

SantaAfroCatarina foi criado com o duplo desafio de articular a pesquisa histórica ao ensino de História e de estabelecer interlocução para além dos muros da Universidade, sendo a constituição de um acervo digital de documentos o eixo do conjunto de projetos que compõem o Programa.¹⁰⁸ Segundo as autoras esse acervo de referências às experiências históricas de africanos e afrodescendentes em Santa Catarina proporciona a inserção das operações do procedimento histórico nas salas de aula e é utilizado em diferentes ações educativas, relacionadas ao patrimônio cultural.

As autoras apontam que embora houvesse uma significativa produção historiográfica sobre a presença africana desde o período colonial em Santa Catarina, esses sujeitos históricos estão ainda em grande parte ausentes também da história local trabalhada nas escolas, ou ainda são tratados apenas na condição de mão-de-obra, sem que seu protagonismo social seja devidamente valorizado, nem durante a vigência da escravidão e muito menos posteriormente.¹⁰⁹ Em São José dos Pinhais, a partir das pesquisas que desenvolvemos durante a elaboração dessa dissertação, pudemos constatar uma produção historiográfica sobre a população negra ainda nascente, e que portanto, torna-se necessário que a pesquisa histórica já produzida e que está sendo produzida colabore para questionar a forma com que a identidade hegemônica é constituída.

Com efeito, o Projeto *SantaAfroCatarina* apresenta várias possibilidades de conhecer a história das pessoas negras, associando-as a locais da cidade. Como nesse percurso, o *Presença Negra em São José dos Pinhais* também propõe ampliar possibilidades de estudo da história da população negra na cidade, abordando de forma semelhante locais de escolarização de pessoas negras. No *Santa Afro Catarina*, por exemplo, na seção “percorrendo espaços interativos”, há o ponto “Ateneu Provincial”, que segundo o site foi única escola secundária de Santa Catarina entre 1874 e 1883, em que Guilherme Sousa requereu que seus filhos nascidos livres fossem aceitos como alunos. No ponto 5 de nosso percurso, destacamos a semelhante importância da escolarização para a população negra na cidade no espaço onde funcionou o Grupo Escolar Silveira da Motta.

¹⁰⁸ DELGADO, Andrea. MAMIGONIAN. Beatriz Gallotti. **Santa Afro Catarina: Acervo Digital e Educação Patrimonial**. Revista Esboços, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 86-108, ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n31p86>. Acesso em 10 jan 2022.p.87

¹⁰⁹ *Ibidem*, p.88

Outro ponto diz respeito a Igreja Matriz de Santa Catarina que de forma semelhante à Igreja Matriz de São José dos Pinhais, era o local onde as crianças escravizadas, livres e libertas eram batizadas e onde eram feitos os registros de casamento.

Outro percurso que inspirou esse trabalho é o *AfroCuritiba* (www.afrocuritiba.afrosul.com.br) realizado no âmbito de um projeto de extensão do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, coordenado pelas professoras Joseli Maria Nunes Mendonça e Andrea Doré. Nesse percurso foram identificados, a partir de pesquisas históricas realizadas na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e em outros centros de estudos, locais relacionados com a história da presença negra em Curitiba. Esse percurso, assim como o *Presença Negra em São José dos Pinhais*, pode ser realizado virtualmente pelo mapa do site navegando pelos pontos. A equipe do projeto *AfroCuritiba* permite agendar um passeio mediado, porém, no caso do percurso *Presença Negra em São José dos Pinhais*, ainda no momento dessa pesquisa devido à pandemia do Covid19 não pudemos realizá-lo com escolas ou grupos de interessados.

Também trabalhos realizados no PROFHISTÓRIA mostram as potencialidades de percursos históricos para a divulgação e o ensino da História local. É o caso do roteiro *Ditadura em Curitiba*, construído e realizado por Luiz Gabriel da Silva¹¹⁰ <https://ditaduraemcuritiba.com.br> e o trabalho realizado por Mylene Silva de Pontes Visani¹¹¹, sobre ensino de História e patrimônio cultural dos povos africanos e afrodescendentes em Santa Catarina. O roteiro *Ditadura em Curitiba* traz um mapeamento dos principais locais que representam a repressão e resistência no período da ditadura civil-militar (1964-1985) em Curitiba, objetivando proporcionar uma ferramenta que disponibilize materiais para serem utilizados tanto em sala de aula quanto pelo público em geral. Já o roteiro de Mylene Silva de Pontes Visani foi construído em conjunto com estudantes do oitavo ano de uma escola da cidade de São José, em Santa Catarina, utilizando-se de leitura e escrita de textos sobre patrimônio, fontes históricas

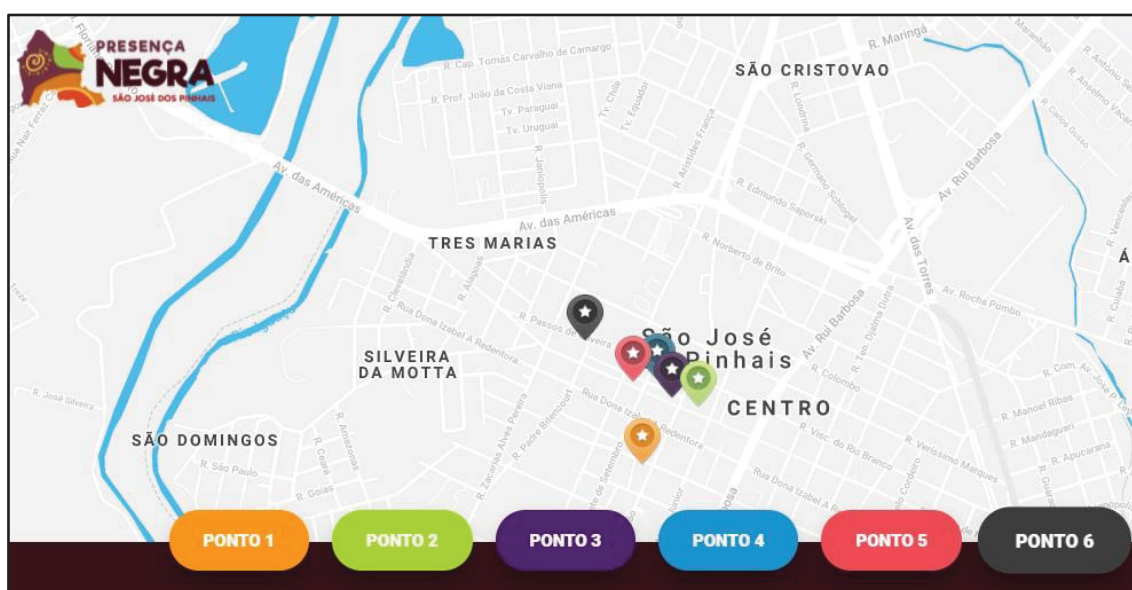
¹¹⁰ SILVA, Luiz Gabriel da. **Repressão e resistência na ditadura civil-militar: construção de site temático para o ensino de história local.** Dissertação (Mestrado em Ensino de História) Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2018. 151f. Disponível em: <https://ditaduraemcuritiba.com.br/wp-content/uploads/2018/08/Dissertacao-Luiz-Gabriel-da-Silva.pdf>. Acesso em 29 out.2020.

¹¹¹ VISANI, Mylene Silva de Pontes. **Construindo visibilidades na cidade de São José/SC: uma proposta de ensino de história e patrimônio cultural dos povos africanos e afrodescendentes.** 2018. 138f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) -Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: <http://profhistoria.paginas.ufsc.br/files/2019/02/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Mylene-Silva-de-Pontes-Visani.pdf>. Acesso em 29 out.2020.

sobre os povos africanos e afrodescendentes, elaboração de propostas de atividades, e a proposta do percurso por meio de um folder específico.

O percurso *Presença Negra em São José dos Pinhais* é constituído por seis pontos, cada um associado a experiências de pessoas negras em temporalidades variadas da cidade. Os pontos foram definidos em razão da relação que estabeleciam com essas pessoas, que têm parte de suas trajetórias narradas por meio do percurso. Pode ser feito a pé, pois se encontram aproximadamente de 70 a 650 metros de distância. A sequência proposta foi escolhida pela proximidade dos pontos e facilidade do trajeto do percurso ser feito a pé do primeiro (que é o único mais distante dos demais) ao sexto ponto. Do primeiro ponto, Memorial da Carioca, ao segundo, Ideal Cinema, a distância é de 650 metros, 3 minutos de trajeto a pé. Do Ideal Cinema ao terceiro ponto Catedral de São José (Igreja Matriz) a distância é de 160 metros, até o quarto ponto *Residência de Zacarias Alves Pereira* são 70 metros. Deste até o quinto ponto *Biblioteca Scharffenberg de Quadros* são aproximadamente 90 metros, e deste até o último ponto *Praça Getúlio Vargas* são 290 metros.

FIGURA 9- MAPA DO SITE COM OS PONTOS DO PERCURSO



PONTO 1- MEMORIAL BICA DA CARIOCA: HISTÓRIAS DE PESSOAS NEGRAS EM DOIS TEMPOS

O Memorial da Carioca, primeiro ponto do nosso percurso, foi construído pela Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais em 2004, por meio da Secretaria de Cultura

(SEMUC). O painel foi criado pelo artista Roney Wilmar Erthal e retrata a movimentação de escravizadas e escravizados.

FIGURA 10- FOTOGRAFIA DO MEMORIAL



FONTE: Arquivo Digital do Museu Municipal Atílio Rocco. Publicado em 31 de julho de 2014. Sem informação de autoria

Esse é um dos um dos espaços da cidade que, por meio das pesquisas da equipe do Museu Municipal Atílio Rocco, pudemos associar à história das pessoas negras em São José dos Pinhais. Nele, é possível abordar aspectos relacionados à história de pessoas negras que foram escravizadas e outras que viveram no Pós-Abolição.

Segundo Maria Angélica Marochi¹¹², no capítulo de seu livro denominado “as cariocas” de São José dos Pinhais e o abastecimento público inicial de água”, as pessoas que viviam no pequeno centro urbano da cidade não possuíam um chafariz para o abastecimento como os construídos em Curitiba. Porém existia duas “cariocas” com bicas que forneciam água potável aos moradores. A principal e mais conhecida ficava no local onde atualmente se encontram prédios públicos como a Capela Mortuária Municipal, Serviço Funerário e sede do Tribunal Regional Eleitoral e o então Memorial da Carioca citado anteriormente. Segundo antigos moradores entrevistados pela autora na década do ano 2000, até o final de 1950, além de buscarem água para o consumo doméstico, as pessoas levavam ali suas roupas para lavar e nos arredores construíam suas residências.

¹¹² MAROCHI, Maria Angélica. **Imigrantes 1870-1950: Os Europeus em São José dos Pinhais** *op.cit.*, 2006, p.370.

Há um documento datado de 1862, localizado por Marochi no jornal Tribuna de São José, questionando sobre as péssimas condições das “cariocas”, o que demonstra que ambas já existiam há muito tempo dentro da pequena vila são-joseense.¹¹³

Em relação a origem da palavra “Carioca”, a autora aponta que teria surgido entre a população indígena da etnia Tupi e significava casa de branco, conhecida ainda no processo de colonização portuguesa devido a construção de uma casa de pedra junto a um rio do qual extraíam água potável (chamado de carioca no Rio de Janeiro).¹¹⁴

TEMPOS DE ESCRAVIZAÇÃO

No século XIX, quando foi construída, a bica era um lavadouro público com cisterna e torneiras para coleta de água potável, utilizada pelas lavadeiras escravizadas e livres para lavagem de roupas. A bica era utilizada também para abastecimento de água dos moradores. Considerando o que ocorria em outras cidades e o estabelecimento de moradia de pessoas negras no entorno do local, o carregamento da água em tinhas devia ser feito também por trabalhadores negros, escravizados ou libertos.¹¹⁵ Assim, no século XIX, a bica era um local onde a população negra se reunia para lavagem de roupas e para suprir o abastecimento de água na cidade. Vimos, no Capítulo 2, que Eduardo Spiller Pena chamou a atenção para a importância desses locais nas experiências de negros e negras escravizados (as), libertos (as) ou livres, pois além de serem locais de trabalho, eram também espaços de reunião e de sociabilidades.

No ponto do Memorial da Carioca, o percurso permite tratar do trabalho das lavadeiras e dos carregadores de água e, ampliando a abordagem, contemplar também os vários ofícios que os trabalhadores negros e negras de São José dos Pinhais exerciam na cidade, fossem escravizados ou livres. Os estudos feitos junto à bibliografia mostraram que eles podiam exercer o ofício de carregadores de água e realizavam também tarefas domésticas, eram lavradores, tecelões de vestimentas, engomadeiras, doceiras, torradeiras de café, cozinheiras, extratores e produtores de mate, pedreiros, carpinteiros,

¹¹³ MAROCHI, Maria Angélica. **História e Memória**. A busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais. *op.cit*, p. 371.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 370.

¹¹⁵ SITE OFICIAL DA CIDADE DE SÃO JOSÉ. Disponível em: <<https://www.saojose.sc.gov.br/index.php/sao-jose/noticias-desc/prefeita-adeliana-dal-pont-entrega-o-beco-da-carioca-revitalizado-a-comunid>> Acesso em 12 ago.2020.

carregadores, carroceiros. Os escravizados podiam trabalhar diretamente para os senhores ou para terceiros, alugados ou postos ao ganho, ou seja, obrigados a entregar aos senhores uma determinada quantia em dinheiro que recebiam por atividades que exerciam de forma autônoma nas cidades. Esses são aspectos relativos à história da escravidão tratados nesse ponto do percurso.

De acordo com reportagem do site do Jornal da Cidade publicada em 2014, o entorno da Bica da Carioca era também espaço de moradia de pessoas libertas. Segundo a notícia, o local era o fundo de um vale onde escravizados que se tornavam libertos passavam a residir.¹¹⁶ Essa evidência permite abordar no percurso um aspecto importante das experiências da escravização que diz respeito à obtenção da alforria. Como uma pessoa escravizada podia se tornar um liberto? Uma das formas de obter alforria era por meio da concessão senhorial, que pode também ser entendida como uma conquista da pessoa escravizada, pois podia resultar de negociações cotidianas. Mas a alforria podia ser também comprada pela própria pessoa escravizada, principalmente quando realizava tarefas como escravo de ganho e podia obter um valor superior ao que estava obrigado a entregar ao senhor.

Eduardo Spiller Pena observou que a lei do Ventre Livre de 1871, ao estabelecer que a alforria por indenização do valor de seus serviços era um direito do escravizado, ampliou a oportunidade de os cativos alcançarem a liberdade por conta própria, pois não dependiam mais da concordância do senhor para realizar tal compra. Se não houvesse acordo sobre o valor da indenização, os cativos poderiam mover ação judicial através de curadores. Caso a negociação não se efetivasse, ocorreria o arbitramento, quando o juiz nomearia avaliadores de ambas as partes que finalmente determinariam o preço final para indenização. A partir disso, Penna faz uma análise interessante sobre o processo da aplicação da Lei de 1871, que propunha a libertação das crianças nascidas de mães escravizadas após a data em que entrou em vigência. Segundo o autor, por mais que a lei tivesse como preocupação primordial a manutenção da ordem no Império no sentido de dar garantias aos proprietários e tentar controlar e manter os escravizados sob dependência e submissão, nem todos os escravizados responderam a essas expectativas. Ao contrário, nas questões relativas à compra de alforria, escravizados juntavam dinheiro para pagar por ela e enfrentavam seus senhores na definição do preço a ser pago.¹¹⁷

¹¹⁶ Site Jornal Cidade SJP. Disponível em: <http://jornalcidadesjp.blogspot.com/2014/07/bica-da-carioca-sera-relembrada-em.html>>. Acesso em 22 out. 2020.

¹¹⁷ PENA. Eduardo Spiller. *op cit*, 1999, p.254-255.

No Anexo I dessa dissertação, apresentamos proposta de atividade didática para ser trabalhada com estudantes dos sextos, sétimos e oitavos anos dos anos finais do Ensino Fundamental, no qual procuramos ressaltar a importância da utilização das fontes históricas e sua relação com a memória, a História Local, o protagonismo social da população negra, as formas de lazer, cotidiano, trabalho e formas de resistência da população negra, o período Pós-Abolição e as experiências de pessoas negras, a instrução escolar no período Pós-Abolição, ofícios da população negra no Pós-Abolição, contemplando os aspectos que compõem o Ensino de História a partir da perspectiva do currículo escolar de cada série.

NO ENTORNO DA BICA, EXPERIÊNCIAS NEGRAS NO PÓS-ABOLIÇÃO

Mesmo na vigência da escravidão, muitas pessoas escravizadas conseguiram obter a alforria. Após alforriar-se, o desafio era sobreviver em liberdade e, entre outras coisas, obter uma moradia. Em São José dos Pinhais o entorno da bica foi ocupado por pessoas negras que se tornaram libertas antes da Abolição da Escravidão e também no período Pós-Abolição. Ali havia várias residências de ex-escravizados e outras residências que - segundo a reportagem do site da prefeitura da cidade de São José dos Pinhais que marca a construção do monumento Bica da Carioca - preparavam doces e faziam bailes e para animação dos moradores¹¹⁸. De acordo com Marochi, essas pessoas escolheram aquele local para viver porque ali existia uma faixa de terra que ainda não era de particulares e sim do poder público local e, com o passar dos anos, os terrenos onde os descendentes de escravizados construíram suas casas foram legalizados como suas propriedades¹¹⁹. De acordo com a mesma autora, na década de 1950, segundo depoimentos orais, ali existiam não mais que uma dezena de casas, todas pequenas. Boa parte delas foram construídas com madeiras doadas por um proprietário de uma indústria local de beneficiamento de madeira. Muitos dos operários dessa indústria eram moradores do bairro e quase todos descendentes de escravizados. Nos dias atuais, essas pequenas propriedades praticamente não mais existem, pois seus primeiros moradores as foram

¹¹⁸ Memorial da Carioca retrata São José dos Pinhais no século XIX. Publicada em 31 de julho de 2014 pelo site da Prefeitura Municipal. Arquivo digital do Museu Municipal Atílio Rocco.

¹¹⁹ MAROCHI, Maria Angélica. **História e Memória**. A busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais. *op.cit*, p.187.

vendendo e se mudando para outras localidades, em áreas mais periféricas da cidade. No início do ano de 2013, apenas uma descendente de escravizados ainda vivia no local, era a senhora Zélia Nogueira dos Santos, nascida no dia 5 de janeiro de 1935 e falecida no dia 7 de maio de 2013.¹²⁰ Nos registros de memórias obtidos por Marochi¹²¹, a Sra. Zélia lembrou que a única avó que conheceu – a paterna - havia sido escravizada. Seus pais cortavam lenha, tendo seu pai prestado serviços para prefeitura. Em suas memórias ficaram registradas muitas das dificuldades de vida enfrentada pela maioria dos descendentes de escravizados, entre elas o preconceito racial que havia na cidade. Segundo ela, havia preconceito com as iniciativas de lazer e as perseguições policiais eram constantes.

Ela lembrou também de uma diversão muito popular no entorno da Bica, a dança do fandango, da qual segundo Marochi, há registros desde o século XIX. Para Zélia, esse divertimento era comum entre os moradores que frequentavam os bailes da área até meados do século XX.¹²²

No site foram inseridos textos de apoio que relacionem o local à história dessas pessoas negras, além de fontes que realizem o mesmo objetivo.

O ponto da Bica da Carioca também se refere à construção de uma memória negra na cidade. Embora, como mostramos no Capítulo 1, a identidade da cidade esteja fortemente marcada pela história da imigração e pela presença europeia na cidade, a construção do memorial denota a inserção de referências negras nas memórias da cidade. Isso se evidencia pela ilustração que representa a mobilização de pessoas negras realizando atividades de lavagem de roupa, carregamento de água e crianças brincando.

Abordando o próprio memorial como fonte, pretendemos, em uma atividade didática, indagar sobre seu significado, o quanto é conhecido pelos estudantes e por outros moradores da cidade, abordando questões referentes à memória e à História.

PONTO 2 - IDEAL CINEMA

¹²⁰ MAROCHI, Maria Angélica. **História e Memória**. A busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais. *op.cit*, p.187.

¹²¹ MAROCHI realizou uma entrevista em fevereiro de 2002 e outra em novembro de 2012.

¹²² MAROCHI, Maria Angélica. **História e Memória**. A busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais. *op.cit*, p.187.

No cinema localizado na rua XV de Novembro, nas décadas de 1920 e 1930¹²³ o músico negro Francisco Pereira - Chiquinho Pereira, como era conhecido - fez as trilhas sonoras dos filmes que ainda eram mudos na década de 1930. Segundo reportagem do Jornal da cidade, tocava também em reuniões familiares e serenatas.

A história de Francisco Pereira como musicista nos remete às experiências vivenciadas por negros e negras no período do Pós-Abolição. A partir da música, muitos puderam vislumbrar oportunidades de se inserir socialmente, mesmo com todas as dificuldades e enfrentamentos dentro de uma sociedade racista.

O cinema em que Francisco tocava foi criado em 1917 na Rua XV de Novembro no centro de São José dos Pinhais, onde atualmente fica uma loja da rede Pernambucanas. A história do cinema em São José dos Pinhais inicia em 1910 com sessões que aconteciam no Clube XV de novembro próximo a Igreja Matriz. Em 1917, Alcídio Viana comprou outro projetor e começa a organizar a estrutura de uma nova sala de exibição, também na Rua XV de novembro, oferecendo acomodações para o público assistir aos filmes. Essa estrutura ainda não era a da estética tradicional das salas de cinema, os bancos eram feitos de ripas pintadas de verde. A estética tradicional começa a parecer quando o cinema passa para propriedade de José Zaniollo. Ele amplia e reforma a estrutura por volta de 1920, formando o Ideal Cinema, com cadeiras coloniais separadas por corredores laterais, camarotes para cinco pessoas que ficavam na parte superior do cinema com filas de bancos de madeira com capacidade para cinco pessoas cada um. O som não era sincronizado com a película cinematográfica e para animar e dar ritmo as imagens mudas, a banda regida pelo maestro Chiquinho Pereira tocava durante as exibições. Os participantes da banda se reuniam dias antes das sessões para assistir aos filmes, assim, a melodia da música estava em paralelo com a cena exibida. A sala de cinema, aos fins de semana, dava lugar aos famosos bailes e peças teatrais. As peças eram realizadas por grupos de teatro que vinham de Curitiba. O Ideal Cinema funcionou até 1933, quando por motivos financeiros foi fechado, após ter passado pela administração de outros.¹²⁴

PONTO 3 - CATEDRAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

¹²³ Fotografia e descrição do cinema Ideal. Disponível em: <<http://www.memoria.pr.gov.br/biblioteca/index.php?codAcervo=131783>> Acesso em 28 out. 2020.

¹²⁴ Texto do Paineel Ideal Cinema. Acervo do Arquivo Digital do Museu Municipal Atílio Rocco.

Na Catedral de São José dos Pinhais, conhecida popularmente como Igreja Matriz, durante a vigência da escravidão eram batizadas crianças nascidas de mulheres escravizadas e libertas. Os registros de batismo eram documentos oficiais que registravam o nascimento, pois não existiam, até o final da década de 1880, os registros civis como praticamos atualmente. Ali também eram registrados casamentos entre pessoas escravizadas.

No percurso apresentamos alguns desses registros, que constituem fontes que evidenciam algumas experiências vivenciadas na escravização relacionadas à formação de famílias com membros escravizados.

Além de mostrar a possibilidade de formação da família escravizada, o cruzamento com outras informações permite trabalhar essa fonte em outra perspectiva, pois o Padre João Baptista Ferreira Bello que batizou o então Zacarias Alves Pereira na Catedral de São José dos Pinhais (Igreja Matriz), era ele próprio possuidor de escravizados¹²⁵, entre eles, Barnabé, que, na segunda metade do século XIX morava e exercia o ofício de sapateiro em Curitiba, como escravo de ganho do padre, portanto vivendo e trabalhando longe de seu senhor. Em 1874 Barnabé se matriculou em uma escola noturna e viu na escolarização um suporte para se aperfeiçoar no ofício, e alfabetização. Ele comprava e vendia materiais em sua oficina, assinava recibos, arcava com o próprio aluguel e até mesmo negociava terras. A escola e o letramento podem ainda ter dinamizado o acesso às leis de emancipação vigentes, no caso de Barnabé, que em 1880 entrou com um processo contra o padre querendo ser declarado livre porque vivia de forma autônoma.¹²⁶ O processo mostra que o padre se opôs tenazmente a essa demanda de Barnabé, que acabou sendo derrotado na Justiça, obtendo sua alforria apenas anos mais tarde. Nesse ponto do percurso apresentamos também fontes relacionadas à experiência de escravidão e liberdade de Barnabé, entre elas algumas partes do processo judicial que ele moveu contra seu senhor.

PONTO 4 – RESIDÊNCIA DE ZACARIAS ALVES PEREIRA

¹²⁵ No Livro de Classificação dos Escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação de São José dos Pinhais do ano 1873, João Baptista Ferreira Bello escravizava 6 pessoas: Francisco, lavrador, 29 anos, Maria de 9 anos, Maria, doméstica, de 47 anos, Eugenia de 7 anos, Benedicto de 9 anos, e Barnabé, de 26 anos.

¹²⁶ SILVA, Noemi Santos da. Entre letras e lutas: educação e associativismo no Paraná da Abolição e do pós-Abolição. In: MENDONÇA, J, M, N; TEIXEIRA, L. MAMIGONIAN, B, G. **Pós-Abolição no Sul do Brasil**. Salvador: Sagga, 2020. 206-226.

Na atual rua Praça Oito de Janeiro número 1313, morou um homem negro que teve bastante projeção na cidade de São José dos Pinhais: Zacarias Alves Pereira, cujo registro de batismo apresentamos no Ponto 3 do Percurso. Zacarias é uma das pessoas cuja trajetória - contemplada pela pesquisa da equipe do Museu Atílio Rocco em exposição sobre sua história em 2014 - elucida aspectos importantes da experiência de pessoas negras no Pós-Abolição.

No Livro de Registro de Emancipação dos Escravos de São José dos Pinhais que começou a ser escrito em 1871 e foi concluído em 1873¹²⁷, Zacarias foi registrado como, “mulato”, 12 anos, lavrador, filho de Dorothea, escravizado de Generosa Andrade Pereira, Anna Maria Alves Pereira, Francisca Alves Pereira, Maria Regina de Andrade Pereira.¹²⁸ Participou de atividades ligadas à religiosidade como, por exemplo, de festas da Igreja, como pudemos verificar no jornal *A República* de 1889 em anúncio que publicou chamando para a celebração das festas do Divino Espírito Santo e Santíssima Trindade e solicitando doação de prendas para leilão.¹²⁹

Uma reportagem divulgada pelo jornal *Metrópole* em 8 de julho de 2011 intitulado “História: encontro reúne família de Zacarias Alves Pereira”, de autoria de Carmen Luiza Triaca e Maria Angélica Marochi, registrou que além de ser membro da banda de música Santa Cecília¹³⁰, Zacarias era alfaiate e confeccionava diversos tipos de vestimentas, tendo sido o único fabricante de caixões no centro da cidade. Segundo o jornal, como residia ao lado da Igreja Matriz de São José dos Pinhais, ele era o responsável por tocar os sinos anunciando o falecimento dos moradores da região.¹³¹

Zacarias morou em um sobrado onde atualmente fica uma loja de móveis. O casarão, como era chamado, teve diversas funções, tendo abrigado a Biblioteca Pública

¹²⁷ Arquivo do Museu Municipal Atílio Rocco. Livro de Emancipação de Escravos de São José dos Pinhais. Folha 01.

¹²⁸ O nome da mãe de Zacarias no Livro de Batismo de nº 6 da Casa Paroquial de São José dos Pinhais registrado pelo Vigário João Batista Ferreira Bello não é o mesmo que no Livro de Emancipação. No primeiro, Zacarias consta como filho Eulalia, escravizada de Anna Maria Alves Pereira e seu nascimento foi registrado no dia 30 de outubro de 1861 com dois meses de idade. O Vigário provavelmente errou o nome da mãe no registro de batismo porque as idades e o nome da senhora (a mesma em ambos os registros) mostram que se trata do mesmo Zacarias.

¹²⁹ **A República**, 1899. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/215554/9742>> Acesso em 28 out.2020.

¹³⁰ A reportagem registra que Zacarias Alves Pereira regia a banda da cidade. **A República**, 1899. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/215554/14019>> Acesso em 28 out. 2020.

¹³¹ **Metrópole** 8 jul. 2011. Arquivo do Museu Municipal Atílio Rocco. Essa matéria é claramente uma memória sobre Zacarias e, pela ausência de referência a fontes, essas informações não são verificáveis.

Scharffenberg de Quadros, a primeira Caixa Econômica Federal de São José dos Pinhais (1945) e até a Igreja Matriz quando essa passava por reformas.¹³²

Em 1938 ocorreu um incêndio que queimou parte do sobrado. De acordo com a reportagem do jornal *O Dia* que registrou o ocorrido, Zacarias Alves Pereira, proprietário da casa de onde o fogo teria começado, não quis sair do local porque segundo afirmava, “Deus não haveria de permitir que a casa queimasse”; a mesma matéria narra que a fim de “pôr o ancião a salvo das chamas, fez-se mister conduzi-lo à força para a rua”.¹³³

Em dezembro de 1989 a prefeitura de São José dos Pinhais inaugurou o Espaço Cultural Zacarias Alves Pereira. O Boletim Informativo *Comunicação* publicado pela prefeitura que anuncia a inauguração do espaço, informa que a ideia de homenagear Zacarias partiu da constatação de ter sido este “um dos primeiros (senão o primeiro) a manifestar trabalhos de cunho artístico nesta cidade” e que o Espaço Cultural destina-se a “acolher e desenvolver a produção artística desta terra”¹³⁴ Segundo o informativo, Zacarias desempenhou várias atividades na cidade, entre elas e tenente da Guarda Nacional, tesoureiro da Prefeitura e no campo artístico deixou inúmeras obras como pinturas em tela, esculturas, objetos artesanais, além de ser participante da banda musical “Santa Cecília” como já citado anteriormente. Algumas de suas obras foram incorporadas ao acervo do Museu Municipal, como o quadro da deusa da justiça, Têmis (óleo sobre tela, 1925) e as esculturas de madeira “Sant’Ana e Virgem Maria” (1916).¹³⁵

PONTO 5 - BIBLIOTECA MUNICIPAL SCHARFFENBERG DE QUADROS – LOCAL DA ESCOLA DE SRA. ZÉLIA

A senhora Zélia, à qual já nos referimos no conteúdo do ponto anterior do percurso, na década de 1940 frequentou o Grupo Escolar Silveira da Motta, única escola pública localizada no centro urbano da época, que funcionava no prédio onde atualmente funciona a atual biblioteca municipal.

Os levantamentos iniciais dos estudos do Pós-Abolição já mostraram que a instrução escolar foi muito importante para a primeira geração de egressos da

¹³² **Metrópole**. 5 fev. 2002. p.3. Livro do Museu Municipal Atílio Rocco

¹³³ **A República**. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/0*92932/37814. Acesso em 28 out. 2020.

¹³⁴ Boletim informativo da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais- ano 1- n° 6- 05 de dezembro de 1989. Arquivo do Museu Municipal Atílio Rocco.

¹³⁵ Tribuna de São José. 30 de dezembro de 1989. Arquivo do Museu Municipal Atílio Rocco.

escravidão¹³⁶. A percepção da população negra de que a escolaridade poderia representar um meio de mobilidade social e possíveis melhorias nas condições de trabalho daqueles que soubessem ler e escrever, significava possibilidades de ascender socialmente.

Entre as muitas memórias que mobilizou na entrevista que deu a Marochi em 2012¹³⁷ estavam as que se referiam à escola Silveira da Motta, a mais antiga escola pública da cidade, fundada 1908 como cadeira de instrução masculina e, em 1914, sendo transformada em casa escolar para em 1919 se tornar grupo.¹³⁸ Esse local permite abordar a importância da instrução escolar para a população negra urbana e também o preconceito racial enfrentado nesses espaços, pois uma das lembranças que Sra. Zélia expressou sobre a escola em que estudou era justamente relacionada a esse aspecto.

PONTO 6 - PRAÇA GETÚLIO VARGAS Nº 76 - A PARTEIRA GALEANA

Nesse local, segundo Marochi, residiu a mulher negra Galeana¹³⁹, que até 1888 viveu na condição de escravizada e, após a abolição, passou a exercer a profissão de parteira. Antigos moradores do centro de São José dos Pinhais nascidos ainda nas três primeiras décadas do século XX relataram a Marochi que os trabalhos de Galeana eram muito procurados e que ela era uma “parteira muito popular”.¹⁴⁰

A experiência de Galeana expressa as possibilidades profissionais que pessoas ex-escravizadas tiveram no período Pós-Abolição. Em uma reportagem do jornal Correio de São José dos Pinhais de 22 de fevereiro de 1953 Galeana é homenageada como “aquela que outrora auxiliou a vir ao mundo a maior parte dos filhos desta terra [...] cuja vida vale como exemplo de dedicação e amor [...] anjo da guarda das parturientes”. Segundo reportagem, ela possuía grande experiência na profissão e era muito procurada, tendo realizado partos de famílias por três gerações. Além disso, as famílias a convidavam para ser madrinha de grande parte das crianças que realizava o parto.

¹³⁶ BATALHA, Cláudio e MAC CORD, Marcelo (orgs). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora Unicamp, 2015, 280.

¹³⁷ MAROCHI, Maria Angélica. **História e Memória**. A busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais. *op.cit.*, 2014, p.187.

¹³⁸ COLNAGHI, M, C.; MAGALHÃES FILHO, F de B, B, de; MAGALHÃES, M, D, B. **São José dos Pinhais**: a trajetória de uma cidade. Curitiba: Editora Prephacio, 1992.

¹³⁹ O nome é grafado de duas formas. No registro de Classificação do Fundo de Emancipação, feito em 1873 ela é nomeada Galianna. No jornal Correio de São José de 22 de fevereiro de 1953, seu nome aparece como Galeana. Optamos pelo formato Galeana.

¹⁴⁰ MAROCHI, Maria Angélica. *op.cit.*, 2014, p.184-185.

Uma das fontes que apresentamos no Percurso evidencia a importância do ofício de Galeana, mas também o apagamento de sua identidade racial:

FIGURA 11- O CORREIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS DE 22 DE FEVEREIRO DE 1953

COLUNA DA SAUDADE

Ao recordar tantos vultos queridos que em dias idos foram pessoas admiráveis, quer por seus dotes morais, intelectuais ou artísticos, quer por outros méritos que os eternizaram em nossas lembranças, cometeria eu, uma grande injustiça, se deixasse de homenagear, aquela, que outrora auxiliou a vir ao mundo a maior parte dos filhos desta terra - **NHÁ GALEANA**

É a esta anciã, cuja vida vale como um exemplo de dedicação e amor à natalidade e, que foi um anjo da guarda das parturientes, que dedico as linhas da **COLUNA DA SAUDADE** hoje.

Como já disse acima, ficaria em falta irreparável, se não rememorasse essa natureza simples e boa, verdadeira heroína anônima, que passou tantas e tantas horas à cabeceira de nossas mães, nas longas e frias noites de vigília a espera de um novo sãojoseense.

Sempre dedicou um grande devotamento pelas crianças por ela trazidas à luz do dia e, era frequente ouvi-la dizer: este também é meu filho:

Com grande experiência na profissão, era muito procurada, sendo que, em certas famílias chegou a servir a três gerações.

Foi também, a mulher que mais afilhados teve (nesta cidade), pois era rara a família que não a levava como madrinha de um de seus filhos.

O sacrifício e o excesso de trabalho não constituíam obstáculo ao espírito forte de solidariedade humana que agasalhava seu magnânimo coração.

E, estava sempre pronta aos chamados daquelas que necessitavam de seu auxílio, no sublime e doloroso tranze da maternidade.

Faleceu com idade louvável, trabalhando até quase os últimos dias, só não o fazendo por ter sido atacada de uma cegueira quase total.

Da nova geração poucos a conheceram ou sequer ouviram falar em seu nome.

Mas, os outros, os que vieram ao mundo pelas suas mãos, estes, guardarão o nome de **NHÁ GALEANA**, como o símbolo da fraternidade pregada por Jesus.

FILHO DA TERRA

Fonte: O Correio de São José dos Pinhais de 22 de fevereiro de 1953.

O jornal dedica-se a ressaltar de forma positiva a memória de Galeana, sem mencionar, entretanto, o fato de ela ter sido uma pessoa escravizada e negra. Assim, ao mesmo tempo em que constrói a memória do ofício de Galeana, apaga seu pertencimento racial e promove o silenciamento sobre a importância de pessoas negras na cidade, reforçando o preconceito racial.

A história de Galeana também nos diz sobre experiências vividas na condição de escravização. O Livro de Classificação dos Escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação de São José dos Pinhais do ano 1873 informa que ela era escravizada de Maria Ursulina Mendes de Sá para quem trabalhava como doméstica; que tinha uma filha

chamada Hejlaria, que na época tinha 4 anos. Sua senhora também mantinha em escravidão Clara, de 37 anos, descrita igualmente como doméstica, mãe de Autta de 10 anos, Emeliano de 13, Isabel de 8, Maria de 7, Augusta de 5, Belarmino de 4 anos.

Pena constatou que Clara e Galeana resistiram e lutaram diversas vezes contra as formas violentas de opressão a que foram submetidas por sua proprietária. Consultando ofícios do delegado de São José dos Pinhais, o autor identificou reclamações que as duas mulheres enviaram à autoridade denunciando sua proprietária por abusos e castigos. Num ofício remetido ao delegado de São José dos Pinhais, o chefe de polícia José Ignácio Gomes Guimarães informa que por duas vezes a parda Galeana recorreu à autoridade e registrou denúncias contra os castigos feitos por Maria Ursulina Mendes de Sá. Pena observa que a escravizada demonstrou seu objetivo não só de escapar da raiva de sua senhora, mas de mostrar o seu descontentamento com a forma como era tratada pela senhora. Sua companheira de escravidão – Clara –, agiu da mesma forma, fugindo e denunciando ao delegado os maus tratos e castigos a ela aplicados por Maria Ursulina. Essas atitudes das escravizadas demonstram que visavam dar fim à relação de dominação, e que como no caso de Clara, exigia direito à compra de sua liberdade ou a venda para outros proprietários.¹⁴¹

Outro documento oficial sobre Galeana mostra outros aspectos das experiências de pessoas escravizadas. É registro feito no Livro de Classificação dos Escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação de São José dos Pinhais do ano 1873, no qual consta o nome dela. Esse livro visava listar e classificar em ordem de preferência os escravizados que seriam alforriados pelo Fundo de Emancipação, que foi criado pela Lei de 29 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre). Nele, estão listados vários escravizados e é possível saber as profissões que exerciam, entre elas as de cozinheiras, domésticos e domésticas, lavradoras e lavradores, peão, pedreiro, alfaiate, carpinteiro.

A fonte também evidencia um aspecto observado por Cacilda Machado¹⁴², que tratamos no Capítulo 2, relacionada à cor: alguns dos escravizados eram registrados como pardos, outros como pretos, fulas e também mulatos.

Nesse capítulo, procuramos mostrar como está organizado o percurso que é apresentado no site www.presencanegrasjp.com.br. Em cada um dos pontos e na totalidade, procuramos não apenas indicar a localização de um “evento” relevante para tratar da presença dos negros e negras na cidade, mas alargar o entendimento sobre a

¹⁴¹ PENA. Eduardo Spiller. *op.cit*, 1999, p.192.

¹⁴² MACHADO, Cacilda da Silva. *op.cit*, 2006. p. 136

história a ele relacionada. Trata-se, assim, de abordar um aspecto individual e local, porém relacionando-o a sujeitos coletivos e a contextos mais gerais, como propõe as abordagens da História Local. Esperamos que a pesquisa e o site que dela resultou contribuam para o conhecimento da história da população afro-brasileira, em geral, e da São José dos Pinhais, em particular.

Convidamos, então, leitoras e leitores a visitarem o site, acessarem as fontes que possibilitaram conhecer a história da cidade na perspectiva da presença e importância de pessoas negras, por meio de vestígios que pudemos pesquisar.

4. 1 -SUGESTÃO DE ATIVIDADES DIDÁTICAS -ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DA PÁGINA ELETRÔNICA PRESENÇA NEGRA EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

A partir dos pontos construídos no percurso, elaboramos algumas propostas para trabalho didático para o ensino de História destinada. Essas propostas estão apresentadas também em apêndice do trabalho, para professoras e professores que queiram acessar independentemente da dissertação.

Essas sugestões estão relacionadas à página eletrônica mencionada, que apresenta um percurso pela região central de São José dos Pinhais, município da Região Metropolitana de Curitiba, com seis pontos relacionados à história da população negra na cidade. Com esse trabalho, procuramos problematizar a identidade estritamente europeia que a memória oficial da cidade constituiu. As sugestões didáticas visam estimular o trabalho com essas questões nas salas de aula de História.

Se você é professora ou professor em São José dos Pinhais, poderá realizar o percurso com as/os estudantes, no todo ou parte dele, presencialmente ou de forma virtual pelo site. Poderá desenvolver alguma das atividades que sugerimos ou criar muitas outras. Se você não é professora ou professor nessa cidade, poderá se inspirar para criar percursos com a mesma abordagem em sua localidade.

Esperamos que esses trabalhos possam contribuir para o conhecimento da história da população afro-brasileira em São José dos Pinhais, bem como para a problematização da memória constituída na cidade.

ATIVIDADES DIDÁTICAS PROPOSTAS

I – FONTES HISTÓRICAS E MEMÓRIA - ENSINO FUNDAMENTAL - 6º ANO.

A atividade aqui proposta visa trabalhar dois aspectos contemplados nas abordagens previstas para o 6º ano do EF II: utilização de fontes históricas para construção do conhecimento histórico e a construção de memórias.

O trabalho com fontes e a abordagem da memória são propostas no documento que norteia o ensino de História no Estado do Paraná (Referencial Curricular do Paraná) já no início do trabalho com o 6º ano e está contemplado no Objeto de Conhecimento “Formas de registro da história e da produção do conhecimento histórico”. Nele, se define o seguinte objetivo de aprendizagem: “(EF06HI02) Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas, compreendendo fontes e documentos como patrimônio histórico material e imaterial como fonte de pesquisa e de conhecimento científico. Compreender a concepção de memória, relacionando aos lugares de memória e analisando a memória individual e coletiva no âmbito local, regional e nacional¹⁴³”.

ATIVIDADES

- 1) Navegando no Ponto I ***Memorial da Bica da Carioca*** do site Presença Negra em São José dos Pinhais (www.presencanegrasjp.com.br), leia atentamente os textos explicativos e as fontes históricas apresentadas. Depois:
 - a) Descreva o que você vê no painel ***Memorial da Carioca***.
 - b) Descreva o que você vê no ***Esboço A Velha Carioca***.
 - c) Quais as diferenças e semelhanças entre a representação do local feita no Esboço e a que foi feita no Memorial? Por que você acha que essas semelhanças e diferenças ocorrem?
 - d) A Bica da Carioca que existiu no passado tinha a função de possibilitar o acesso da população da cidade à água. E o atual Memorial da Carioca, qual o papel que tem na cidade no presente?

¹⁴³ Referencial Curricular do Paraná. Disponível em <http://www.referencialcurricular.doparana.pr.gov.br/>. Acesso em 12 abr. 2022.

- e) Você conhece algum outro monumento, memorial ou espaço público que, em São José dos Pinhais, represente pessoas negras da cidade? Se sim, qual?
- f) Algumas fontes apresentadas nesse Ponto I mostram que a Bica da Carioca no século XIX era importante para abastecimento de água na cidade. Que fontes são essas e como elas evidenciam essa importância?
- g) Relatos que as pessoas fazem sobre o passado podem ser importantes fontes de conhecimento para historiadoras e historiadores. Navegando no Ponto I do Percorso Presença Negra em São José dos Pinhais você tomou contato com as memórias de uma pessoa sobre como era o local da Bica da Carioca no passado. O que mais chamou sua atenção nesse relato?

Sugestões às professoras e aos professores: Apesar de considerarmos importante que as e os estudantes busquem desenvolver com autonomia os itens propostos, as professoras e os professores podem retomar com a turma as formulações iniciais, buscando adensá-las quando necessário. Visando auxiliar nesse sentido, sugerimos:

a) e b) Nesses itens, as e os estudantes podem ser estimulados a observar o registro de elementos humanos (ausência no Esboço e presença de pessoas negras no Memorial) e da natureza, bem como a própria bica.

c) A partir das formulações de a) e b), as e os estudantes poderão refletir, entre outras coisas, sobre a ausência de representação humana em uma das imagens, o predomínio de pessoas negras na outra. Uma explicação possível, pode decorrer do fato de cada um dos construtores das representações se orientou por objetivos diferentes: no Esboço o objetivo principal é mostrar como era a bica; no Memorial é representar, além da bica e do entorno (casas), a presença de pessoas negras.

d) Aqui, as e os estudantes podem ser estimulados a discutirem a predominância de representações que valorizam a população de origem europeia na memória da cidade.

e) Esse item permite trabalhar a produção da memória a partir da História: a bica era um elemento que fazia parte da cidade no passado; o Memorial – como o próprio nome indica – visa construir uma memória da forma de viver no passado e principalmente da presença de pessoas negras no local onde ficava a bica.

f) Aqui as e os estudantes podem ser estimulados a reconhecerem que os registros da Câmara Municipal que tratam dos consertos da Bica da Carioca evidenciam

que ela tinha uma utilidade para a cidade, devendo ser conservada e consertada quando necessário.

g) Nesse item, as e os estudantes poderão identificar os relatos orais como fontes e também acessar aspectos do passado a que a narrativa da Sra. Zélia se refere.

II – ESCRAVIDÃO MODERNA - ENSINO FUNDAMENTAL - 7º E 8º ANOS.

A atividade aqui proposta visa trabalhar a escravidão moderna, tema previsto tanto para o 7º ano quanto para os 8º anos do Ensino Fundamental. O documento que norteia o ensino no Estado do Paraná (Referencial Curricular do Paraná) contempla como objeto de conhecimento para o 7º ano “a escravidão moderna e o tráfico de escravizados”. e “as diferentes organizações social e cultural e formas de trabalho”, com o seguinte objetivo de aprendizagem: “EFO7HI16” Identificar e problematizar a exploração da mão de obra escrava dos povos originários, africanos e afro-brasileiros, bem como as formas de resistência na economia colonial portuguesa da América.”¹⁴⁴. O Percorso Presença Negra em São José dos Pinhais possibilita abordar, na perspectiva da História Local e do século XIX, as questões de trabalho da população negra da cidade de São José dos Pinhais.

O mesmo documento orientador propõe, para o 8º ano, o objeto de conhecimento “O escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial”, com os seguintes objetivos de aprendizagem: “EF08HI20” Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravização no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas, relacionando e problematizando o movimento paranista. Identificar a utilização do trabalho escravo de povos originários, africanos e afro-brasileiras na história do Paraná, compreendendo as relações econômicas, de poder e de trabalho, analisando na história brasileira os processos de reconhecimento dos direitos dos povos originários, quilombolas e demais comunidades tradicionais do Paraná e do Brasil”.

Várias das abordagens contempladas no Percorso Presença Negra em São José dos Pinhais permitem tratar aspectos contidos nessas orientações, algumas das quais podem ser trabalhadas por professores e professoras nas atividades propostas a seguir.

¹⁴⁴ Referencial Curricular do Paraná. Disponível em <<http://www.referencialcurricular.doparana.pr.gov.br/>>. Acesso em 12 abr. 2022.

ATIVIDADES

1) Navegando no Ponto I - *Memorial da Carioca* do site Presença Negra em São José dos Pinhais, leia atentamente os textos explicativos e as fontes históricas apresentadas. Depois, procure desenvolver as questões que seguem:

- a) Descreva o que você vê no painel *Memorial da Carioca*.
- b) Qual a característica racial das pessoas representadas no Memorial?
- c) O que você acha que as pessoas representadas no Memorial estão fazendo no local?
- d) Após ler o relato da Senhora Zélia, apresentada também nesse Ponto I, formule uma hipótese sobre a condição social das pessoas representadas no Memorial da Carioca.
- e) De acordo com o que você leu nos textos desse Ponto I, comente a importância do trabalho de pessoas negras na cidade de São José dos Pinhais no século XIX.
- f) Com base no texto explicativo “No entorno da Bica, experiências negras no pós-abolição” você defenderia a ideia de que toda pessoa negra, até 1888, era uma pessoa escravizada? Justifique argumentando a partir do texto lido.
- g) A partir dessa viagem no tempo, que lhe permitiu visitar a Bica da Carioca no século XIX, você diria que essa região era um espaço com significado especial para a população negra da “cidade? Argumente, retomando elementos apreendidos na navegação pelo site.
- h) Você conhece espaços que, na atualidade, tenham um significado especial para as pessoas negras de São José dos Pinhais?

Sugestões às professoras e aos professores: Apesar de considerarmos importante que as e os estudantes busquem desenvolver com autonomia os itens propostos, as professoras e os professores podem retomar com a turma as formulações iniciais, buscando adensá-las quando necessário. Visando auxiliar nesse sentido, sugerimos:

a) Nesse item, as e os estudantes podem ser estimulados a observar o registro de elementos humanos e da natureza, bem como a própria bica.

b) Aqui a observação poderá ressaltar o fato de várias das pessoas representadas serem negras, mas haver também pessoas brancas e de haver mulheres.

c) Nesse item, a partir do texto explicativo, é possível formular a hipótese de que as pessoas negras estivessem trabalhando no carregamento de água para suprimento da cidade.

d) O relato da Sra. Zélia diz que muitas das pessoas que viviam no local haviam sido escravizadas e isso pode levar à hipótese de que as representadas na imagem pudessem ter essa condição. Aqui a professora ou o professor pode aproveitar para conversar sobre o uso do termo escravo (empregado pela Sra. Zélia) e escravizado (preferido atualmente principalmente por pessoas negras). O primeiro leva à ideia de que a escravidão era uma condição natural; o segundo, que foi uma condição imposta. O uso do termo escravo foi bastante problematizado por ativistas negros e negras recentemente; provavelmente por isso que a Sra. Zélia, ela própria uma mulher negra, o utiliza em seu relato.

e) Esse espaço oferece uma boa oportunidade para retomar um dos textos explicativos do Ponto I e abordar os ofícios que as pessoas negras – escravizadas ou não – exerciam nas cidades.

f) As e os estudantes, a partir da retomada do texto explicativo sobre alforrias, podem corrigir a equivalência entre escravidão e pessoa negra, que em geral são termos considerados sinônimos. Assim, poderão consolidar a ideia de que nem toda pessoa negra foi escravizada ou, tendo sido, nem sempre se manteve escravizada por toda a vida.

g) O relato da Sra. Zélia permite avançar na compreensão de que a Bica da Carioca fez parte de um espaço urbano no qual, além de trabalharem, as pessoas negras moravam, se divertiam e constituíam relações a partir de afinidades raciais (serem negros). Por isso, pode-se pensar nesse espaço como um território (espaço ao qual se atribuem significados) negro. Esse item permite explorar todos esses aspectos com as e os estudantes.

h) esse é um item para pesquisa das e dos estudantes, e para reflexão: se não há, por que não há? A inexistência teria a ver com a discriminação racial? Se há, quais são? O que os define como tal? Quem os constitui?

PROPOSTA DIDÁTICA – ATIVIDADE PARA SER DESENVOLVIDA COM ESTUDANTES DO 8º ANO.

O percurso Presença Negra em São José dos Pinhais possibilita um trabalho didático com turmas do 8º ano do Ensino Fundamental. Essa abordagem no documento que norteia o ensino no Estado do Paraná (Referencial Curricular do Paraná) contempla os objetivos de aprendizagem: “O escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial”, com os seguintes objetivos de aprendizagem: “EF08HI20” Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravização no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas, relacionando e problematizando o movimento paranista. Identificar a utilização do trabalho escravo de povos originários, africanos e afro-brasileiros na história do Paraná, compreendendo as relações econômicas, de poder e de trabalho, analisando na história brasileira os processos de reconhecimento dos direitos dos povos originários, quilombolas e demais comunidades tradicionais do Paraná e do Brasil”.

Como sugestões para trabalhar alguns dos aspectos contemplados nessas orientações, sugerimos as atividades que seguem, as quais priorizam a abordagem de questões relacionadas ao Pós-abolição em São José dos Pinhais.

ATIVIDADES

1) Navegando no site Presença Negra em São José dos Pinhais podemos identificar pontos do percurso que abordam questões sobre o período Pós-Abolição. Leia atentamente os textos explicativos e as fontes históricas apresentadas e depois, procure desenvolver as questões que seguem:

a) Após ler o relato da Sra. Zélia, apresentado no Ponto 1, procure escrever o que você conheceu sobre a experiência de pessoas negras no período posterior à Abolição (reporte as dificuldades vividas, as formas de lazer, o trabalho, a forma como eram tratadas pelas autoridades).

b) Muitos historiadores mostraram a importância que a população negra do período posterior à abolição deu à instrução escolar. Mandar os filhos para a escola era muito importante para as famílias negras. O relato de D. Zélia, apresentado no Ponto 3 – ***Igreja Matriz (Catedral de São José dos Pinhais)*** reforça essa conclusão de historiadoras e historiadores? Justifique, retomando o relato.

c) O trecho da entrevista da Senhora Zélia Nogueira dos Santos apresentado no Ponto 1 é uma fonte oral. Após fazer a leitura, procure identificar que tipos de lazer eram vivenciados pela população da Carioca.

d) A população negra vivenciou diversas experiências no período Pós-Abolição. Após fazer a leitura do trecho da senhora Zélia Nogueira dos Santos, apresentado no Ponto 5- ***Biblioteca Municipal Scharffenberg de Quadros*** procure identificar que tipos de dificuldades eram enfrentadas pela população negra relatadas por ela em sua entrevista?

e) Após conhecer as histórias de Francisco Pereira, conhecido como “Maestro Chiquinho” apresentada no Ponto 2 -***Ideal Cinema***- e a história de Zacarias Alves Pereira apresentada no Ponto 4 -***Residência de Zacarias Alves Pereira***- o que você pode apreender sobre os ofícios de pessoas negras no campo musical?

f) Diversas profissões foram desempenhadas pela população negra no período Pós- Abolição. Após ler a reportagem do Jornal O Correio de São José dos Pinhais no Ponto 6 – ***Praça Getúlio Vargas- A parteira Galeana***- identifique elementos no Jornal que evidenciem a importância da profissão de Galeana na cidade.

g) Após ler a reportagem do Jornal *O Correio de São José dos Pinhais* no Ponto 6 – ***Praça Getúlio Vargas- A parteira Galeana*** - responda: a reportagem menciona o fato de ela ter sido uma pessoa negra? Que hipótese você formularia para explicar isso?

h) Diversas profissões foram desempenhadas pela população negra no período Pós- Abolição. Após ler os textos e fontes do Ponto 4 - ***Residência de Zacarias Alves Pereira*** - Identifique que ofícios eram realizados por Zacarias Alves Pereira.

i) Analisando as fontes sobre Zacarias Alves Pereira, percebemos que os jornais se dedicam a ressaltar de forma positiva seus ofícios e habilidades nas diversas atividades que desempenhou. Após ler a fonte II do Ponto 4 - ***Residência de Zacarias Alves Pereira*** - é possível encontrar alguma menção sobre o fato de Zacarias ser negro? Que hipótese você formularia para explicar isso?

j) Na fonte IV do Ponto 4 - ***Residência de Zacarias Alves Pereira*** - observe atentamente as duas imagens. À esquerda uma fotografia de Zacarias com outra pessoa

não identificada. À direita, uma gravura elaborada a partir de fotografia do mesmo. Há diferença entre as duas representações em relação à característica racial? Que hipótese você formularia para explicar isso?

Sugestões às professoras e aos professores: Apesar de considerarmos importante que as e os estudantes busquem desenvolver com autonomia os itens propostos, as professoras e os professores podem retomar com a turma as formulações iniciais, buscando adensá-las quando necessário. Visando auxiliar nesse sentido, sugerimos:

- a) Nesse item, os e as estudantes podem ser estimulados a discutir sobre os diversos aspectos da vida das pessoas negras no período Pós-Abolição, enfatizando não só as dificuldades que enfrentavam, mas as experiências de trabalho, cotidiano e diversão, como as diversas citadas pela Sra. Zélia Nogueira dos Santos.
- b) Aqui pode ser debatida a percepção que pessoas negras no Pós-Abolição poderiam ter sobre a escolarização, de que a instrução escolar pudesse ser uma possibilidade de uma inserção social mais favorável, de subversão de hierarquias sociais e também raciais.
- c) Ao perceber as formas de lazer a população negra da Carioca, os e as estudantes podem ser estimulados a contrapor a narrativa de que a população negra no período após a emancipação vivenciou apenas a marginalização, tendo construindo vivências e espaços de sociabilidades, como se pode perceber em diversos aspectos do Percorso.
- d) Nesse item, pode ser uma oportunidade de levantar questionamentos sobre as relações étnico-raciais, as desigualdades raciais, e debater como o racismo se manifesta atualmente na escola e na sala de aula.
- e) Francisco Pereira e Zacarias foram pessoas populares nas primeiras décadas do século XX e se destacaram no campo musical. Nesse ponto pode-se enfatizar o protagonismo de pessoas negras na música, podendo também relacionar suas histórias com a de outros personagens na história do Brasil nos campos de diversos estilos como o samba, a MPB, o rap, entre outras, abrindo inclusive em uma outra abordagem, a possibilidade aos professores e professoras de trabalharem com a música afro-brasileira na história do Brasil.

- f) Aqui é uma possibilidade de pesquisa dos e das estudantes sobre a importância das mulheres negras que desempenhavam a profissão de parteiras e seu reconhecimento social.
- g) Nesse item os professores e professoras podem estimular os alunos a debater a questão da tentativa do branqueamento da população após o período da Abolição. Uma possível pesquisa sobre a teoria do branqueamento do final do século XIX e XX.
- h) Uma possibilidade nesse item seria enfatizar que a população negra no período Pós- Abolição desempenhou diversas profissões, mesmo com a tentativa de estimular a imigração e a substituição do trabalho dos negros e negras pelos dos imigrantes.
- i) Nas questões i) e j) é possível analisar as questões étnico-raciais ao trabalhar com as teorias racistas formuladas nos séculos XIX e XX na tentativa de branqueamento da população. Sugestões de textos para aprofundamento o tema: DOMINGUES, Petrônio José. Uma história não contada: negro, racismo, e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Senac, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=xa-2DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=o+racismo+no+pos+abolicao&ots=svU2e5DjVN&sig=ZNq_iXhZ0PePyjqDWsvR4eS3nwc#v=onepage&q=o%20racismo%20no%20pos%20abolicao&f=false>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou uma ferramenta metodológica para se ensinar aspectos da história da população negra na cidade de São José dos Pinhais no período da escravidão e do Pós-Abolição. A proposta de ensino se compõe de um percurso histórico pelos espaços da cidade que se relacionam com a presença negra; e também por um compilado de sugestões de atividades didáticas e orientações destinadas aos educadores e educadoras.

Os desafios vivenciados durante o período de desenvolvimento desse trabalho trouxeram inúmeras reflexões em relação ao meu trabalho em sala de aula. O Mestrado Profissional em História foi transformador na minha vida profissional e acadêmica, justamente por possibilitar a ligação entre o trabalho acadêmico e a sala de aula. Durante as aulas do programa PROFHISTÓRIA e as pesquisas para o desenvolvimento deste trabalho, pude perceber a importância de levar os estudantes para aulas de campo, e a necessidade de apresentar uma história da cidade que pouco se falava. Relacionando teoria e prática, foi possível identificar a necessidade de se ampliar o espaço para o estudo das relações étnico-raciais e problematizar a constituição da identidade e memória. Também passei a olhar as estudantes e os estudantes como sujeitos capazes de construir conhecimento e interpretação crítica da História, cuja função dos professores deve ser instrumentalizá-los a ressignificar o olhar para os espaços da cidade em que vivem, além de levá-los ao entendimento de que a História não serve apenas para compreender o presente, mas, sobretudo, para apontar caminhos de reconhecimento, visibilidade, identidade e transformação.

Ressalto, ainda, o ganho de conhecimento com as leituras sobre as relações étnico-raciais, o Pós-Abolição e sua relação com o ensino de História,

O desenvolvimento da proposta aconteceu, inicialmente, através da identificação e tensionamento da narrativa tradicional/oficial sobre a história da cidade, e de como sua identidade e memória foram constituídas. Buscamos analisar como a história oficial veiculada pelo poder público, o patrimônio histórico local e a identidade no município de São José dos Pinhais se constituíram. A História oficial da cidade exalta a imigração europeia, não dando destaque a outros grupos que fizeram parte da formação da cidade, colaborando assim para a formação de uma identidade local que exclui pessoas negras e valoriza as de ascendência europeia.

Estudamos os aspectos do período da formação do município de São José dos Pinhais, desde a chegada dos primeiros africanos e afrodescendentes e da formação dos primeiros núcleos de povoamento, bem como as características da escravização. Pudemos observar algumas características em relação a composição das famílias escravizadas, suas diversas funções e profissões e que estavam presentes também em festividades, jogos, bailes, dentre outras manifestações culturais. Analisando essas experiências locais, e contrapondo as experiências em outras localidades, pudemos observar que mesmo com um número expressivo de pessoas negras, houve a tentativa de silenciamento da presença dessa população na cidade.

Trouxemos também aspectos das experiências negras no período Pós-Abolição, como a questão da escolaridade, do trabalho e autonomia e das possibilidades de vivência da população negra na liberdade, principalmente no campo musical. Os estudos desse período tentaram demonstrar as visões e experiências de liberdade vivenciadas pela população negra, desde a busca pela instrução escolar, vista muitas vezes como possibilidade de ascensão social, a valorização dos ofícios que desempenhavam nas mais diversas profissões, e a música, vista não só como um meio profissional, mas também social e de organização política.

Por fim, mostramos os resultados dessa pesquisa através do percurso pela presença negra em São José dos Pinhais através da página eletrônica www.presencanegrasjp.com.br. Além do site, elaboramos um material em apêndice com sugestões didáticas que visam estimular o trabalho dos professores e professores com essas questões nas salas de aula de História.

O roteiro perpassa por espaços que possuem relação com a história de pessoas negras desde a formação do município até o período Pós-Abolição. e a valorização de suas histórias. Iniciamos com o ponto 1, denominado Memorial da Carioca, um dos únicos locais da cidade que pudemos verificar a menção a população negra na história da cidade. O ponto 2 denomina-se Ideal Cinema, espaço popular nas primeiras décadas do século XX onde o músico negro Francisco Pereira tocava as trilhas sonoras dos filmes que ainda não possuíam música. No ponto 3 buscamos ressaltar aspectos invisibilizados da Igreja Matriz, que é patrimônio histórico tombado da cidade, relacionando a aspectos da história da população negra, como o batismo das crianças de famílias negras. O ponto 4 é espaço em que viveu um homem negro de bastante projeção no centro da cidade de São José dos Pinhais chamado Zacarias Alves Pereira, que desempenhou inúmeras atividades e profissões, recebeu um espaço cultural de seu nome por parte da prefeitura

da cidade, exposição no museu municipal com diversas obras de sua autoria em exposição.

No ponto 5, temos um edifício público, prédio em que funciona atualmente a biblioteca municipal, mas que entre as primeiras décadas do século XX, abrigou o grupo escolar Silveira da Mota, escola em que a senhora Zélia Nogueira estudou. A senhora Zélia foi habitante da região do bairro da Carioca e uma das últimas a viver no local que era habitado pela população negra entre os séculos XIX e XX. Por último, o ponto seis é a região em que viveu a senhora Galeana, parteira muito popular no centro urbano da cidade, que realizava os partos das famílias e se tornava madrinha de muitos recém-nascidos.

Como docente pude perceber como se faz cada vez mais necessário o desenvolvimento de pesquisas sobre as relações étnico-raciais e principalmente de materiais que possam ser utilizados por professores em suas aulas. Nos livros didáticos de História pouco se fala do período Pós-Abolição, e na maioria das vezes, a narrativa recai somente sobre a questão da marginalização e exclusão da população negra. Portanto, podemos contrapor narrativas e ressignificar espaços, trazendo o protagonismo de pessoas negras e a valorização de suas histórias. Tanto o site Presença Negra em São José dos Pinhais, como as propostas para sua utilização em sala de aula (Apêndice), ambos resultados desse trabalho, são um passo nesse sentido e configuram-se como um meio pelo qual professoras e professores poderão inserir a temática das relações étnico-raciais em suas aulas, abordando aspectos da história da presença negra na cidade de São José dos Pinhais.

Nesse sentido, esperamos que, ao estudar o tema da história da população negra na cidade e explorando um tema que até então não foi muito valorizado pelas narrativas oficiais, possamos contribuir para a valorização da história, da memória e da identidade da população afro-brasileira. Além disso, a criação do percurso Presença Negra em São José dos Pinhais perpassa a dimensão educacional, ao confrontar narrativas oficiais excludentes, problematiza a constituição de uma identidade e memória na cidade de São José dos Pinhais e também no estado do Paraná. Problematizar a invisibilidade das questões étnico-raciais, principalmente no âmbito da história local, pode mobilizar ações dentro e fora da escola, pois amplia-se o olhar para espaços da cidade que até então eram pouco valorizados ou desconhecidos por parte da população.

Trazendo algumas experiências da população negra na cidade de São José dos Pinhais, e como observaram Hebe Mattos e Martha Abreu, o incentivo ao trabalho com a

história local das organizações negras, sua historicidade, identidade, vão para além daquela perspectiva predominante nos livros didáticos e no próprio ensino de história que restringe a luta da população negra somente ao período da escravidão. Portanto, o percurso Presença Negra em São José dos Pinhais pode ser um meio para que professores e professoras abordem as questões étnico-raciais na história local e problematizem a maneira pela qual a identidade do município foi construída.

Esperamos que esse trabalho inspire professores e professoras e alcance um público ampliado, podendo assim contribuir para o conhecimento da história da população afro-brasileira e a construção de um outro olhar sobre a história e memória de São José dos Pinhais.

REFERÊNCIAS

Fontes

A República. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/0'92932/37814>.

A República, 1899. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/215554/9742>

A República, 1899. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/215554/14019>

Metrópole. São José dos Pinhais, 8 jul. de 2011. Arquivo do Museu Municipal Atílio Rocco.

Metrópole. 5 fev. 2002. p.3. Livro do Museu Municipal Atílio Rocco

O Correio de São José dos Pinhais de 22 de fevereiro de 1953. Arquivo do Museu Municipal Atílio Rocco.

Tribuna de São José, São José dos Pinhais, 21 mai. 2004. p. 5. Arquivo do Museu Municipal Atílio Rocco.

Tribuna de São José. 03/02/1996. Arquivo digital o Museu Municipal Atílio Rocco.

Tribuna de São José. 30 de dezembro de 1989. Arquivo do Museu Municipal Atílio Rocco.

Registro Batismo e Emancipação

Livro de Classificação dos escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação de São José dos Pinhais do ano 1873. Arquivo do Museu Municipal Atílio Rocco.

Livro de Batismo nº 6. Arquivo digital do Museu Municipal Atílio Rocco.

Livro de Emancipação de Escravos de São José dos Pinhais. Folha 01. Arquivo do Museu Municipal Atílio Rocco.

Bibliografia

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 5-20, jan./jun. 2008.

ABREU, Martha. **O legado das canções escravas nos Estados Unidos e no Brasil: diálogos musicais no pós-abolição.** *Revista Brasileira de História*. 2015, vol.35, n.69, p.177-204. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/ZWcwdXzF7XPPztKzfsTvwJq/?lang=pt>.

BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília M. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. p.283.

BATALHA, Cláudio e MAC CORD, Marcelo (orgs). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora Unicamp, 2015, 280p.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução N° 1, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 mai. de 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf.

CAVALCANTE, Ian Andrade. Cultura escolar e cultura urbana na Salvador do Pós-Abolição, 1988-1906. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 67, p. 68-92, mar2016 – ISSN: 1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/8646089/13285>.

CHUVA, Márcia. **Para descolonizar museus e patrimônio: refletindo sobre a preservação cultural no Brasil**. In: Aline Montenegro Magalhães; Rafael Zamorano Bezerra. (Org.). *90 anos do Museu Histórico Nacional: em debate*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2013. P.200

COLNAGHI, M, C.; MAGALHÃES FILHO, F de B, B, de; MAGALHÃES, M, D, B. **São José dos Pinhais: a trajetória de uma cidade**. Curitiba: Editora Prephacio, 1992.

PARANÁ. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em:< <http://portal.inep.gov.br>

COSTA, Manuela Areias. Associativismo, sociedades musicais e atuação de músicos negros no cenário brasileiro da segunda metade do século XIX e início do XX. **MÉTIS: história & cultura** – v. 19, n. 37, p. 97-116, jan./jun. 2020. p.99. Disponível em:<www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/9311

DANTAS, Caroline Moreira Vieira. **Músicos e fonografia: refletindo sobre as experiências de artistas negros no período pós-abolição**. Entre o local e o global in: ANAIS DO XVII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO. Rio de Janeiro: Instituto Multidisciplinar, Campus Nova Iguaçu. UFRRJ. 2016. p.1-9. Disponível em:<http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465569015_ARQUIVO_AnpuhRJ2016-ArtigoCompletoProntoEnviar.pdf

DELGADO, Andrea. MAMIGONIAN. Beatriz Gallotti. **Santa Afro Catarina: Acervo Digital e Educação Patrimonial**. Revista Esboços, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 86-108, ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n31p86>.

DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. **Topoi**, v. 12, n. 23, p. 118–139, jul.-dez. 2011. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n23/1518-3319-topoi-12-23-00118.pdf>>

DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada: negro, racismo, e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Senac, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=xa-2DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=o+racismo+no+pos+abolicao&ots=svU2e5DjVN&sig=ZNq_iXhZ0PePyjqDWsvR4eS3nwc#v=onepage&q=o%20racismo%20no%20pos%20abolicao&f=false>

FELIPE, Delton Aparecido. A presença negra na história do Paraná (Brasil): a memória entre o esquecimento e a lembrança. **Revista De História Da UEG**, Porangatu, v.7, n.1, p. 156-171, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/7436/5602>.

GEMBAROSKI, Maria Luiza Cechela. **Aspectos da formação da Comarca de São José dos Pinhais. Conhecimento Interativo**, São José dos Pinhais, PR, v. 3, n. 2, p. 110-123, jul./dez. 2007. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/37636130-Aspectos-da-formacao-da-comarca-de-sao-jose-dos-pinhais.html>>.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

GUTIÉRREZ, Horácio. **Crioulos e Africanos no Paraná, 1798-1830**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.8, n.16, p.161-188, mar.88/ago.88. Disponível em: https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=25.

GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988. p.6-7. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Unicamp, 1990. (Coleção Repertórios). Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>>.

MACHADO, Cacilda da Silva. **Trama das Vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social** (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX). 2006. 360f. Tese (Doutorado em História) - UFRJ/IFCS, Programa de Pós-graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2006.

MACHADO, Cacilda. **Sobre a cor dos escravos e dos pobres livres da Freguesia de São José dos Pinhais** (do século XVIII para o XIX) ‘USOS DO PASSADO’ XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH, 2006. Rio de Janeiro. ESS-Universidade Federal do Rio de Janeiro e DEHIS-Universidade Federal do Paraná. 2006.

MAROCHI, Maria Angélica. **História e Memória**. A busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais. São José dos Pinhais: Edição do autor, 2014.

MAROCHI, Maria Angélica. **Imigrantes 1870-1950: Os Europeus em São José dos Pinhais**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Escravidão, Africanos, e Afrodescendentes na “cidade mais europeia do Brasil”: Identidade, Memória e História Pública. **Tempos Históricos**, vol 20, p.218-240, jan/jun 2016.

MENDONÇA, J. M. N.; TEIXEIRA, L. MAMIGONIAN, B. G. **Pós-Abolição no Sul do Brasil**. Salvador: Sagga, 2020. Disponível em: <https://afrosul.com.br/pos-abolicao-no-sul-do-brasil/>.

MENDONÇA, J. M. N.; FABRIS, P. B, Freitas e Brito: trajetória de uma família negra na Curitiba do final do século XIX e início do XX. In: MENDONÇA, J. M. N.; TEIXEIRA, L.; MAMIGONIAN, B. G. (Org.). **Pós-abolição no sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras**. 1. ed. Salvador: Sagga, 2020. 227-248p.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz. Educação e Cor-de-pele na Bahia - O acesso à educação de negros e mestiços. In: **Bahia Análise e Dados. Especial sobre o Negro**. SEI, SEPLANTEC, 1994. Disponível em <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0601.pdf>>.

MUNANGA, Kabenguele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.110-111. Disponível em: <file:///C:/Users/Philco/Downloads/rediscutindo-a-mesticagem-no-brasilkabem.pdf>

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>.

PASSOS, Célia dos Passos; NASCIMENTO, Tânia Tomázia; NOGUEIRA, João Carlos. O patrimônio cultural afro-brasileiro: São José, um estudo de caso. **Estudos Históricos** Rio de Janeiro, vol. 29, no 57, p. 195-214, janeiro-abril 2016. p. 197. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v29n57/0103-2186-eh-29-57-0195.pdf>>

PEREIRA, Júnia Sales. Reconhecendo ou Construindo uma Polaridade étnico identitária? Desafio do Ensino de História no imediato contexto pós Lei n. 10639. **Revista Estudos Históricos**, Vol. 21, N. 41. 2008.

PERUSSATO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre** (c. 1892 – c. 1911) / - - 2018. 344 f. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

PENA. Eduardo Spiller. **O Jogo da Face**. A Astúcia Escrava Frente aos Senhores e à Lei na Curitiba Provincial. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>.

PORTELA, Bruna Mariana. **Gentio da terra, gentio da guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para escravidão africana** (Capitania de São Paulo, 1697-1780).2014. 386f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36778/R%20-%20T%20-%20BRUNA%20MARINA%20PORTELA.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>.

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Disponível em: <http://www.sjp.pr.gov.br/evolucao-da-populacao/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Suplemento de Geografia e História.3º série/ Ensino Fundamental/Aluno. Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus. Curitiba, 2009.

REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ: princípios, direitos e orientações. 2018. Disponível em:http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf>

RODRIGUES, Evandro. A representação do africano e afro-brasileiro nos livros didáticos de História após a Lei 10.639/03: entre escritos e perspectivas docentes. 2018. 124f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade do Estado do Mato Grosso- UNEMAT, Cáceres, 2018.p 109.
Site Oficial da Prefeitura de São José dos Pinhais. Disponível em: <http://www.sjp.pr.gov.br/populacao-por-raca-ou-cor/>.

ROSA, Solange Aparecida. A educação para as relações étnico-raciais no município de São José dos Pinhais no período de 2013 a 2016. 2020. 203 f, Dissertação (Mestrado em Educação) Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=24734&idprograma=40001016001P0&anobase=2017&idtc=1283>.

RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**. 2004, vol.5, n.8.

SBRAVATI, MYRIAM. São José dos Pinhais, 1776-1852. Uma Paróquia Paranaense em estudo. 187 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Curso de Pós- Graduação em História do Brasil- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1980. p. 41. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27110/D%20-%20SBRAVATI,%20MYRIAM.pdf?sequence=1>.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” In: Educação e Realidade. Porto Alegre, v.16, n.2, jul./dez. 1990. Disponível em; <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>> Acesso em 14 jan.2020.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Noemi Santos da. Entre letras e lutas: educação e associativismo no Paraná da Abolição e do pós-Abolição. In: MENDONÇA, J, M, N; TEIXEIRA, L. MAMIGONIAN, B, G. **Pós-Abolição no Sul do Brasil**. Salvador: Saggá, 2020. 206-226.

SILVA, Noemi Santos da. escravos, libertos e ingênuos na escola: instrução e liberdade na província do Paraná (1871-1888). Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>.

SILVA, Noemi Santos da O “batismo na Instrução”: projetos e práticas de instrução formal de escravos libertos e ingênuos no Paraná provincial. 2014. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SILVA, Luiz Gabriel da. **Repressão e resistência na ditadura civil-militar: construção de site temático para o ensino de história local**. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2018. 151f. Disponível em: <https://ditaduraemcuritiba.com.br/wp-content/uploads/2018/08/Dissertacao-Luiz-Gabriel-da-Silva.pdf>.

SOARES, Luiz Carlos. Os Escravos de Ganho no Rio de Janeiro do século XIX. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.8 n°16, pp.107-142. mar.88/ago.88. Disponível em: <https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3677

TAVARES, Leonardo de Jesus. “Esse Terreiro tem História” - Ensinando História e Cultura Afro-Brasileira por meio de um estudo sobre Candomblé”. 2019. 139f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro -UFRRJ, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, 2019.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. **História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia**. Antíteses, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, pp. 743-758. Disponível em; <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>

TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. Toiro Passante IV. **Tempo de República Getuliana Estante Paranista 35**. Works Informática - Prestação de Serviço - Curitiba. 1991. 700p.

VISANI, Mylene Silva de Pontes. **Construindo visibilidades na cidade de São José/SC: uma proposta de ensino de história e patrimônio cultural dos povos africanos a afrodescendentes**. 2018. 138f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) -Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em:<http://profhistoria.paginas.ufsc.br/files/2019/02/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Mylene-Silva-de-Pontes-Visani.pdf>.

APÊNDICE A- Sugestão de Atividades Didáticas ao Professora e à Professora

Ensino de História a partir da página eletrônica Presença Negra em São José dos Pinhais

Prezada professora, prezado professor

A partir do trabalho de pesquisa apresentado na Dissertação “Presença Negra em São José dos Pinhais: percurso para ensinar e aprender história”, concluído no Mestrado Profissional em Ensino de História [PROFHISTÓRIA,] e da página www.presencanegrasjp.com.br a ela vinculada, desenvolvemos algumas sugestões de trabalho didático para o ensino de história. Esta proposta de trabalho didático está inserida também no capítulo 4 da dissertação, acompanhada de uma análise mais detalhada dos materiais de cada ponto.

Essas sugestões estão relacionadas à página eletrônica mencionada, que apresenta um percurso pela região central de São José dos Pinhais, município da Região Metropolitana de Curitiba, com seis pontos relacionados à história da população negra na cidade. Com esse trabalho, procuramos problematizar a identidade estritamente europeia que a memória oficial da cidade constituiu. As sugestões didáticas visam estimular o trabalho com essas questões nas salas de aula de História.

Se você é professora ou professor em São José dos Pinhais, poderá realizar o percurso com as/os estudantes, no todo ou parte dele, presencialmente ou de forma virtual pelo site. Poderá desenvolver alguma das atividades que sugerimos ou criar muitas outras. Se você não é professora ou professor nessa cidade, poderá se inspirar para criar percursos com a mesma abordagem em sua localidade.

Esperamos que esses trabalhos possam contribuir para o conhecimento da história da população afro-brasileira em São José dos Pinhais, bem como para a problematização da memória constituída na cidade.

ATIVIDADES DIDÁTICAS PROPOSTAS

I – FONTES HISTÓRICAS E MEMÓRIA - ENSINO FUNDAMENTAL - 6º ANO.

A atividade aqui proposta visa trabalhar dois aspectos contemplados nas abordagens previstas para o 6º ano do EF II: utilização de fontes históricas para construção do conhecimento histórico e a construção de memórias.

O trabalho com fontes e a abordagem da memória são propostas no documento que norteia o ensino de História no Estado do Paraná (Referencial Curricular do Paraná) já no início do trabalho com o 6º ano e está contemplado no Objeto de Conhecimento “Formas de registro da história e da produção do conhecimento histórico”. Nele, se define o seguinte objetivo de aprendizagem: “(EF06HI02) Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas, compreendendo fontes e documentos como patrimônio histórico material e imaterial como fonte de pesquisa e de conhecimento científico. Compreender a concepção de memória, relacionando aos lugares de memória e analisando a memória individual e coletiva no âmbito local, regional e nacional¹⁴⁵.”

Atividades

- 2) Navegando no Ponto I **Memorial da Bica da Carioca** do site Presença Negra em São José dos Pinhais (www.presencanegrasjp.com.br), leia atentamente os textos explicativos e as fontes históricas apresentadas. Depois:
 - h) Descreva o que você vê no painel **Memorial da Carioca**.
 - i) Descreva o que você vê no **Esboço A Velha Carioca**.

¹⁴⁵ Referencial Curricular do Paraná. Disponível em <<http://www.referencialcurricular.doparana.pr.gov.br/>>. Acesso em 12 abr. 2022.

- j) Quais as diferenças e semelhanças entre a representação do local feita no Esboço e a que foi feita no Memorial? Por que você acha que essas semelhanças e diferenças ocorrem?
- k) A Bica da Carioca que existiu no passado tinha a função de possibilitar o acesso da população da cidade à água. E o atual Memorial da Carioca, qual o papel que tem na cidade no presente?
- l) Você conhece algum outro monumento, memorial ou espaço público que, em São José dos Pinhais, represente pessoas negras da cidade? Se sim, qual?
- m) Algumas fontes apresentadas nesse Ponto I mostram que a Bica da Carioca no século XIX era importante para abastecimento de água na cidade. Que fontes são essas e como elas evidenciam essa importância?
- n) Relatos que as pessoas fazem sobre o passado podem ser importantes fontes de conhecimento para historiadoras e historiadores. Navegando no Ponto I do Percorso Presença Negra em São José dos Pinhais você tomou contato com as memórias de uma pessoa sobre como era o local da Bica da Carioca no passado. O que mais chamou sua atenção nesse relato?

Sugestões às professoras e aos professores: Apesar de considerarmos importante que as e os estudantes busquem desenvolver com autonomia os itens propostos, as professoras e os professores podem retomar com a turma as formulações iniciais, buscando adensá-las quando necessário. Visando auxiliar nesse sentido, sugerimos:

- a) e b) Nesses itens, as e os estudantes podem ser estimulados a observar o registro de elementos humanos (ausência no Esboço e presença de pessoas negras no Memorial) e da natureza, bem como a própria bica.
- c) A partir das formulações de a) e b), as e os estudantes poderão refletir, entre outras coisas, sobre a ausência de representação humana em uma das imagens, o predomínio de pessoas negras na outra. Uma explicação possível, pode decorrer do fato de cada um dos construtores das representações se orientou por objetivos diferentes: no Esboço o objetivo principal é mostrar como era a

bica; no Memorial é representar, além da bica e do entorno (casas), a presença de pessoas negras.

d) Aqui, as e os estudantes podem ser estimulados a discutirem a predominância de representações que valorizam a população de origem europeia na memória da cidade.

e) Esse item permite trabalhar a produção da memória a partir da História: a bica era um elemento que fazia parte da cidade no passado; o Memorial – como o próprio nome indica – visa construir uma memória da forma de viver no passado e principalmente da presença de pessoas negras no local onde ficava a bica.

f) Aqui as e os estudantes podem ser estimulados a reconhecerem que os registros da Câmara Municipal que tratam dos consertos da Bica da Carioca evidenciam que ela tinha uma utilidade para a cidade, devendo ser conservada e consertada quando necessário.

g) Nesse item, as e os estudantes poderão identificar os relatos orais como fontes e também acessar aspectos do passado a que a narrativa da Sra. Zélia se refere.

II – ESCRAVIDÃO MODERNA - ENSINO FUNDAMENTAL - 7º E 8º ANOS.

A atividade aqui proposta visa trabalhar a escravidão moderna, tema previsto tanto para o 7º ano quanto para os 8º anos do Ensino Fundamental. O documento que norteia o ensino no Estado do Paraná (Referencial Curricular do Paraná) contempla como objeto de conhecimento para o 7º ano “a escravidão moderna e o tráfico de escravizados”. e “as diferentes organizações social e cultural e formas de trabalho”, com o seguinte objetivo de aprendizagem: “EFO7HI16” Identificar e problematizar a exploração da mão de obra escrava dos povos originários, africanos e afro-brasileiros, bem como as formas de resistência na economia colonial portuguesa da América.”¹⁴⁶. O Percorso Presença Negra em São José dos Pinhais possibilita abordar, na perspectiva da História Local e do século XIX, as questões de trabalho da população negra da cidade de São José dos Pinhais.

O mesmo documento orientador propõe, para o 8º ano, o objeto de conhecimento “O escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial”, com os seguintes objetivos de aprendizagem: “EF08HI20” Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravização no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas, relacionando e problematizando o movimento paranista. Identificar a utilização do trabalho escravo de povos originários, africanos e afro-brasileiras na história do Paraná, compreendendo as relações econômicas, de poder e de trabalho, analisando na história brasileira os processos de reconhecimento dos direitos dos povos originários, quilombolas e demais comunidades tradicionais do Paraná e do Brasil”.

Várias das abordagens contempladas no Percorso Presença Negra em São José dos Pinhais permitem tratar aspectos contidos nessas orientações, algumas das quais podem ser trabalhadas por professores e professoras nas atividades propostas a seguir.

¹⁴⁶ Referencial Curricular do Paraná. Disponível em <<http://www.referencialcurriculardoparana.pr.gov.br/>>. Acesso em 12 abr. 2022.

ATIVIDADES

1) Navegando no Ponto I - **Memorial da Carioca** do site Presença Negra em São José dos Pinhais, leia atentamente os textos explicativos e as fontes históricas apresentadas. Depois, procure desenvolver as questões que seguem:

- a) Descreva o que você vê no painel **Memorial da Carioca**.
- b) Qual a característica racial das pessoas representadas no Memorial?
- c) O que você acha que as pessoas representadas no Memorial estão fazendo no local?
- d) Após ler o relato da Senhora Zélia, apresentada também nesse Ponto I, formule uma hipótese sobre a condição social das pessoas representadas no Memorial da Carioca.
- e) De acordo com o que você leu nos textos desse Ponto I, comente a importância do trabalho de pessoas negras na cidade de São José dos Pinhais no século XIX.
- f) Com base no texto explicativo “No entorno da Bica, experiências negras no pós-abolição” você defenderia a ideia de que toda pessoa negra, até 1888, era uma pessoa escravizada? Justifique argumentando a partir do texto lido.
- g) A partir dessa viagem no tempo, que lhe permitiu visitar a Bica da Carioca no século XIX, você diria que essa região era um espaço com significado especial para a população negra da “cidade”? Argumente, retomando elementos apreendidos na navegação pelo site.
- h) Você conhece espaços que, na atualidade, tenham um significado especial para as pessoas negras de São José dos Pinhais?

Sugestões às professoras e aos professores: Apesar de considerarmos importante que as e os estudantes busquem desenvolver com autonomia os itens propostos, as professoras e os professores podem retomar com a turma as formulações iniciais, buscando adensá-las quando necessário. Visando auxiliar nesse sentido, sugerimos:

- a) Nesse item, as e os estudantes podem ser estimulados a observar o registro de elementos humanos e da natureza, bem como a própria bica.
- b) Aqui a observação poderá ressaltar o fato de várias das pessoas representadas serem negras, mas haver também pessoas brancas e de haver mulheres.
- c) Nesse item, a partir do texto explicativo, é possível formular a hipótese de que as pessoas negras estivessem trabalhando no carregamento de água para suprimento da cidade.
- d) O relato da Sra. Zélia diz que muitas das pessoas que viviam no local haviam sido escravizadas e isso pode levar à hipótese de que as representadas na imagem pudessem ter essa condição. Aqui a professora ou o professor pode aproveitar para conversar sobre o uso do termo escravo (empregado pela Sra. Zélia) e escravizado (preferido atualmente principalmente por pessoas negras). O primeiro leva à ideia de que a escravidão era uma condição natural; o segundo, que foi uma condição imposta. O uso do termo escravo foi bastante problematizado por ativistas negros e negras recentemente; provavelmente por isso que a Sra. Zélia, ela própria uma mulher negra, o utiliza em seu relato.
- e) Esse espaço oferece uma boa oportunidade para retomar um dos textos explicativos do Ponto I e abordar os ofícios que as pessoas negras – escravizadas ou não – exerciam nas cidades.
- f) As e os estudantes, a partir da retomada do texto explicativo sobre alforrias, podem corrigir a equivalência entre escravidão e pessoa negra, que em geral são termos considerados sinônimos. Assim, poderão consolidar a ideia de que nem toda pessoa negra foi escravizada ou, tendo sido, nem sempre se manteve escravizada por toda a vida.
- g) O relato da Sra. Zélia permite avançar na compreensão de que a Bica da Carioca fez parte de um espaço urbano no qual, além de trabalharem, as pessoas negras moravam, se divertiam e constituíam relações a partir de afinidades raciais (serem negros). Por isso, pode-se pensar nesse espaço como um território (espaço ao qual se atribuem significados) negro. Esse item permite explorar todos esses aspectos com as e os estudantes.
- h) esse é um item para pesquisa das e dos estudantes, e para reflexão: se não há, por que não há? A inexistência teria a ver com a discriminação racial? Se há, quais são? O que os define como tal? Quem os constitui?

III – PÓS ABOLIÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL - 8º ANO

PROPOSTA DIDÁTICA – ATIVIDADE PARA SER DESENVOLVIDA COM ESTUDANTES DO 8º ANO.

O percurso Presença Negra em São José dos Pinhais possibilita um trabalho didático com turmas do 8º ano do Ensino Fundamental. Essa abordagem no documento que norteia o ensino no Estado do Paraná (Referencial Curricular do Paraná) contempla os objetivos de aprendizagem: “O escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial”, com os seguintes objetivos de aprendizagem: “EF08HI20” Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravização no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas, relacionando e problematizando o movimento paranista. Identificar a utilização do trabalho escravo de povos originários, africanos e afro-brasileiros na história do Paraná, compreendendo as relações econômicas, de poder e de trabalho, analisando na história brasileira os processos de reconhecimento dos direitos dos povos originários, quilombolas e demais comunidades tradicionais do Paraná e do Brasil”.

Como sugestões para trabalhar alguns dos aspectos contemplados nessas orientações, sugerimos as atividades que seguem, as quais priorizam a abordagem de questões relacionadas ao Pós-abolição em São José dos Pinhais.

1) Navegando no site Presença Negra em São José dos Pinhais podemos identificar pontos do percurso que abordam questões sobre o período Pós-Abolição. Leia atentamente os textos explicativos e as fontes históricas apresentadas e depois, procure desenvolver as questões que seguem:

a) Após ler o relato da Sra. Zélia, apresentado no Ponto 1, procure escrever o que você conheceu sobre a experiência de pessoas negras no período posterior à Abolição (reporte as dificuldades vividas, as formas de lazer, o trabalho, a forma como eram tratadas pelas autoridades).

b) Muitos historiadores mostraram a importância que a população negra do período posterior à abolição deu à instrução escolar. Mandar os filhos para a

escola era muito importante para as famílias negras. O relato de D. Zélia, apresentado no Ponto 3 – ***Igreja Matriz (Catedral de São José dos Pinhais)*** reforça essa conclusão de historiadoras e historiadores? Justifique, retomando o relato.

c) O trecho da entrevista da Senhora Zélia Nogueira dos Santos apresentado no Ponto 1 é uma fonte oral. Após fazer a leitura, procure identificar que tipos de lazer eram vivenciados pela população da Carioca.

d) A população negra vivenciou diversas experiências no período Pós-Abolição. Após fazer a leitura do trecho da senhora Zélia Nogueira dos Santos, apresentado no Ponto 5- ***Biblioteca Municipal Scharffenberg de Quadros*** procure identificar que tipos de dificuldades eram enfrentadas pela população negra relatadas por ela em sua entrevista?

e) Após conhecer as histórias de Francisco Pereira, conhecido como “Maestro Chiquinho” apresentada no Ponto 2 -***Ideal Cinema-*** e a história de Zacarias Alves Pereira apresentada no Ponto 4 -***Residência de Zacarias Alves Pereira-*** o que você pode apreender sobre os ofícios de pessoas negras no campo musical?

f) Diversas profissões foram desempenhadas pela população negra no período Pós- Abolição. Após ler a reportagem do Jornal O Correio de São José dos Pinhais no Ponto 6 – ***Praça Getúlio Vargas- A parteira Galeana-*** identifique elementos no Jornal que evidenciem a importância da profissão de Galeana na cidade.

g) Após ler a reportagem do Jornal *O Correio de São José dos Pinhais* no Ponto 6 – ***Praça Getúlio Vargas- A parteira Galeana*** - responda: a reportagem menciona o fato de ela ter sido uma pessoa negra? Que hipótese você formularia para explicar isso?

h) Diversas profissões foram desempenhadas pela população negra no período Pós- Abolição. Após ler os textos e fontes do Ponto 4 - ***Residência de Zacarias Alves Pereira*** - Identifique que ofícios eram realizados por Zacarias Alves Pereira.

i) Analisando as fontes sobre Zacarias Alves Pereira, percebemos que os jornais se dedicam a ressaltar de forma positiva seus ofícios e habilidades nas diversas atividades que desempenhou. Após ler a fonte II do Ponto 4 - ***Residência de***

Zacarias Alves Pereira - é possível encontrar alguma menção sobre o fato de Zacarias ser negro? Que hipótese você formularia para explicar isso?

j) Na fonte IV do Ponto 4 - **Residência de Zacarias Alves Pereira** - observe atentamente as duas imagens. À esquerda uma fotografia de Zacarias com outra pessoa não identificada. À direita, uma gravura elaborada a partir de fotografia do mesmo. Há diferença entre as duas representações em relação à característica racial? Que hipótese você formularia para explicar isso?

Sugestões às professoras e aos professores: Apesar de considerarmos importante que as e os estudantes busquem desenvolver com autonomia os itens propostos, as professoras e os professores podem retomar com a turma as formulações iniciais, buscando adensá-las quando necessário. Visando auxiliar nesse sentido, sugerimos:

- j) Nesse item, os e as estudantes podem ser estimulados a discutir sobre os diversos aspectos da vida das pessoas negras no período Pós-Abolição, enfatizando não só as dificuldades que enfrentavam, mas as experiências de trabalho, cotidiano e diversão, como as diversas citadas pela Sra. Zélia Nogueira dos Santos.
- k) Aqui pode ser debatida a percepção que pessoas negras no Pós-Abolição poderiam ter sobre a escolarização, de que a instrução escolar pudesse ser uma possibilidade de uma inserção social mais favorável, de subversão de hierarquias sociais e também raciais.
- l) Ao perceber as formas de lazer a população negra da Carioca, os e as estudantes podem ser estimulados a contrapor a narrativa de que a população negra no período após a emancipação vivenciou apenas a marginalização, tendo construindo vivências e espaços de sociabilidades, como se pode perceber em diversos aspectos do Percorso.
- m) Nesse item, pode ser uma oportunidade de levantar questionamentos sobre as relações étnico-raciais, as desigualdades raciais, e debater como o racismo se manifesta atualmente na escola e na sala de aula.
- n) Francisco Pereira e Zacarias foram pessoas populares nas primeiras décadas do século XX e se destacaram no campo musical. Nesse ponto

pode-se enfatizar o protagonismo de pessoas negras na música, podendo também relacionar suas histórias com a de outros personagens na história do Brasil nos campos de diversos estilos como o samba, a MPB, o rap, entre outras, abrindo inclusive em uma outra abordagem, a possibilidade aos professores e professoras de trabalharem com a música afro-brasileira na história do Brasil.

- o) Aqui é uma possibilidade de pesquisa dos e das estudantes sobre a importância das mulheres negras que desempenhavam a profissão de parteiras e seu reconhecimento social.
- p) Nesse item os professores e professoras podem estimular os alunos a debater a questão da tentativa do branqueamento da população após o período da Abolição. Uma possível pesquisa sobre a teoria do branqueamento do final do século XIX e XX.
- q) Uma possibilidade nesse item seria enfatizar que a população negra no período Pós- Abolição desempenhou diversas profissões, mesmo com a tentativa de estimular a imigração e a substituição do trabalho dos negros e negras pelos dos imigrantes.
- r) Nas questões i) e j) é possível analisar as questões étnico-raciais ao trabalhar com as teorias racistas formuladas nos séculos XIX e XX na tentativa de branqueamento da população. Sugestões de textos para aprofundamento o tema: DOMINGUES, Petrônio José. Uma história não contada: negro, racismo, e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Senac, 2009. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=xa-2DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=o+racismo+no+pos+abolicao&ots=svU2e5DjVN&sig=ZNq_iXhZ0PePyjqDWsvR4eS3nwc#v=onepage&q=o%20Oracismo%20no%20pos%20abolicao&f=false